



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



991.237.972-15

Handwritten signature

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9


CHERR
 0800 280 9520
CHERR 2000 0000 00

1153528 **Jul/2019**

Endereço:
Em Vila... **136 - LAURA MOREIRA**

Rota	Seq. Rota	Nome do Remetente
11	1210	
Data de Instalação	Situação Água	Situação Esgoto
	LIGADO	POTENCIAL
OR	ATUAL	CONSUMO (m3)
		10
		NUM DE DIAS
		0

Relatório de Consumo de Água e Esgoto
Consumo de Água (m3)
Consumo de Esgoto (m3)

Período	Consumo de Água (m3)	Consumo de Esgoto (m3)
01/07/2019	10	0

Handwritten signature



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Elaimar Ferreira Canvalho de Lima

INSCRIÇÃO DO CPF: 738.549.992-91 RG: 227361

ENDEREÇO

RESIDENCIAL: R: Oeste Nº 422

BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-360

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 91184463 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Associação Comunitária de Rádio Difusão CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Cruciana apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Elaimar Ferreira Canvalho de Lima.
Assinatura do(a) apoiador(a)

15/10/2019 Boa Vista RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME

ELCIMAR FERREIRA CARVALHO DE LIMA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORAUF

227361 SSP RR

CPF

738.549.992-91

DATA NASCIMENTO

02/04/1984

FILIAÇÃO

**ANTONIO FERREIRA DE
LIMA**

MARIA PERPETUA

FERREIRA DE LIMA

PERMISSÃO

PERMISSÃO

ACE

PERMISSÃO

CAT. HAB

A2



1º REGISTRO

06670771730

VALIDADE

01/08/2017

1ª HABILITAÇÃO

01/08/2016

VALIDADE EM TODOS
BRASILIA NACIONAL
294683730



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/doc/2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

RORAIMA ENERGIA

Para conferir validade eletrônica, acesse o site: www.roraimaenergia.com.br

Roraima Energia S.A.
R. Capim São Carlos, 691 - Centro - Boa Vista - RR
CEP: 69.000-000 (Insc. Estadual: 24.007.002-3)
Nº de Fato Fiscal: 001704659

A Tabela Social da Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.439 de 26 de abril de 2002.

IZANA MATOS CARVALHO DE LIMA
R. GESSY 422 EQUATORIAL
CONJUNTO CRUVIANA I
CEP: 69.312-100 - BOA VISTA RR: 7.001.28.07.11499

Atual:	25953	Atual:	28/09/2019
Anterior:	25496	Anterior:	23/08/2019
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Letura:	28/10/2019
Consumo Medido:	457	Emissão:	19/09/2019
Consumo Faturado:	35,7	Aprovação:	28/09/2019

RESIDUO FISCAL

Medição consumo:

Mês/Ano	Consumo	Valor
AGO/19	407	350,11
SET/19	462	0,01
OUT/19	324	2,07
NOV/19	161	1,53
DEZ/19	0	0,00
JAN/20	0	0,00
FEB/20	0	0,00
MAR/20	0	0,00
ABR/20	0	0,00
MAY/20	0	0,00
JUN/20	0	0,00
JUL/20	0	0,00
AUG/20	0	0,00
SEP/20	0	0,00
OCT/20	0	0,00
NOV/20	0	0,00
DEZ/20	0	0,00
JAN/21	0	0,00
FEB/21	0	0,00
MAR/21	0	0,00
ABR/21	0	0,00
MAY/21	0	0,00
JUN/21	0	0,00
JUL/21	0	0,00
AUG/21	0	0,00
SEP/21	0	0,00
OCT/21	0	0,00
NOV/21	0	0,00
DEZ/21	0	0,00
JAN/22	0	0,00
FEB/22	0	0,00
MAR/22	0	0,00
ABR/22	0	0,00
MAY/22	0	0,00
JUN/22	0	0,00
JUL/22	0	0,00
AUG/22	0	0,00
SEP/22	0	0,00
OCT/22	0	0,00
NOV/22	0	0,00
DEZ/22	0	0,00
JAN/23	0	0,00
FEB/23	0	0,00
MAR/23	0	0,00
ABR/23	0	0,00
MAY/23	0	0,00
JUN/23	0	0,00
JUL/23	0	0,00
AUG/23	0	0,00
SEP/23	0	0,00
OCT/23	0	0,00
NOV/23	0	0,00
DEZ/23	0	0,00
JAN/24	0	0,00
FEB/24	0	0,00
MAR/24	0	0,00
ABR/24	0	0,00
MAY/24	0	0,00
JUN/24	0	0,00
JUL/24	0	0,00
AUG/24	0	0,00
SEP/24	0	0,00
OCT/24	0	0,00
NOV/24	0	0,00
DEZ/24	0	0,00
JAN/25	0	0,00
FEB/25	0	0,00
MAR/25	0	0,00
ABR/25	0	0,00
MAY/25	0	0,00
JUN/25	0	0,00
JUL/25	0	0,00
AUG/25	0	0,00
SEP/25	0	0,00
OCT/25	0	0,00
NOV/25	0	0,00
DEZ/25	0	0,00
JAN/26	0	0,00
FEB/26	0	0,00
MAR/26	0	0,00
ABR/26	0	0,00
MAY/26	0	0,00
JUN/26	0	0,00
JUL/26	0	0,00
AUG/26	0	0,00
SEP/26	0	0,00
OCT/26	0	0,00
NOV/26	0	0,00
DEZ/26	0	0,00
JAN/27	0	0,00
FEB/27	0	0,00
MAR/27	0	0,00
ABR/27	0	0,00
MAY/27	0	0,00
JUN/27	0	0,00
JUL/27	0	0,00
AUG/27	0	0,00
SEP/27	0	0,00
OCT/27	0	0,00
NOV/27	0	0,00
DEZ/27	0	0,00
JAN/28	0	0,00
FEB/28	0	0,00
MAR/28	0	0,00
ABR/28	0	0,00
MAY/28	0	0,00
JUN/28	0	0,00
JUL/28	0	0,00
AUG/28	0	0,00
SEP/28	0	0,00
OCT/28	0	0,00
NOV/28	0	0,00
DEZ/28	0	0,00
JAN/29	0	0,00
FEB/29	0	0,00
MAR/29	0	0,00
ABR/29	0	0,00
MAY/29	0	0,00
JUN/29	0	0,00
JUL/29	0	0,00
AUG/29	0	0,00
SEP/29	0	0,00
OCT/29	0	0,00
NOV/29	0	0,00
DEZ/29	0	0,00
JAN/30	0	0,00
FEB/30	0	0,00
MAR/30	0	0,00
ABR/30	0	0,00
MAY/30	0	0,00
JUN/30	0	0,00
JUL/30	0	0,00
AUG/30	0	0,00
SEP/30	0	0,00
OCT/30	0	0,00
NOV/30	0	0,00
DEZ/30	0	0,00
JAN/31	0	0,00
FEB/31	0	0,00
MAR/31	0	0,00
ABR/31	0	0,00
MAY/31	0	0,00
JUN/31	0	0,00
JUL/31	0	0,00
AUG/31	0	0,00
SEP/31	0	0,00
OCT/31	0	0,00
NOV/31	0	0,00
DEZ/31	0	0,00
JAN/32	0	0,00
FEB/32	0	0,00
MAR/32	0	0,00
ABR/32	0	0,00
MAY/32	0	0,00
JUN/32	0	0,00
JUL/32	0	0,00
AUG/32	0	0,00
SEP/32	0	0,00
OCT/32	0	0,00
NOV/32	0	0,00
DEZ/32	0	0,00
JAN/33	0	0,00
FEB/33	0	0,00
MAR/33	0	0,00
ABR/33	0	0,00
MAY/33	0	0,00
JUN/33	0	0,00
JUL/33	0	0,00
AUG/33	0	0,00
SEP/33	0	0,00
OCT/33	0	0,00
NOV/33	0	0,00
DEZ/33	0	0,00
JAN/34	0	0,00
FEB/34	0	0,00
MAR/34	0	0,00
ABR/34	0	0,00
MAY/34	0	0,00
JUN/34	0	0,00
JUL/34	0	0,00
AUG/34	0	0,00
SEP/34	0	0,00
OCT/34	0	0,00
NOV/34	0	0,00
DEZ/34	0	0,00
JAN/35	0	0,00
FEB/35	0	0,00
MAR/35	0	0,00
ABR/35	0	0,00
MAY/35	0	0,00
JUN/35	0	0,00
JUL/35	0	0,00
AUG/35	0	0,00
SEP/35	0	0,00
OCT/35	0	0,00
NOV/35	0	0,00
DEZ/35	0	0,00
JAN/36	0	0,00
FEB/36	0	0,00
MAR/36	0	0,00
ABR/36	0	0,00
MAY/36	0	0,00
JUN/36	0	0,00
JUL/36	0	0,00
AUG/36	0	0,00
SEP/36	0	0,00
OCT/36	0	0,00
NOV/36	0	0,00
DEZ/36	0	0,00
JAN/37	0	0,00
FEB/37	0	0,00
MAR/37	0	0,00
ABR/37	0	0,00
MAY/37	0	0,00
JUN/37	0	0,00
JUL/37	0	0,00
AUG/37	0	0,00
SEP/37	0	0,00
OCT/37	0	0,00
NOV/37	0	0,00
DEZ/37	0	0,00
JAN/38	0	0,00
FEB/38	0	0,00
MAR/38	0	0,00
ABR/38	0	0,00
MAY/38	0	0,00
JUN/38	0	0,00
JUL/38	0	0,00
AUG/38	0	0,00
SEP/38	0	0,00
OCT/38	0	0,00
NOV/38	0	0,00
DEZ/38	0	0,00
JAN/39	0	0,00
FEB/39	0	0,00
MAR/39	0	0,00
ABR/39	0	0,00
MAY/39	0	0,00
JUN/39	0	0,00
JUL/39	0	0,00
AUG/39	0	0,00
SEP/39	0	0,00
OCT/39	0	0,00
NOV/39	0	0,00
DEZ/39	0	0,00
JAN/40	0	0,00
FEB/40	0	0,00
MAR/40	0	0,00
ABR/40	0	0,00
MAY/40	0	0,00
JUN/40	0	0,00
JUL/40	0	0,00
AUG/40	0	0,00
SEP/40	0	0,00
OCT/40	0	0,00
NOV/40	0	0,00
DEZ/40	0	0,00
JAN/41	0	0,00
FEB/41	0	0,00
MAR/41	0	0,00
ABR/41	0	0,00
MAY/41	0	0,00
JUN/41	0	0,00
JUL/41	0	0,00
AUG/41	0	0,00
SEP/41	0	0,00
OCT/41	0	0,00
NOV/41	0	0,00
DEZ/41	0	0,00
JAN/42	0	0,00
FEB/42	0	0,00
MAR/42	0	0,00
ABR/42	0	0,00
MAY/42	0	0,00
JUN/42	0	0,00
JUL/42	0	0,00
AUG/42	0	0,00
SEP/42	0	0,00
OCT/42	0	0,00
NOV/42	0	0,00
DEZ/42	0	0,00
JAN/43	0	0,00
FEB/43	0	0,00
MAR/43	0	0,00
ABR/43	0	0,00
MAY/43	0	0,00
JUN/43	0	0,00
JUL/43	0	0,00
AUG/43	0	0,00
SEP/43	0	0,00
OCT/43	0	0,00
NOV/43	0	0,00
DEZ/43	0	0,00
JAN/44	0	0,00
FEB/44	0	0,00
MAR/44	0	0,00
ABR/44	0	0,00
MAY/44	0	0,00
JUN/44	0	0,00
JUL/44	0	0,00
AUG/44	0	0,00
SEP/44	0	0,00
OCT/44	0	0,00
NOV/44	0	0,00
DEZ/44	0	0,00
JAN/45	0	0,00
FEB/45	0	0,00
MAR/45	0	0,00
ABR/45	0	0,00
MAY/45	0	0,00
JUN/45	0	0,00
JUL/45	0	0,00
AUG/45	0	0,00
SEP/45	0	0,00
OCT/45	0	0,00
NOV/45	0	0,00
DEZ/45	0	0,00
JAN/46	0	0,00
FEB/46	0	0,00
MAR/46	0	0,00
ABR/46	0	0,00
MAY/46	0	0,00
JUN/46	0	0,00
JUL/46	0	0,00
AUG/46	0	0,00
SEP/46	0	0,00
OCT/46	0	0,00
NOV/46	0	0,00
DEZ/46	0	0,00
JAN/47	0	0,00
FEB/47	0	0,00
MAR/47	0	0,00
ABR/47	0	0,00
MAY/47	0	0,00
JUN/47	0	0,00
JUL/47	0	0,00
AUG/47	0	0,00
SEP/47	0	0,00
OCT/47	0	0,00
NOV/47	0	0,00
DEZ/47	0	0,00
JAN/48	0	0,00
FEB/48		

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Gilmar Inácio da Silva Júnior

INSCRIÇÃO DO CPF: 003.870.462-59 RG: 3176002

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Sentinhal n.º 52

BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-378

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 984038621 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Veipuro CNPJ nº 17 605 876/0001-64 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Cruzeiro apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

x Gilmar Inácio da Silva Júnior
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 10/10/2019
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
GILMAR INACIO DA SILVA JUNIOR

DOC IDENTIDADE / ORG EMISSORA
3176002 SESP RR

CPF
003.870.462-59

DATA NASCIMENTO
17/06/1991

FILIAÇÃO
GILMAR INACIO DA SILVA
MARIA IVETE DE
MEDEIROS

PERMISSÃO
AB

ACC
AB

CAT. HAB
AB

Nº REGISTRO
04957616907

VALIDADE
07/05/2020

1ª HABILITAÇÃO
07/06/2010

1557061211

OBSERVAÇÕES
EAR

Gilmar Inacio da Silva Junior
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BOA VISTA, RR

DATA DE EMISSÃO
15/02/2018

Antonio Francisco Bezerra Marques
ANTONIO FRANCISCO BEZERRA MARQUES
DIRETOR PRESIDENTE INTERINO
DETRAN-RR
ASSINATURA DO EMISSOR

11056642571
RR209548363

RORAIMA

1557061211

CNPJ: 05.939.487/0001-15
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 20.056.428-3
RUA MELVIN JONES, 219 - SÃO PEDRO - CEP: 68.308-610

Métrica: **1106015** **Julho/2019**

Dados do Cliente:
ARTEMISIA DE OLIVEIRA LOPES

Endereço para entrega:
RUA SETENTRIONAL, NÚM. 00052 - EQUATORIA
L BOA VISTA RR 69317-378

Inscrição	Rota	Seq. Rota	Quantidade de Economias
001.019.787.0425.000	41	1720	RESIDENCIAL

Hidrômetro	Data de Instalação	Situação Água	Situação Esgoto
A13B241040	27/01/2014	LIGADO	POTENCIAL

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m³)	NUM DE DIAS
LEITURA FAT. 1111	1138	27	29
LEITURA INF.			
DT. LEITURA 24/06/2019	23/07/2019		

ULTIMOS CONSUMOS

201906	17-0
201905	20-0

Qualidade da Água Distribuída ao Consumidor

Informações das Amostras Realizadas na Rede de Distribuição

DECRETO FEDERAL N.º 5448 - 2005 Q.M.

1.000 LITROS COR C.TOTALS E.COLL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Alexsandro Lima de Araújo
INSCRIÇÃO DO CPF: 014.161.602-40 RG: 348185-9 SSP/RR
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Sul, 78
BAIRRO: Equatorial CEP: 69300 - 000
CIDADE: Boa Vista UF: Roraima
FONE(S): 95 - 91112535 -

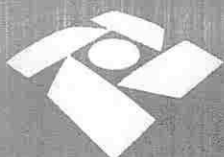
Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de rádio difusão Guaraná CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Alexsandro Lima de Araújo
Assinatura do(a) apoiador(a)

Em 09 de Outubro de 2019 Boa Vista-RR
Data Município e UF





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

014.161.602-48

Nome

ALEXSANDRO LIMA DE ARAUJO

Nascimento

06/04/1997



Alexsandro



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Scanned by CamScanner

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

348185-9

DATA DE
EXPEDIÇÃO

14/06/2006

NOME

ALEXSANDRO LIMA DE ARAÚJO

FILIAÇÃO

ANTONIO ARAUJO NETO

ANEDI BESSA DA PENHA DE LIMA

NATURALIDADE

CARACARAÍ - RR

DATA DE NASCIMENTO

06/04/1997

DOC ORIGEM

CERTD NASC 12026 FLS 043-V LIV A-22

CARACARAÍ - RR

CPF

1 VIA

Rita de Cássia Coelho de Araújo
Diretora do II OC

P 99

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

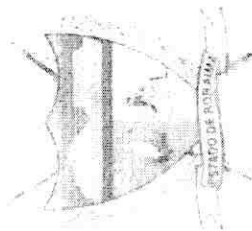


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODÍLIO CRUZ



Polegar Direito



Alexsandra Liana de Araújo

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



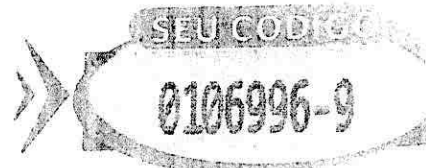
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Para contato
consulte o número
deste documento



Roraima Energia S.A.
Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Reg. em especial da impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal: 003704822

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

PERÍODO	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	VALOR A PAGAR
SETEMBRO/2019	06/10/2019	287	254,44

ALUGUÉL: BRUNO DA PENHA RESIDENCIAL CRUVIANA I
Cidade: BOA VISTA - RR

CPF: 00033271265253

CEP: 69.300-000 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.07.167330

CONSUMO (kWh)	VALOR A PAGAR	DATA DE VENCIMENTO
49364		20/09/2019
Anterior:	49077	23/08/2019
Constante de Multiplicação:	1,000	20/10/2019
Constante Medida:	287	19/09/2019
Consumo Faturado:	287	Apresentação: 20/09/2019

Tipo de Consumo	Valor
NORMAL	28

Dados da Unidade de Consumo

Nome/Subtipo	Ligação	Número Medidor	Posse	Código Fiel	Média Mensal
RESIDENCIAL	BI	E2833576		1.1.1.2	264

HISTÓRICO DE CONSUMO	DESCRIÇÃO DA CONTA
JUL/19 310	CONSUMO 287 A R\$ 0,766100 =
JUN/19 267	CORRECAO MONETARIA DA 07/19-00
MAY/19 215	CORRECAO MONETARIA IG 07/19-00
ABR/19 201	MULTA POR ATRASO DE I 07/19-00
MAR/19 201	JUROS DE MORA POR ATR 07/19-00
FEB/19 219	MULTA POR ATRASO 07/19-00
JAN/19 241	JUROS DE MORA DE IMPO 07/19-00
DEZ/18 211	ILUMINACAO PUBLICA
NOV/18 285	

Assinatura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Scanned by CamScanner

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Deusileia Alves Batista de Sousa

INSCRIÇÃO DO CPF: 998.552752-68 RG: 337909-4

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Setentrional, 572

BAIRRO: Equatorial CEP: 69357 - 378

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 93256893 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de radio difusão curiam CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Deusileia Alves Batista de Sousa
Assinatura do(a) apoiador(a)

Em 09 de Outubro de 2019 Boa Vista - RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

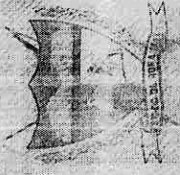
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODÍLIO CRUZ



Polegar Direito





Deusélio Alves Batista de Moura
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Deusélio

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

337909-4

DATA DE
EXPEDIÇÃO

27/10/2005

NOME

DEUSILEIA ALVES BATISTA DE SOUSA

FILIAÇÃO

DEUSAMAR ALVES DE SOUSA

MARINA ALVES BATISTA DE SOUSA

NATURALIDADE

BARRA DO CORDA - MA

DATA DE NASCIMENTO

17/07/1989

DOC ORIGEM

CERTD NASC 93532 FLS 53-V LIV A-148

BARRA DO CORDA - MA

CPF

Rita de Cássia Coelho de Araújo
Diretora do ITOC

P 99

1 VIA

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

CASA DA MORTA DO BRASIL

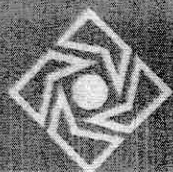


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Scanned by CamScanner

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Identificação de Pessoa Física

Número de Identificação

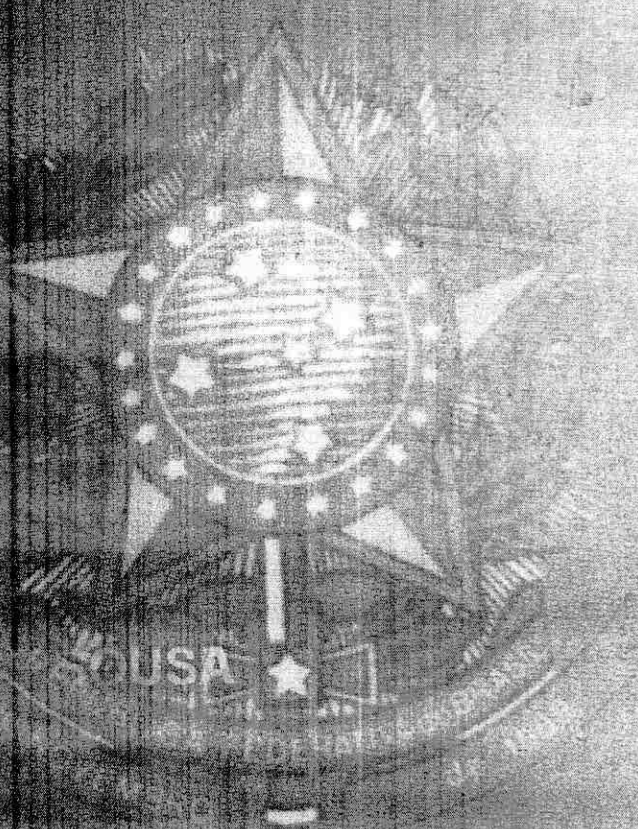
998.552.752-68

Nome

DEUSILEIA ALVES BATISTA SOUSA

Nascimento

7/07/1989



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

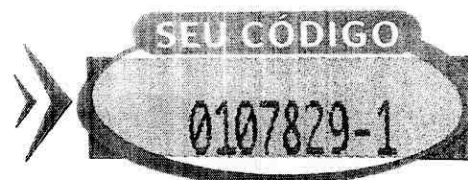
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Scanned by CamScanner

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Para contato
conosco informe
este número



Roraima Energia S.A.
Av. Capitão Ene Garcez, 691 – Centro – Boa Vista – RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica – Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal 003704309

A Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SETEMBRO/2019	06/10/2019	95	62,63

RAIMUNDO NONATO DA COSTA FILHO
R. SETENTRIONAL 172 EQUATORIAL
CPF: 00000899249248

CEP: 69 317-378 - BOA VISTA

DADOS DA LEITURA	kWh	kVArh	RO: 7.001.28.06 153400
------------------	-----	-------	------------------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Scanned by CamScanner

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Rafael Sobral Carneiro

INSCRIÇÃO DO CPF: 967.473.822-34 RG: 336603-5

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Nordeste

BAIRRO: Equatorial CEP: -

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): - -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de rádio difusão Creuvinha CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Rafael Sobral carneiro
Assinatura do(a) apoiador(a)

em 09 de Outubro de 2013 Boa Vista RR
Data Município e UF



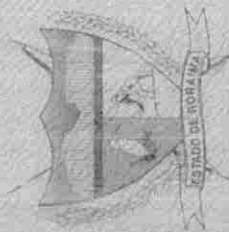
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODÍLIO CRUZ



Polegar Direito



ASSINATURA DO TITULAR

Refor Sabul Camarino

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CASA DA MOEDA DO BRASIL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

316601-5

DATA DE
EXPEDIÇÃO

14/04/2004

NOME

RAFAEL SOBRAL CARNEIRO

FILIAÇÃO

ANANIAS CORREIA CARNEIRO

EDLEUZA DE OLIVEIRA SOBRAL

NATURALIDADE

ALTO ALEGRE - RR

DATA DE NASCIMENTO

14/05/1988

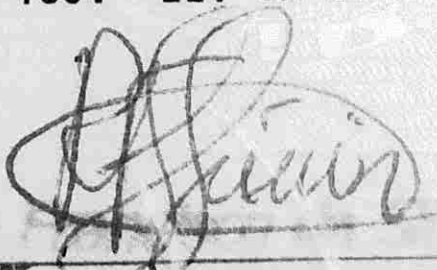
DOC ORIGEM

CERTD NASC 1414 FLS 105V LIV SA-03

BOA VISTA - RR

CPF

1 VIA



LET Nº 7.116 DE 29/08/83

CASA DA MOEDA DO BRASIL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Scanned by CamScanner

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, **Carla do Socorro de Lima Pinheiro**, portador (a) do RG nº 494112-8, expedido pelo **SSP,RR**, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº **841.840.272-53**, **DECLARO** para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que sou residente e domiciliado na rua; **nordeste, quadra; B lote; 02, , BAIRRO Equatorial, CEP 63317382, na cidade de Boa vista , Estado Roraima, aproximadamente 2 anos ,conforme cópia de comprovante anexo.**

Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Viomar Pereira dos Reis

INSCRIÇÃO DO CPF: 10190.273.682.53 RG: 10193-564 SS/RR

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Nordeste

BAIRRO: Equatorial CEP: -

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): - -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de rádio difusão crevions CNPJ nº 17.605.876/0001-64 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

VIOMAR PEREIRA DOS REIS
Assinatura do(a) apoiador(a)

Em 8 de Outubro de 2019 Boa Vista - RR
Data Município e UF



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

191564

DATA DE
EXPEDIÇÃO

15/08/2019

NOME

VIOMAR PEREIRA DOS REIS

FILIAÇÃO

LINO PEREIRA DOS REIS

MARIA PEREIRA DOS REIS

NATURALIDADE

SÍTIO NOVO DO TOCANTINS - TO

DATA DE NASCIMENTO

02/01/1962

DOC. ORIGEM

CERTD. CAS. AVERB. DIVORCIO 1407 FLS 154 LIV B-5

PACAJÁ - PA

CPF

190.271.682-53

2ª VIA

AMADEU ROCHA TRIANI

Perito Papiloscópico da Polícia Civil

Parque do IBOC

P1

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CASA DA MOEDA DO BRASIL

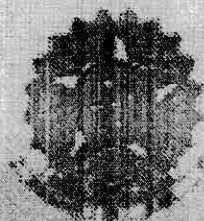
PROIBIDO PLASTIFICAR

or(a)



Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número

190.271.682-53

Nome

VIOMAR PEREIRA DOS REIS

Nascimento

02/01/1962



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Scanned by CamScanner

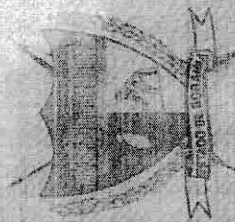
dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODÍLIO CRUZ



Polegar Direito



Víomar PEREIRA DOS REIS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CASA DA MOEDA DO BRASIL

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, **Carla do Socorro de Lima Pinheiro**, portador (a) do RG nº 494112-8, expedido pelo **SSP,RR**, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº **841.840.272-53**, **DECLARO** para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que sou residente e domiciliado na rua; **nordeste, quadra; B lote; 02, , BAIRRO Equatorial, CEP 69317382**, na cidade de **Boa vista , Estado Roraima**, aproximadamente 2 anos ,conforme cópia de comprovante anexo.

Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

flav-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Daynara Soares da Silva
INSCRIÇÃO DO CPF: 024.489.372-14 RG: 374280-6
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Leste, 391
BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-348
CIDADE: Boa Vista UF: RR
FONE(S): 95 - 91701753 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de rádio difusão Crebama CNPJ nº 17605876/0001-64 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Daynara Soares da Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

Em 08 de Outubro de 2019 Boa Vista RR
Data Município e UF



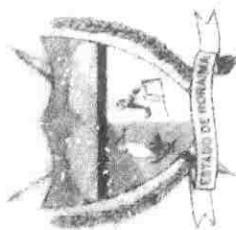
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILIO CRUZ



Polegar Direito



Daynara Soares da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

374280-6

DATA DE
EXPEDIÇÃO

22/04/2006

NOME

DAYNARA SOARES DA SILVA

FILIAÇÃO

JOSÉ HAMILTON PAULO DA SILVA

MARIA DE NAZARÉ SOUSA SOARES

NATURALIDADE

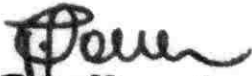
RORAINÓPOLIS - RR

DATA DE NASCIMENTO

31/12/1996

DOC. ORIGEM

CERTD NASC 7072 FLS 236V LIV A10
SÃO LUIZ DO ANAUÁ - RR


Rita de Cássia Coelho de Araújo
Diretora do IIOC

P 7

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
AGOSTO/2019	06/09/2019	391	327,37

ROGERIO SOUSA SILVA
R. LESTE 391 EQUATORIAL
CONJUNTO CRUVIANA II

CEP: 69.317-348 - BOA VISTA

ROT: 7 091 28 06 01 400

DADOS DA LEITURA	kWh	kVArh	DATAS DA LEITURA
Atual:	12163		Atual: 23/08/2019
Anterior:	11772		Anterior: 23/07/2019
Constante de Multiplicação:	1,000		Próxima Leitura: 22/09/2019
Consumo Medido:	391		Emissão: 22/08/2019
Consumo Faturado:	391	FCAM	Apresentação: 23/08/2019
Forma de Pagamento:	NORMAL	Fator de Potência:	21

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	PT	16TDB04163		1 1 1 2	400
HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO DA CONTA				
Mês/ano consumo					

JUL/19 434
JUN/19 330
MAI/19 463
ABR/19 456
MAR/19 430
FEV/19 456
JAN/19 466
DEZ/18 360
NOV/18 305
OUT/18 474

TARIFA SEM TRIBUTOS:
0 A 391 - 0,604620

CONSUMO 391 A R\$ 0,772737 = 302,14
ILUMINACAO PUBLICA 25,23

PAGO 02/09/2019
OLINE BB

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO

LIGUE 08007019120 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 6 11 16 21 26
Parabéns! Até o dia 22/08/2019, não constatamos faturas vencidas
nessa Unidade Consumidora.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Janaina Karoline Lemos Nunes

INSCRIÇÃO DO CPF: 018.879.172-84 RG: 337802-0

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Setentrional, 196

BAIRRO: Equatorial (Cruzeiro) CEP: 64317-378

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 91277162 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de radio difusão Cruzeiro CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Janaina Karoline Lemos Nunes
Assinatura do(a) apoiador(a)

Em 03 de Outubro de 2019 Boa Vista - RR
Data Município e UF





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODÍLIO CRUZ



Polegar Direito



ASSINATURA DO TITULAR

Jamaina Karafina Lemos Nunes

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CASA DA MODA DO BRASIL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

337802-0

DATA DE
EXPEDIÇÃO

26/10/2005

NOME

JANAINA KAROLINE LEMOS NUNES

FILIAÇÃO

MIRIM NUNES NETO

JANE VANDA LEMOS SOARES

NATURALIDADE

BOA VISTA - RR

DATA DE NASCIMENTO

07/01/1993

DOC ORIGEM

CERTD NASC 69075 FLS 8

LIV A 99

1 OF BOA VISTA - RR

CPT

1 VIA

Rita de Cássia Coelho de Araújo
Diretora de TIIOC

P

LEI N°7.116 DE 29/08/83

CAF - DA MOEDA DO BRASIL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e277-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



Roraima Energia S.A.
Av. Capitão Ene Garcez, 691 – Centro – Boa Vista – RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica – Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Para contato
conosco informe
este número

SEU CÓDIGO

0107580-2

Nº da Nota Fiscal 003520228

A Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
AGOSTO/2019	06/09/2019	30	49,63

JANE VANDA LEMOS SOARES
R. SETENTRIONAL 196 EQUATORIAL
CONJUNTO CRUVIANA II
CEP: 69.317-378 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.06.1540000

DADOS DA LEITURA	kWh	kVArh	DATAS DA LEITURA
------------------	-----	-------	------------------

Assinatura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Scanned by CamScanner

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Carla do Socorro de L. Pinheiro

INSCRIÇÃO DO CPF: 841-840-272-53 RG: 494312-8

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua: nordeste QD. Lote. 02

BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-382

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 984135593 0 - 00000000

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de rádio difusão Auaramã CNPJ nº 17605876/0001-64 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Carla do Socorro de L. Pinheiro
Assinatura do(a) apoiador(a)

08/10/2019 / Boa Vista / RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIORE
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

Polegar Direito

Carla do Socorro de Jesus

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

10 11 01 00

Carla

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

VALIDA EM

894.117-8

00/04/1015

CARLA DO SOCORRO DE LIMA PINHEIRO

FILIAÇÃO

RAYMUNDO PINHEIRO FILHO

ANA SUELY DE LIMA PINHEIRO

DATA DE NASCIMENTO

IRITUIA - PA

03/06/1979

DIG. ORIGIN

CERTID. NASC. 7082 FLS 141-V LIV A-8

IRITUIA-PA

241.040.272-53

Mário Sérgio Lima Andrade

Diretor do IIOC

1 VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, **Carla do Socorro de Lima Pinheiro**, portador (a) do RG nº 494112-8, expedido pelo **SSP,RR**, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 841.840.272-53, **DECLARO** para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que sou residente e domiciliado na rua; **nordeste, quadra; B lote; 02, , BAIRRO Equatorial, CEP 69317382, na cidade de Boa vista , Estado Roraima, aproximadamente 2 anos ,conforme cópia de comprovante anexo.**

Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Carla



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Edileia Santos da Silva Pimentel

INSCRIÇÃO DO CPF: 020.244.332-94 RG: 3743560

ENDEREÇO

RESIDENCIAL: Rua CC 30 nº 343

BAIRRO: Laura Moura CEP: 69318-145

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 91508079 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radio Difusão CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Guiriana apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Edileia Santos da Silva Pimentel
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 23/10/2019
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

CC

NOME
EDILEIA SANTOS DA SILVA PIMENTEL

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR/UF
3743560 SESP RR

CPF
020.244.332-94

DATA NASCIMENTO
14/02/1994

FILIAÇÃO
ANTONIO GOMES DA SILVA
VASTY SANTOS DA SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
07043440461

VALIDADE
11/10/2022

1ª HABILITAÇÃO
26/04/2018

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1834661831

Eletrobras Distribuição Roraima
 Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
 CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
 Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
 Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal 000281026

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
FEVEREIRO/2018	26/03/2018	125	96,10

ANTONIO GOMES DA SILVA
 R. CC 30 343 LAURA MOREIRA
 CPF: 00042405696215
 CEP: 69 318-145 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.03.14/700

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
	kWh		
Atual:	14251	Atual:	20/02/2018
Anterior:	14126	Anterior:	19/01/2018
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	20/03/2018
Consumo Medido:	125	Emissão:	20/02/2018
Consumo Faturado:	125	Apresentação:	20/02/2018

Assinatura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Luiz Doroteu Cruz

INSCRIÇÃO DO CPF: 528.970.472-34 RG: 357375-2

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua CC 25, 392 conj. Lidadeiro

BAIRRO: Lama Moreira CEP: 69338 - 320

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 93207996 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de radio difusão crurama CNPJ nº 17.605.876/0001-64 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Luiz Doroteu Cruz
Assinatura do(a) apoiador(a)

em 23 de Outubro de 2019 Boa Vista RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO NACIONAL 317175-2

DATA DE EXPEDIÇÃO 27/04/2013

NOME LUIZ DOROTEU CRUZ

RELACAO

ANTONIO DOROTEU CRUZ

RAIMUNDA SOARES CRUZ

NATURALIDADE CASTELO DO PIAUI - PI

DOC ORDEM CERTID MASC 19.491 FLS 190-V LIV A-1-20

2 OF CASTELO DO PIAUI

376.678.472-34

1 VIA

DATA DE NASCIMENTO 03/08/1973

Assinatura

531

Un. R.F.

Scanned with CamScanner

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILIO CRUZ

Polegar Direito

Assinatura

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Scanned with CamScanner

Assinatura

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTAS MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SETEMBRO/2019	06/10/2019	328	290,10

ELIAS VIEIRA DA SILVA
R. CC 25 192 LAURA MOREIRA
CPF: 00014634040344
CEP: 69.318-120 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.02.255500

DADOS DA LEITURA		kVAch	DATAS DA LEITURA	
Atual:	15166		Atual:	20/09/2019
Anterior:	14838		Anterior:	23/08/2019
Constante de Multiplicação:	1,000		Próxima Leitura:	20/10/2019
Consumo Medido:	328		Emissão:	19/09/2019
Consumo Faturado:	328	FCAM	Apresentação:	20/09/2019

CS	Scanned with CamScanner	DATA DE EMISSÃO	20/09/2019
DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA			

Done



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Odeth Reythman Martins dos Santos

INSCRIÇÃO DO CPF: 027.193.132-97 RG: 401866-9

ENDEREÇO

RESIDENCIAL: Rua CC 30 N° 343

BAIRRO: Laura Moreira CEP: 69318-145

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 91225604 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão ^{Cruzeiro} CNPJ nº 17605876/0001-64 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Odeth Reythman Martins dos Santos
Assinatura do(a) apoiador(a)

23/10/2019 Boa Vista - RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODÍLIO CAUZ

 Polegar Direito



Odeth Roythman Martins dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NOME: **ODETH ROYTHMAN MARTINS DOS SANTOS**

FILIAÇÃO: **DOUGLAS DOS SANTOS SILVA**
MARIA GLEYVANEIDE MARTINS

NATURALIDADE: **BOA VISTA - RR**

DATA DE NASCIMENTO: **17/03/1996**

DOC. ORIGEM: **CERTD NASC 6415 FLS 207 LIV A-11**
2 OF BOA VISTA-RR

CHEF: **AMADEU ROCHA TRIANI**
Perito Papiloscópico de Polícia Civil
Diretor do IIC

1 VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Cadastro de Pessoas Físicas

Número
027.193.132-97

Nome
ODETH ROYTHMAN MARTINS DOS SANTOS

Nascimento
17/03/1996

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Elektrobras Distribuição Roraima

Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR

Nº da Nota Fiscal 000281026

CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1

Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
FEVEREIRO/2018	26/03/2018	125	96,10

ANTONIO GOMES DA SILVA

R. CC 30 343 LAURA MOREIRA

CPF: 00042405696215

CEP: 69 318-145 - BOA VISTA

ROT: 7 001.28.03.14/700

DADOS DA LEITURA		kWh	kVArh	DATAS DA LEITURA	
Atual:		14251		Atual:	20/02/2018
Anterior:		14126		Anterior:	19/01/2018
Constante de Multiplicação:		1,000		Próxima Leitura:	20/03/2018
Consumo Medido:		125		Emissão:	2018
Consumo Faturado:		125	FCAM	Apresentação:	20/02/2018



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Sônia Maria da Encarnação Moriz

INSCRIÇÃO DO CPF: 249.708.402-53 RG: 158.735

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua CC 25, 192

BAIRRO: Laura Moreira CEP: 69338 - 120

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 93207996 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de rádio difusão Cuoiara CNPJ nº 17.605.876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Sônia Maria da Encarnação Moriz
Assinatura do(a) apoiador(a)

Em 23 de Outubro de 2019 Boa Vista RR
Data Município e UF

Roraima



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

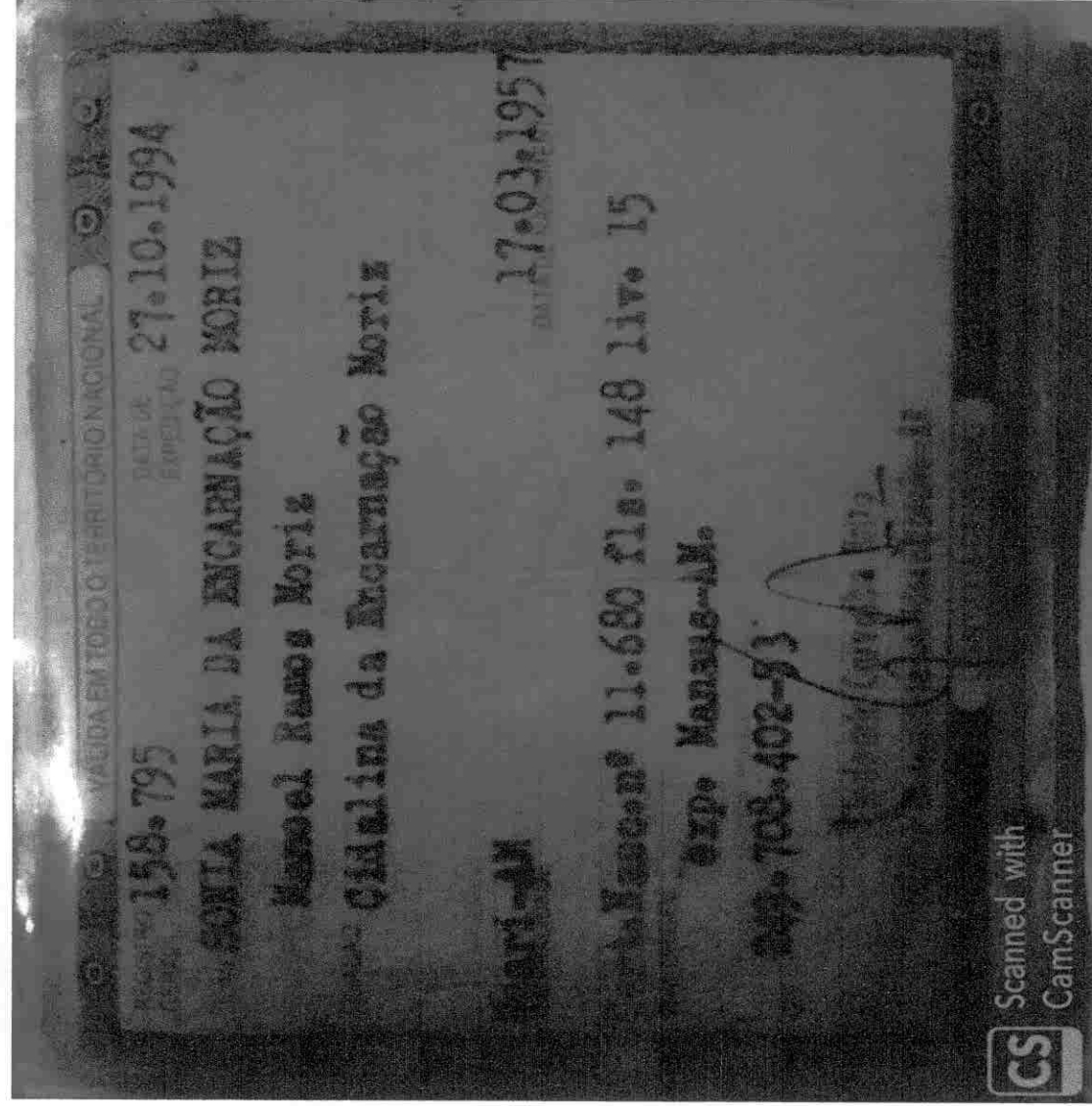
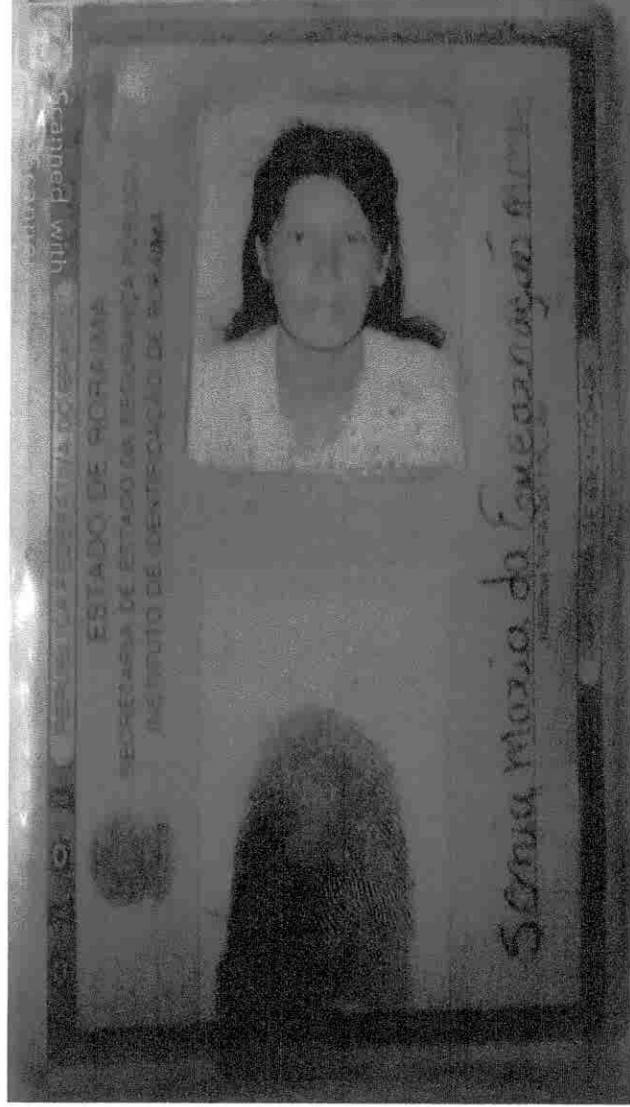
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



09/11/2018

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Inscrição Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTÁ MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SETEMBRO/2019	06/10/2019	328	290,10

ELIAS VIEIRA DA SILVA
R. CC 25 192 LAURA MOREIRA
CPF: 00014634040344
CEP: 69.318-120 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.02.255500

DADOS DA LEITURA:		kWh	kVArh	DATAS DA LEITURA	
Atual:		15166		Atual:	20/09/2019
Anterior:		14838		Anterior:	23/08/2019
Constante de Multiplicação:		1,000		Próxima Leitura:	20/10/2019
Consumo Medido:		328		Emissão:	19/09/2019
Consumo Faturado:		328	FCAM	Apresentação:	20/09/2019

 Scanned with CamScanner	Fator de Potência: NORMAL	Dias de Consumo: 28
--	---------------------------	---------------------

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

Revis



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Rosilene Silva de Sousa

INSCRIÇÃO DO CPF: 164.233.602-44 RG: 55104

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Lafageiro, 140 Conj. Manaira

BAIRRO: Lama Moreira CEP:

6	9	3	0	0
---	---	---	---	---

 -

0	0	6
---	---	---

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S):

9	5
---	---

 -

--	--	--	--	--	--	--	--

--	--

 -

--	--	--	--	--	--	--	--

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de radio Difusão Comunitaria CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Rosilene Silva de Sousa
Assinatura do(a) apoiador(a)

Em 10/10/2019, Boa Vista - RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL **55104** DATA DE
EXPIRAÇÃO 26/12/2018

NOME
ROSILENE SILVA DE SOUSA

FILIAÇÃO
FRANCISCO PEREIRA SILVA
NATURALIDADE
VITORINO FREIRE - MA DATA DE NASCIMENTO
22/08/1957

END. ORIGEM
CERTD CAS 5407 FLS 157 LIV 23
SANTA LUZIA - MA

164.231.602-44
2ª VIA

AMABEU ROCHA TRIANI
Secretário de Registro do Poder Judiciário
Estado do MA

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILIO CRUZ

 Polegar Direito 

Rosilene silva de souza
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Para Lei nº 10.430 de 20 de abril de 2002.

CONTAS MES	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SETEMBRO/2019	06/10/2019	254	171,43

ANTONIO FERNANDES DA SILVA
 R. CAJAZEIRA 140 Q 843 LT 380 LAURA MOREIRA
 RESIDENCIAL MANAIRA
 CEP: 69.318-167 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.08.006700

DADOS DA LEITURA		DADOS DA LEITURA	
Atual:	14076	Atual:	20/09/2019
Anterior:	13822	Anterior:	23/08/2019
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	20/10/2019
Consumo Medido:	254	Emissão:	19/09/2019
Consumo Faturado:	254	Apresentação:	20/09/2019

FCAN

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Pat.	Média 12 meses

Ass.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Valtemar Soares Ribeiro

INSCRIÇÃO DO CPF: _____ RG: 62.896

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Austral N: 980

BAIRRO: Prumiana CEP: 69317 - 358

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 91216023 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de rádio Difusão Comunitária CNPJ nº 17605876/0001-64 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Valtemar Soares Ribeiro
Assinatura do(a) apoiador(a)

em 10/10/2019 Boa Vista - RR
Data Município e UF



62.896 2ª Via 19.09.11
VALTEMAR LOPES RIBEIRO
Aureliano Ribeiro de Matos
Maria da Conceição Lopes Ribeiro
Coquelândia-MA 19.04.1967
Cert.Nasc.nº 5.772 fls. 47 liv. 6
exp. Boa Vista-RR.

Ass.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

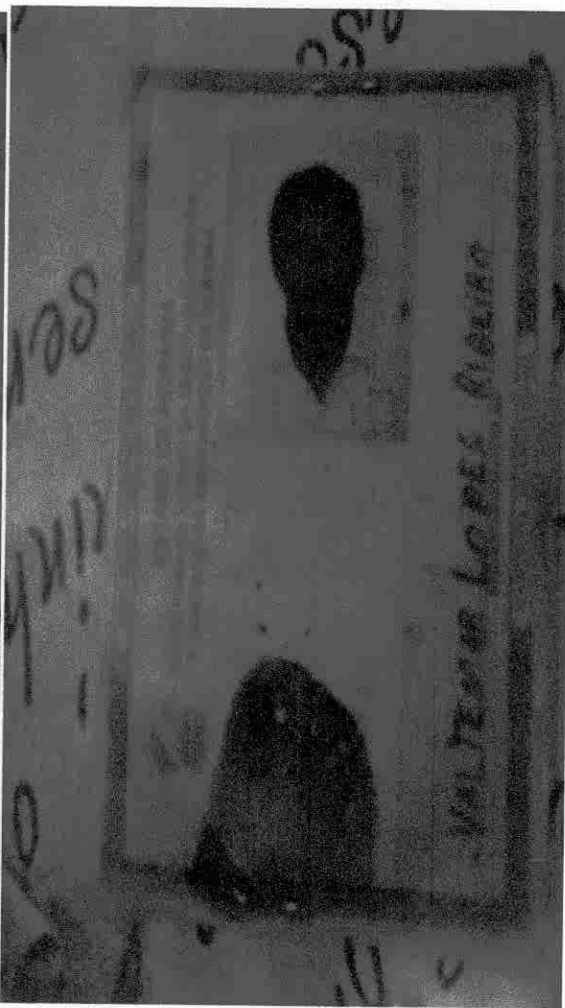
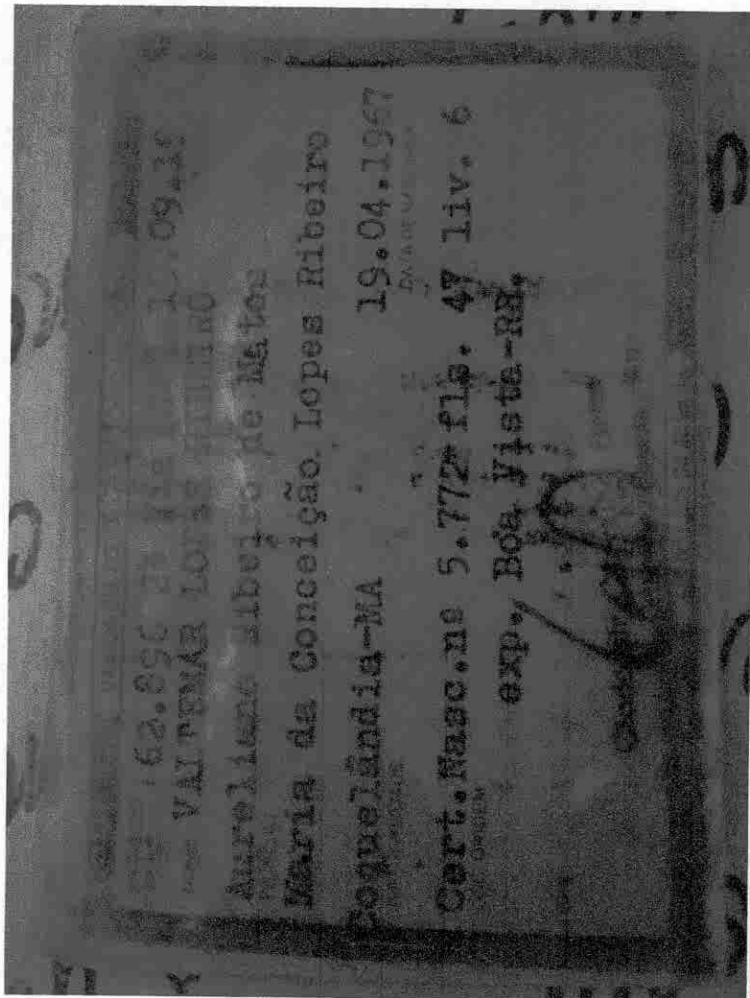
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



Don.

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Maria Auxiliadora Amador Rosas

INSCRIÇÃO DO CPF: 587.101.162-49 RG: 79863

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Austral nº 180

BAIRRO: Curuviana CEP: 69317 - 358

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 91216023 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radio Difusão Curuviana CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Maria Auxiliadora A. Rosas
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 11/10/2019
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

PROIBIDO PLASTIFICAR

REGISTRO GERAL 79863

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

06/09/2018

NOME MARIA AUXILIADORA AMADOR ROSAS

FRASEADO ANTELMO DE OLIVEIRA ROSAS

NATURALIDADE RAIMUNDA ROSA AMADOR

BOA VISTA - RR

DATA DE NASCIMENTO 07/07/1971

CERTID NASC 7067 FLS 269 LIV A-1

1º OF BOA VISTA-RR

CPF 587.101.162-49

2ª VIA

AMADOR ROSA TRIANI

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

P1



Devi

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime Especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

A Tarifa Social de Energia Elétrica - 1500W
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SETEMBRO/2019	21/10/2019	275	357,89

CLAUDIRENE LEITE DE SOUZA
R. AUSTRAL 180 EQUATORIAL

CPF: 00051749815249

CEP: 69.317-358 - BOA VISTA

DADOS DA LEITURA (KWH)	
Atual:	275
Anterior:	0
Dias de consumo:	28
Constante de Multiplicação:	1,000
Consumo medido:	275
Consumo Faturado:	275

DATAS DA LEITURA	
Atual:	20/09/2019
Anterior:	23/08/2019
Próxima leitura:	23/10/2019
Emissão:	04/10/2019
Apresentação:	07/10/2019
R: 7.001.28.07.133300	

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA	
Grupo/Subgrupo:	B
Classe/Subclasse:	RESID.BX.RENDA
Ligação:	BI
Número Medidor:	TDBI 735760
Forma de Faturamento:	NORMAL
Modalidade:	CONVENCIONAL

CONSUMO

30	A	R\$	0,262660	=	7,87
70	A	R\$	0,450269	=	31,51
120	A	R\$	0,675410	=	81,04
55	A	R\$	0,750449	=	41,27
					170,70



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Claudiane Coutinho da Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: 649.887.912-20 RG: 169687

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Austral N° 187 Equatorial

BAIRRO: Cruciana CEP: -

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): - -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. comunitaria de Radio Difusão Comunitaria CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Claudiane Coutinho da Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 11/10/2019
Data Município e UF

Klorus



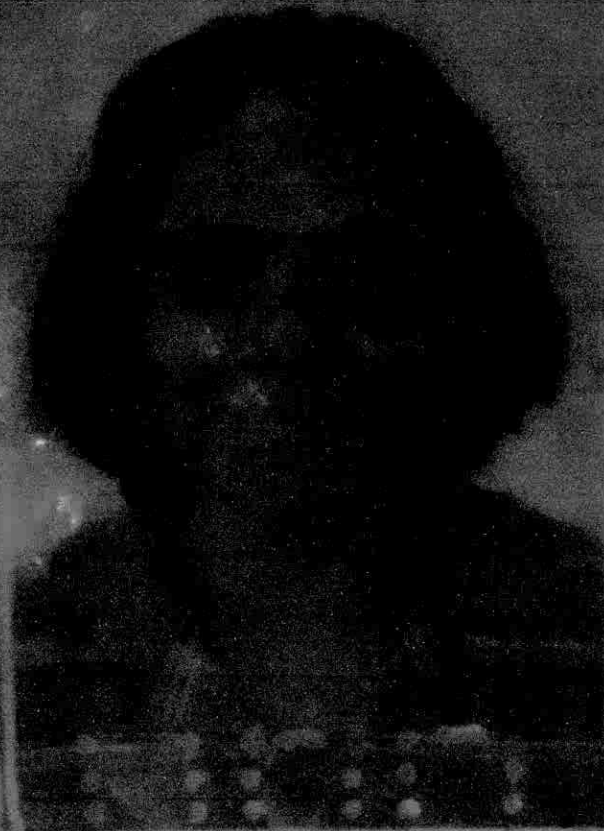
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CONLIO CRUZ



Polegar Direito



Laudiane Coutinho da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CALCULADORA: 84888075



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Verificar autenticidade assinatura: camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

169687

DATA DE
EXPEDIÇÃO

01/10/2008

NOME

CLAUDIANE COUTINHO DA SILVA

FILIAÇÃO

JOSÉ RODRIGUES DA SILVA

GRAÇA COUTINHO DA SILVA

NATURALIDADE

SANTA INÊS - MA

DATA DE NASCIMENTO

06/11/1979

DOC. ORIGEM

CERTD NASC 20234 FLS 058

LIV A88

2 OF ITAITUBA - PA

CPF

649.887.912-20

2 VIA

Rita de Cássia Coelho de Araújo
Rita de Cássia Coelho de Araújo
Diretora do ITOC

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infolég-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

1. ALIQUOTAS DE INSCRIÇÃO

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original:
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Benilde da Silva Ferreira

INSCRIÇÃO DO CPF: 510.814.072-04 RG: 154973

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua: CC 24 nº 144

BAIRRO: Laura Moreira CEP: 69318-115

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 991473565 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Rádio Difusão Comunitaria CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Benilde da Silva Ferreira
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista-RR 11/10/2019
Data Município e UF





BENILDE DA SILVA FERREIRA

FILIAÇÃO.....: ANTONIO PAULINO FERREIRA
DELCE PEREIRA DA SILVA FERREIRA
NASCIMENTO.....: 03/12/1978 SEXO: FEMININO
ESTADO CIVIL.....: SOLTEIRO

NATURALIDADE: IMPERATRIZ - MA
DOCUMENTO.....: R.G. 154973 SESP RR 01/09/1994

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF.....: 510.814.072-04 CNH.....:
TIT. ELEITOR: 002189812607 SEÇÃO: 0186 ZONA: 005

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTE/RR - 11/04/2013


Laércio Carlos de Sousa
Supervisor Regional de Registro e Cartório Substituto
do Poder Judiciário

ASSINATURA DO EMISSOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO.....
DATA DE NASC. DE PARA
DOCUMENTO.....

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME.....

DOCUMENTO.....

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME.....

DOCUMENTO.....

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME.....

DOCUMENTO.....

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME.....

1 - CASAMENTO - C - DIVÓRCIO - E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE - G - DATA DE NASCIMENTO
2 - SEPARAÇÃO DE BENS - H - ADOÇÃO - I - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

03



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
 Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

N° da Nota Fiscal: 003112102

A Tarifa Social de Energia Elétrica - 1989 na redução pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR
JUNHO/2019	06/07/2019	173	173,00

BENILDE DA SILVA PEREIRA
 R. CC 24 144 LAURA MOREIRA
 CPF: 00051081407204
 CEP: 69.318-115 - BOA VISTA

ROT: 7.001 23 02

DADOS DA LEITURA		kWh	kVArh	DATAS DA LEITURA	
Atual:		20156		Atual:	23/05/2019
Anterior:		19983		Anterior:	21/07/2018
Constante de Multiplicação:		1,000		Próxima Leitura:	19/06/2019
Consumo Medido:		173		Emissão:	21/06/2019
Consumo Faturado:		173	FCAM	Apresentação:	29

NORMAL

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA			
Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat. Medida 12 meses
		1411324	1.4.1.1

Ass.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Sammylane Santos Lelis Alves
INSCRIÇÃO DO CPF: 030.835.712-40 RG: 4737091
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua CC-24 n° 73
BAIRRO: Conjunto Cidões CEP: 69318 - 115
CIDADE: Boa Vista UF: RR
FONE(S): 95 - 984094380 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Radiodifusão CNPJ nº 17605876/0001-64 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Sammylane Santos Lelis Alves.
Assinatura do(a) apoiador(a)

16 de outubro de 2019, Boa Vista-RR.
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
 SAMUELLE SANTOS LELES ALVES

DOO IDENTIDADE / NO. PRESIDENTE
 4737081 SPSP 35

CPF
 030.835.712-40

DATA NASCIMENTO
 20/03/1993

FILIAÇÃO
 SAMUELLE RODRIGUES
 LELES
 SAMMYA SANTOS LELES

PERMISSÃO
 PERMISSÃO

ACC
 ACC

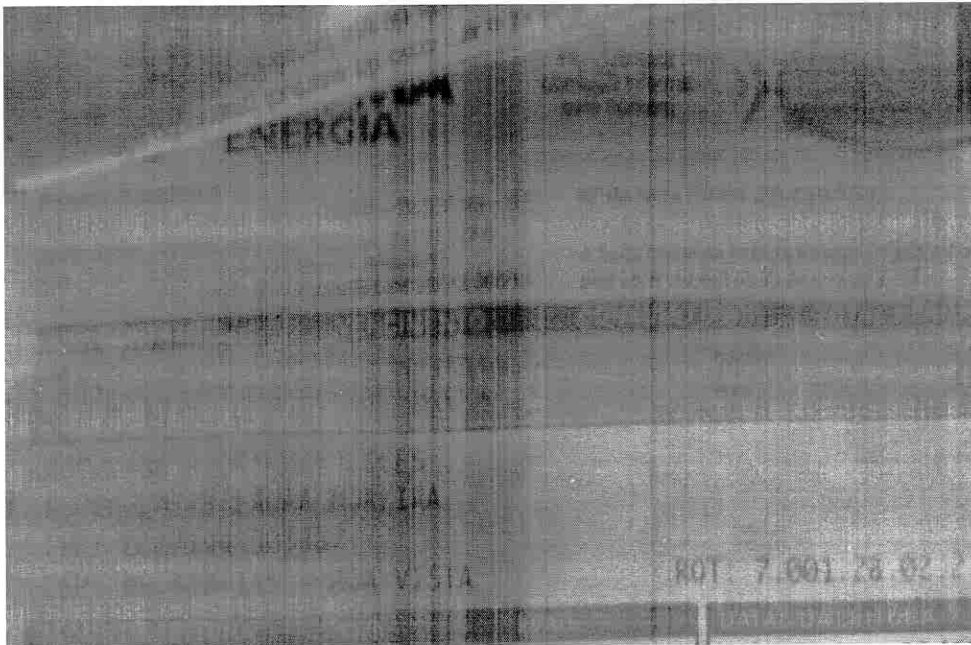
CAT. HAB.
 AB

NP REGISTRO
 07341513036

VALIDADE
 25/09/2020

EMERITACAO
 26/09/2019

VÁLIDA EM TODO
 O TERRITÓRIO NACIONAL
 1919605739



Handwritten signature



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Eletrobras Distribuição Roraima

Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR

CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Inscrição Estadual: 24.007.022-3

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1

Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal: 00114-4/9

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JULHO/2018	28/08/2018	374	194,75

SANITÁRIA MARIA

R. CC 24 72 LUBA GOTTINA

CPF: 000.000.000-00

CEP: 69.013-125 - BOA VISTA

ROT: 1.000.000

DADOS DA LEITURA	kWh	kVarh	DATAS DA LEITURA
Atual:	32.018		Atual: 23/07/2018
Anterior:	32.274		Anterior: 21/06/2018
Constante de Multiplicação:	1,000		Próxima Leitura: 23/08/2018
Consumo Medido:	374		Emissão: 23/07/2018
Consumo Faturado:	374	FCAH	Apresentação: 23/07/2018
Forma de Pagamento:	NORMAL	Fator de Potência:	Classe de Consumo: 32

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESID. BX. RENDA	MONO	2704761	H 1411323	1.4 1.1	367

HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO DA CONTA
Mês/ano consumo	
JUN/18 362	CONSUMO 0,150000 5,88
MAY/18 380	0,330000 13,52
ABR/18 355	0,500000 0,48
MAR/18 343	0,500000 0,24
FEV/18 434	SUBVENÇÃO LINDA 36,34
JAN/18 274	CONTAÇÃO A 3,63
DEZ/17 251	
NOV/17 337	
OUT/17 394	
SET/17 367	

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO

Mes/Ano	Valor R\$	Informações
05/2018	235,49	Unidade consumidora com suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 07/02/2018, em função dos contatos realizados nesta data, o não pagamento desta parcela, bem como a inclusão do nome do consumidor no CADEN. Informamos ainda que esta conta é vencida até 18/05/2018.

Revis



MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Marlete Silva dos Santos

INSCRIÇÃO DO CPF: 776.537.692-68 RG: 165110

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: R: Carduais N.º 210

BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-392

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 991375759 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc Comunitaria de Radio Difusão Comunitaria CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Marlete Silva dos Santos
Assinatura do(a) apoiador(a)

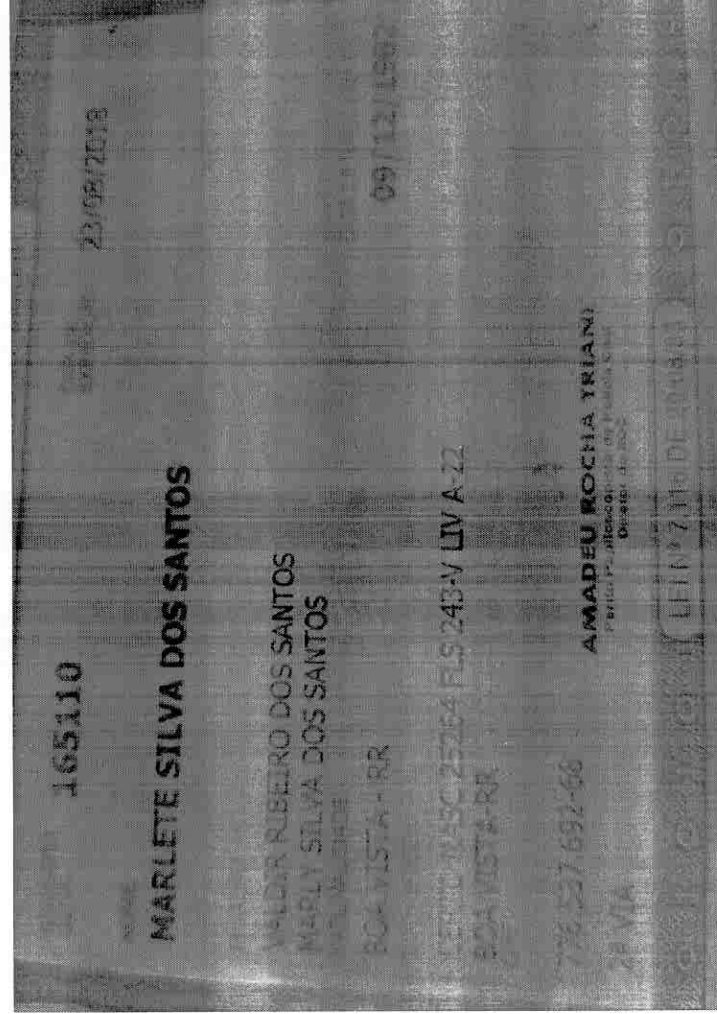
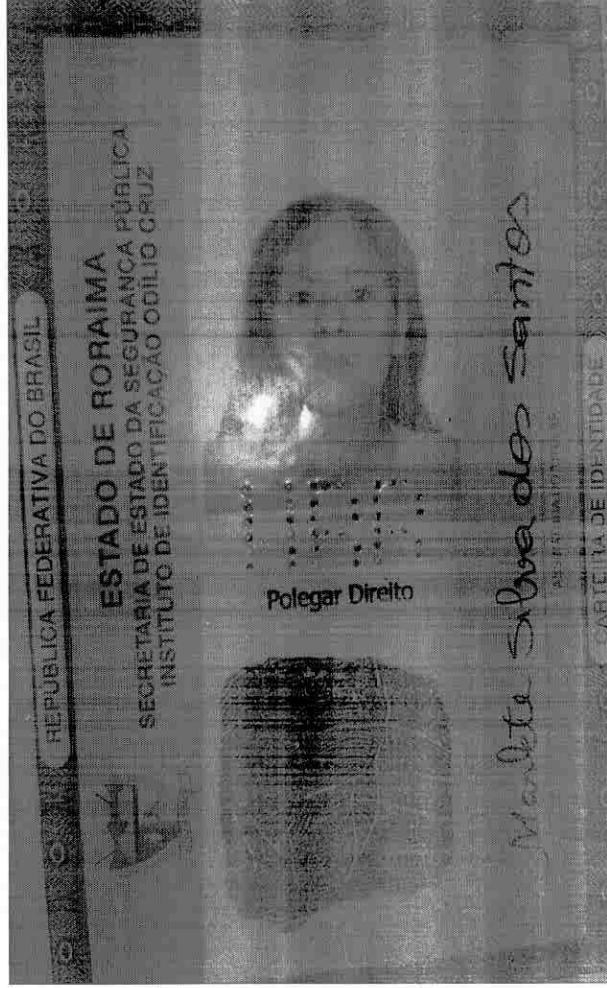
Boa Vista - RR 10/11/2019
Data Município e UF





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



Handwritten signature

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Maria Melia Pereira da Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: 149.892.042-04 RG: 39541

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Ac-13, nº 482

BAIRRO: Senador Hélio Campos CEP: 69316 - 482

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): - -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão Comunitária CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Maria Melia Pereira da Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

16 de Julho de 2019, Boa Vista - RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Elzi Linhares da Silva
INSCRIÇÃO DO CPF: 695.163.852-87 RG: 155340
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua CC 26, 84
BAIRRO: Laura morais CEP: 69318 - 125
CIDADE: Boa Vista UF: RR
FONE(S): 95 - 91189970 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Represão CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Ouviana apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Elzi Linhares da Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

16 de outubro de 2019, Boa Vista - RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 155340 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/05/2016

NOME ELZI LINHARES DA SILVA

FILIAÇÃO JOSÉ LUIZ CABRAL

ALEXANDRINA LINHARES CABRAL

NATURALIDADE RESERVA DO CABAÇAL - MT

DATA DE NASCIMENTO 03/08/1979

DOC. ORIGEM CERTIDÃO CAS 12537 FLS 237 LIV B-42

2 OF BOA VISTA - RR

CPF 645.163.852-87

AMADEU ROCHA TRIANI

2 VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

P 7

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO-ODILIO CRUZ

Polígono Direto

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Flower.

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Distribuição Roraima

Eletrobras, informe
este NÚMERO

0072101-8

Eletrobras Distribuição Roraima

Av. Capitão Ene Garcez, 591 - Centro - Boa Vista - RR

CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insr. Estadual: 24.007.022-3

Nota Fiscal | Conta de Energia Elétrica - Série B-1

Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 358/13

Nº da Nota Fiscal: 001862320

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEI, foi criada
pela Lei nº 10.438 de 28 de abril de 2002.

PERÍODO	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR
NOVEMBRO/2018	16/12/2018	538	365,44

ELZI LINHARES CABRAL

R. CC 26 84 LAURA MOREIRA

CPF: 00054516385287

CEP: 69.318-125 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.03 078800

DADOS DA LEITURA	kWh	kVArh	DATAS DA LEITURA
Atual	760		23/11/2018
Anterior	222		23/10/2018
Constante de Multiplicação:	1,000		21/12/2018
Consumo Medido:	538		Próxima Leitura
Consumo Faturado:	538	FCAH	22/11/2018
			Emissão
			23/11/2018
			Apresentação

NORMAL

31

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat	Média 12 meses
RESID.BX.RENDA	BI	TDB1732065M	1411811	1.4.1.2	208

HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO DA CONTA
---------------	--------------------

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Genival Gonzaga da Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: 567 962 692-68 RG: 6737471

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Solana, 138.

BAIRRO: Ilha Maurício CEP: 69318 - 181

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 991316330 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão Comunitária CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Genival Gonzaga da Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

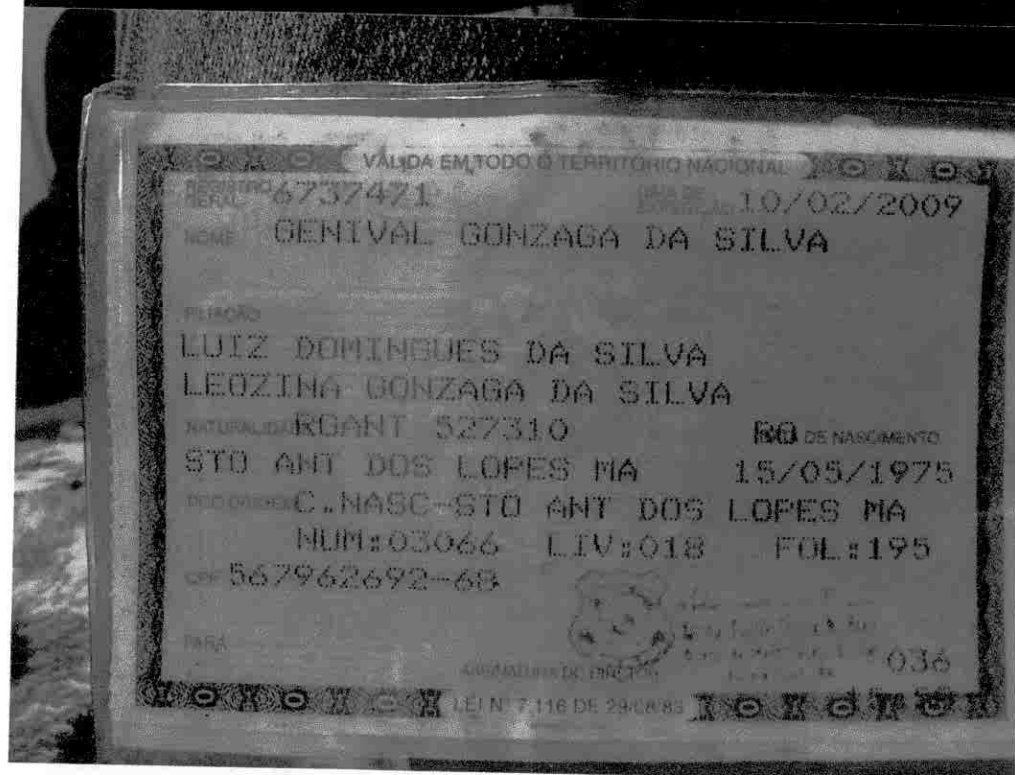
15 de outubro de 2019, Boa Vista, RR.
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Ass.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Eletrobras

Distribuição Roraima

Para contato com a
Eletrobras, informe
este NÚMERO

SEU CÓDIGO

0125619-0

Eletrobras Distribuição Roraima

Av. Capitão Ene Garcez, 691 – Centro – Boa Vista – RR

CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Inscrição Estadual: 24.007.022-3

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica – Série B-1

Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 366/13

Nº da Nota Fiscal 002579160

A Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
MARÇO/2019	06/04/2019	404	117,00

EDIANA BARBOSA DOS SANTOS

R. SOLANEA 133 Q 844 LT 338 LAURA MONTEIRA

RESIDENCIAL MANAIRA

CEP: 69.318-181 – BOA VISTA

DADOS DA LEITURA	DATA	VALOR	DADOS DA LEITURA	DATA	VALOR
Atual:		136,13	Atual:		117,00
Anterior:		187,19	Anterior:		117,00
Constante de Multiplicação:		1,000	Próxima leitura:		227,00
Consumo Medido:		404	Consumo:		404
Consumo Faturado:		404	Faturado:		117,00

Assinatura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Fabrizia Soares da Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: 037.902.212-52 RG: 462523-4

ENDEREÇO RESIDENCIAL: R. Solanea N° 89 / manaira

BAIRRO: Zaura moreira CEP: 69318 - 181

CIDADE: Boa vista UF: RR

FONE(S): 95 - 991718475 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Rádio Difusão Humana CNPJ nº 17.605.876/0001-69, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Fabrizia Soares da Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

07 Boa vista RR
Data Município e UF
10
19



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



FABRICIA SOARES DA SILVA

FILIAÇÃO.....: CLEOCIO JOSE DA SILVA VIRIATO
FRANCIANE SOARES DA SILVA

NASCIMENTO.....: 17/11/1998 SEXO: FEMININO

ESTADO CIVIL.....: SOLTEIRO

NATURALIDADE: BOA VISTA - RR

DOCUMENTO.....: C. I. 4625234 20/09/2013 SESP RR

LEI Nº 9.049, DE 16 DE MAIO DE 1995

CPF.....: 037.902.212-52 CNH.....:

- TIT. ELEITOR: SEÇÃO: ZONA:

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTE/RR - 28/05/2014


Assinatura do Titular da Carteira

ANEXO 1 - CTPS - Cópia

Ames.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Roraima Energia S.A.
Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 308/13

Para conferir
conosco insira
este número

0125991-1

Nº da Nota Fiscal: 0125991-1

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

VENCIMENTO	CONSUMO (KWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JUNHO/2019	319	278,96

ELISANGELA LIMA DO NASCIMENTO
R. SOLANEA 89 Q 845 LT 110 LAURA MOREIRA
RESIDENCIAL MANAIRA
CEP: 69.318-181 - BOA VISTA

ROT. 2.001.76.03.00800

DADOS DA LEITURA	kWh	kVarh	DADOS DA LEITURA
Atual:	15755		Atual
Anterior:	15436		23/05/2019
	...		Anterior:

Ass.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Virlene da Silva e Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: 034.225.762-58 RG: 430292-3

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: lste n.º 415

BAIRRO: Equatorial CEP: 69314-348

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 991674225 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Associação de Rádio Difusão Comunitária CNPJ nº 17.605.876/0001-65 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Virlene da Silva e Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR. 10/10/2019
Data Município e UF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE EST. DO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Polgar Direto

Virlene da Silva e Silva

430292 3 31/05/2013

VIRLENE DA SILVA E SILVA

JOSÉ CARLOS PARTOJA DA SILVA

VILÂNDIA DA SILVA SOUSA

RURÓPOLIS - PA 26/05/1997

CERTID NASC 10351 FLS 066 LIV 0014

RURÓPOLIS - PA

1 VIA **Bel. José Gomes de Oliveira**
Diretor em Exercício do IIOC

MINISTERIO DA FAZENDA

Recarta Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
034.225.762-58

Nome
VIRLENE DA SILVA E SILVA

Nascimento
26/05/1997

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CAERR

ATENÇÃO: CERR 0800 280 9520

Matrícula: 1097431 Novembro/2013

Dados do Cliente: VIRLENE DA SILVA

Endereço para entrega: RUA LESTE, N.º 00415 - EDUARDO L. B. - 10TH BR - 69017-040

Inscrição	Rota	Seq. Rota	Quantidade de Economias
001.019.791.0334.000	39	800	

Hidrometro	Data de Instalação	Situação Água	Situação Esgoto
ATB241535	24/01/2014	LIGADO	POTENCIAL

LEITURA FAT 10/2018 23/11/2018

LEITURA INT

DI LEITURA 14 10/2018 23/11/2018

ULTIMOS CONSUMOS

Período	Consumo
2018/01	
2018/02	
2018/03	
2018/04	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Jose do Nascimento Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: 044.042.403-84 RG: 3002.055

ENDEREÇO

RESIDENCIAL: Av. Juscelino Costa Lima nº 332

BAIRRO: Equatorial CEP: 69377-364

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 991291472 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Associação Rádio de Jussu Humana CNPJ nº 17.605.876/0001-69, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Jose do Nascimento Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

16/10/2019 Boa Vista-RR
Data Município e UF

Rev.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.002.055 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/04/07

NOME JOSE DO NASCIMENTO SILVA

FILIAÇÃO DEUZUITE DO NASCIMENTO SILVA

NATURALIDADE TERESINA-PI DATA DE NASCIMENTO 03/07/1991

DOC. ORIGEM CERT. NASC. 201736 L A-241 F 37 EXP. TERESINA-PI 02/07/92

ASSINATURA DO TITULAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

POLEGAR DIREITO

JOSE DO NASCIMENTO SILVA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

blavis



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DA FAZENDA

 **Receita Federal**
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
044.042.403-84

Nome
JOSE DO NASCIMENTO SILVA

Nascimento
03/07/1991

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

Flavio



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Para contato
conosco informe
este número

SEU CODIGO
0107363-0

Roraima Energia S.A.
Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal 003520105

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTAMÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR
AGOSTO/2019	21/09/2019	131	126

GENIVALDO DE AGUIAR ALMEIDA
AV JESUALDO COSTA LIMA 332 EQUATORIAL
CPF: 00051085240215
CEP: 69.317-364 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.06.116

DADOS DA LEITURA		kWh	kVarh	DATAS DA LEITURA	
Atual:		9881		Atual:	23/08
Anterior:		9750		Anterior:	23/07



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Roberto Carlos Romero Millan

INSCRIÇÃO DO CPF: 706.616.672-86 RG: F061981-0

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: R. Suelaneia nº 30


BAIRRO: Conj. Monarca CEP: 69318-181

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 99122298 95 - 991232298

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radio Difusão ^{Comunaria} CNPJ nº 17.605.876/0001-69, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.



Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 15/10/2019

Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

PF **REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** **PF**
CARTEIRA DE REGISTRO NACIONAL MIGRATORIO

SOBRENOME:
ROMERO MILLAN

NOME:
ROBERTO CARLOS

DATA DE NASCIMENTO: 31/05/1992 **SEXO:** M

FILIAÇÃO:
ROBERTO ROMERO TORRES
BELKIS JOSEFINA MILLAN

NACIONALIDADE:
VENEZUELA

VALIDADE:
30/01/2021

RNM
F061881-0

ASSINATURA DO TITULAR

Rous



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

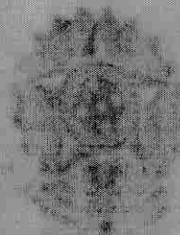
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número
706.616.672-86

Nome
ROBERTO CARLOS ROMERO MILLAN

Nascimento
31/05/1992



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Sign

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Para contato
conosco informe
este número

SEU CÓDIGO

002577-1

Roraima Energia S.A.

Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR

CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Ins. Estadual: 24.007.022-3

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1

Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 309/13

Nº da Nota Fiscal 003704900

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

PERÍODO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
SETEMBRO/2019	06/09/2019	06/09/2019	55,14

DANYELE LEITE PINHEIRO
R. SOLANEA 30 Q 844 LT 272 LAURA MOREIRA
RESIDENCIAL MANAIRA
CEP: 69.318-181 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.09.018400

DADOS DA LEITURA

Atual: 13343
Anterior: 13089
Constante de Multiplicação: 1,000
Consumo Medido: 254
Consumo Futuro: 254

DATAS DA LEITURA

Atual: 20/09/2019
Anterior: 23/08/2019
Próxima Leitura: 20/10/2019
Exatidão: 13/09/2019

Consumo Futuro:

DE CONSUMIDORES

Classe/Subclasse

Assinatura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

NOME COMPLETO: Daniell Leite Pinheiro
INSCRIÇÃO DO CPF: 891.454.882-15 RG: 186753
ENDEREÇO
RESIDENCIAL: R. Solano Nº 30
BAIRRO: conq. Monarca CEP: 69318 - 181
CIDADE: Boa Vista UF: Roraima
FONE(S): 95 - 991655931 -

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

a H. Linheiro
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista-RR 5/10/2019
Data Município e UF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

DANIELE LEITE PINHEIRO

DOC IDENTIDADE / ORG EMISSORA
186753 SSP RR

CPF
891.454.662-15

DATA NASCIMENTO
18/12/1987

FILIAÇÃO

RAIMUNDO GUILHERMES

PINHEIRO

DALCI LEITE PINHEIRO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

AB

1º REGISTRO

05873237152

VALIDADE

25/05/2023

1ª HABILITAÇÃO

09/01/2014

OBSERVAÇÕES

Daniel Leite Pinheiro
ASSINATURA DO PORTADOR

CIDADE

BOA VISTA, RR

DATA DE EMISSÃO

25/05/2013

ANTONIO FRANCISCO BERTINI MACHES
DIRETOR PRESIDENTE

92016558179
RR209675167

ASSINATURA DO EMISSOR

RORAIMA

VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1650871539

PROIBIDO REASSINAR
1650871539

Novo.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Para contato
conosco informe
este número



Roraima Energia S.A.
Av. Capitão Ené Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 388/13

Nº da Nota Fiscal 003704900

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 28 de abril de 2002.

PERÍODO DE VIGÊNCIA	PERÍODO DE VIGÊNCIA	PERÍODO DE VIGÊNCIA	PERÍODO DE VIGÊNCIA
SETEMBRO/2019	09/09/2019	09/09/2019	09/09/2019

DANYELE LEITE PINHEIRO
R. SOLANEA 30 Q 844 LT 272 LAURA MOREIRA
RESIDENCIAL MANAIRA
CEP: 69.318-181 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.08.0184

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
Atual:	13343	Atual:	20/09/19
Anterior:	13089	Anterior:	23/08/19
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	20/10/19
Consumo Medido:	254	Emissão:	19/09/19
Consumo Faturado:	254		

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Anderson Santos Oliveira

INSCRIÇÃO DO CPF: _____ RG: 365481-8

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: R. Solânea N° 290 / manaira

BAIRRO: Laura moreira CEP: 69318 - 181

CIDADE: Boca Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 91765048 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão Comunitária CNPJ nº 17.605.876/0001-69, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

ANDERSON SANTOS OLIVEIRA
Assinatura do(a) apoiador(a)

10/10/2019 Boca Vista - RR.
Data Município e UF







Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	365481-8
DATA DE EXPEDIÇÃO	18/09/2007
NOME	ANDERSON SANTOS OLIVEIRA
FILIAÇÃO	
NATURALIDADE	FRANCISCA SANTOS OLIVEIRA
IGARAPÉ DO MEIO - MA	DATA DE NASCIMENTO
DOC ORIGEM	14/02/1989
CERTO MASC 13580 FLS 106V LIV A29	
MITORINO FREIRE - MA	
1 VIA	
	Rita de Cássia Chelinho de Araújo Diretora do ZOC
	LEI N° 7.116 DE 29/08/83
	P 7

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DE RORAIMA	
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILIO CRUZ	
	
Polegar Direito	
Anderson Santos Oliveira	
	CARTEIRA DE IDENTIDADE

DD2E2E77-B4A1-459A-BCF7-910BA73252D9

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Plano controlado
tarifas especiais
RORAIMA



Roraima Energia S.A.

Av. Capitão F. de Azevedo, 100 - Centro - Boa Vista - RR
CEP: 69.000-000 - Fone: (16) 3441-1000 - Fax: (16) 3441-1001
e-mail: roraima@roraimaenergia.com.br
Termos especiais de impressão elaborados pela SEFAZ/RR/13

Nº da Nota Fiscal: 003.050.1

A Tarifa Social de Energia Elétrica é concedida aos consumidores com renda mensal de até 3 salários mínimos, de acordo com a Lei nº 12.438 de 26 de junho de 2012.

PERÍODO DE VENCIMENTO	CONSUMO (KWH)	TOTAL A PAGAR (R\$)
06/10/2019	123	125,25

GRACILIN ASSIS DE MATA
R. SOLANEA 290 Q. 843 LT. 36 LAURA MOREIRA
RESIDENCIAL MANAIRA
CEP: 69.318-181 BOA VISTA

RUE P. V. 843 LT. 36

INDICADOR	VALOR	DATA DA LEITURA
Atual	6158	21/09/2019
Anterior	6035	23/08/2019
Constante de Multiplicação	1,000	20/10/2019
Consumo Médio	123	Emissão: 19/09/2019
Consumo Faturado	123	Apresentação: 21/09/2019

CLASSIFICAÇÃO	TIPO DE CONSUMO	DIÁRIO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RESIDENCIAL	BI	14708016468 1310741

Classificação	Local	Número Medidor	Posto	Código	Valor
RESIDENCIAL	BI	14708016468	1310741	1.1.1.2	125

Mês/Ano	Consumo	Valor
AGO/19	140	140,00
JUL/19	126	126,00
JUN/19	95	95,00
MAI/19	102	102,00
ABR/19	124	124,00
MAR/19	101	101,00
FEV/19	100	100,00
JAN/19	117	117,00
DEZ/18	91	91,00
NOV/18	133	133,00

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO

Mes/Ano	Valor R\$	Observações
08/2019	133,41	Valor devido em 08/10/2019. O valor devido em 08/10/2019 é de R\$ 133,41. O valor devido em 08/10/2019 é de R\$ 133,41. O valor devido em 08/10/2019 é de R\$ 133,41.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Alexsandra Cristina A da Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: 996.747-262-68 RG: 272-555

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: R. Piciú N. 47

BAIRRO: marinho (laura moreira) CEP: -

CIDADE: Boa Vista UF:

FONE(S): - -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Radio Difusão Comunitária CNPJ nº 17.605.876/0001-69, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Alexsandra Cristina A da Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista RR. 10/10/2018
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

272515 20/05/2015

ALESSANDRA CRISTINA APARECIDO DA SILVA

FILIAÇÃO

MIGUEL APARECIDO DA SILVA

BENEDITA ROSA DA SILVA

MUCAJAI - RR

05/11/1997

CERTD NASC 568 FLS 284V LIV SA-01

1 OF BOA VISTA-RR

996.747.262-68

AMADEU ROCHA TRIANI

1 OF BOA VISTA-RR

3 VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ESTADO DE RORAIMA

ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

IDENTIFICAÇÃO OCULO CRUZ

Polegar Direito

Alessandra Cristina Aparecido da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Por

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



CNPJ: 05.935.407/0001-15
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 26.055.426-3
RUA MELVIN JONES, 219 - SÃO PEDRO - CEP: 69.306-410

Matrícula: 1153641

ATENDIMENTO
CAERR
0800 280 9520
TEREZINHA

Setembro/2019

Dados do Cliente:		Endereço para entrega:	
ALESSANDRA CRISTINA A DA SILVA		RUA FLORES, NUM. 20047 - LUBA MOREIRA BC A VISTA RR 69300-000	
Inscrição	Rota	Seq Rota	Quantidade de Economias
001.033 843.0158.000	11	110	
Hidrometro	Data de Instalação	Situação Água	Situação Esgoto
NÃO MEDIDO		LIGADO	POTENCIAL
ANTERIOR		ATUAL	CONSUMO (m3)
LEITURA FAT.			10
LEITURA INF.			0
DT. LEITURA			
ULTIMOS CONSUMOS			
201906	10-0		
201907	10-0		
201908	10-0		
201905	10-0		
201904	10-0		
201903	10-0		
MEDIA	10		
Quantidade de Água Distribuída ao Consumidor			
Informações das Leituras Realizadas no Fato de Distribuição			
LEITURA FEDERAL N.º 5442			
ANOTAR	VALOR	TURBIDAZ	PH
ESGOTO			
ANALISAR			
CONFORMES			
DESCRIÇÃO		CONSUMO	TOTAL (R\$)
ÁGUA			
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)			
CONSUMO DE ÁGUA		10 M3	23,83
Multa P/IMPONTUALIDADE 07/2019			0,47

Assinatura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Andréia da Silva Polipumã
INSCRIÇÃO DO CPF: 745.912.822-87 RG: 232911
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Austral, 286
BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-358
CIDADE: Boa Vista UF: Roraima
FONE(S): 95 - 91332587 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radio Difusao CNPJ nº 17.605.876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o comunitaria apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Andréia da Silva Polipumã
Assinatura do(a) apoiador(a)

01/11/19 Boa Vista - RR
Data Município e UF

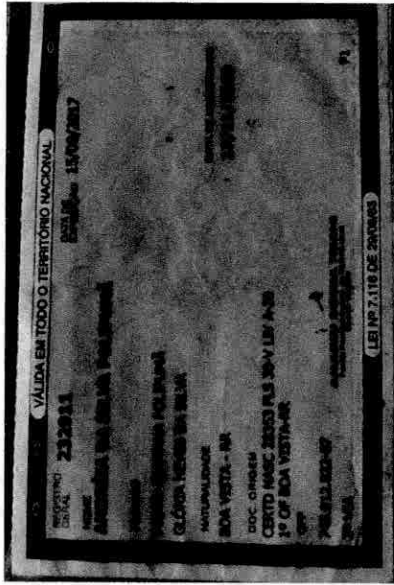




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Blm -



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



CNPJ: 06.930.070/0001-16
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 18.088.286
RUA BILLYN JONES, 170 - BAO PEDRO - CEP: 06.306-474



Metrodata: 1100963

Setembro/2019

Dados do Cliente:
ANDREIA DA SILVA POLIPAPA

Endereço para entrega:
RUA AUSTRIAL, NUM. 08206 - BOMTORTAL DOA
VISTA RR 69017-358

Inscrição	Rota	Seq.Rota	Quantidade de Economias
001.019.772.0372.000	45	1330	RESIDENCIAL

Medição	Data de instalação	Situação Água	Situação Saneamento
A138253350	28/01/2014	CORTADO	POTENCIAL

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m³)	NUM DE DIAS
LEITURA FAT. 2201	2211	10	33
LEITURA INF.			

DE: LEITURA 22/08/2019 - 24/09/2019

DE: LEITURA 22/08/2019 - 24/09/2019

Consumo de Água Distribuída					
Informações das Leituras e Situação da Conta					
Medição	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
201907	10-17				
201908	10-17				
201909	10-17				
201904	10-17				
201905	10-17				
201906	10-17				
MEDIA	10				

DESCRICAO	CONSUMO	TOTAL (R\$)
AGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE AGUA	10 M3	23,83
MULTA P/IMPONTUALIDADE 08/2019		0,47



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Roberto da Silva Cruz

INSCRIÇÃO DO CPF: _____ RG: 6312179

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Austral N° 370 Equatorial

BAIRRO: Cruxiana I CEP: 69317 - 358

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 911262625 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radio Difusão CNPJ nº 17.605.876/0001-69, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Cruxiana apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Roberto da Silva Cruz
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 14/10/2019
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6312179 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/05/2007

NOME ROBERTO DA SILVA CRUZ

FILIAÇÃO
MAXIMIANO CRUZ
JOANA ARAUJO DA SILVA

NATURALIDADE VISEU PA DATA DE NASCIMENTO 18/05/1990

DOC ORIGEM C.NASC-VISEU PA
NUM:30395 LIV:37 FOL:257

CPF

PARA

ASSINATURA DO TITULAR *[Assinatura]* 161

LEI Nº 7.116 DE 2008

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PARA
POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Roberto da Silva Cruz
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Assinatura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

SEU CÓDIGO

CEP: 691 - Centro - Boa Vista - RR Nº da Nota Fiscal: 001501213

CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3 A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1

Regime de prestação de serviço autotizado pela SEFAZ 388/13

CONTAS	VENCIMENTO	CONS. MÊS (KWH)	TOTAL A PAGAR (R\$)
<p>MARIA ANTONIA DA SILVA CRUZ R. AUSTRAL 370 EQUATORIAL CONJUNTO CRUVIANA I CEP: 69.317-358 - BOA VISTA ROT: 7.001.28.07.138700</p>			

DADOS DA LEITURA		KWH	FCAM	DADOS DA LEITURA	
Atual:	9024			Atual:	21/09/2018
Anterior:	8603			Anterior:	24/08/2018
Constante de Multiplicação:	1,000			Próxima Leitura:	23/10/2018
Consumo Medido:	421			Entrega:	20/09/2018
Consumo Faturado:	421			Acometimento:	21/09/2018
Faturamento:				Fator de Potência:	
				Diário de Consumo:	

R/gvr.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Carla Simara Fuxima de Souza

INSCRIÇÃO DO CPF: 034645852-13 RG: 392138-7

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Datitudinal, 342

BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-374

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 991324906 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão Comunitária CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Carla Simara Fuxima de Souza
Assinatura do(a) apoiador(a)

09 de outubro de 2019 Boa Vista, RR.
Data Município e UF



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
FRAJ

392138-7

DATA DE
EXPEDIÇÃO

08/10/2015

IME
CARLA SINARA FERREIRA DE SOUZA

FILIAÇÃO

FRANCISCO PINTO DE SOUZA

IVONE FERREIRA ALBUQUERQUE

NATURALIDADE

CARACARAÍ - RR

DATA DE NASCIMENTO

23/01/1992

DOC ORIGEM

CERTD NASC 166 FLS 83V LIV S/N

CARACARAÍ-RR

CPF

034.675.852-13

2 VIA

AMADEU ROCHA TRIANI
Perito Papiloscópico de Polícia Civil
Diretor do IIOC

P 1

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILHO CRUZ



Polegar Direito



Carla Sinara F. de Souza

ASSINATURA DO TITULAR

SECRETARIA DE IDENTIFICAÇÃO



MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Maria Honorato Maciel da Costa

INSCRIÇÃO DO CPF: 194.933.042-72 RG: 421146-4

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Setentrional n° 71

BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-378

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 991396817 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radio Difusão CNPJ nº 12605876/0001-64 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Cruzeiro apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Maria Honorato Maciel
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista RR 10/10/2019
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Leusina Moreira dos Santos

INSCRIÇÃO DO CPF: 375.991.272-91 RG: 87.631

ENDEREÇO

RESIDENCIAL: R. Graão Mestre Claudio N° 185

BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-372

CIDADE: Bea Vista UF: Roraima

FONE(S): 85 - 991224046 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio de Fuzão Comunitária CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Leusina Moreira dos Santos
Assinatura do(a) apoiador(a)

Bea Vista - RR 16/10/2019
Data Município e UF

Leusina



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

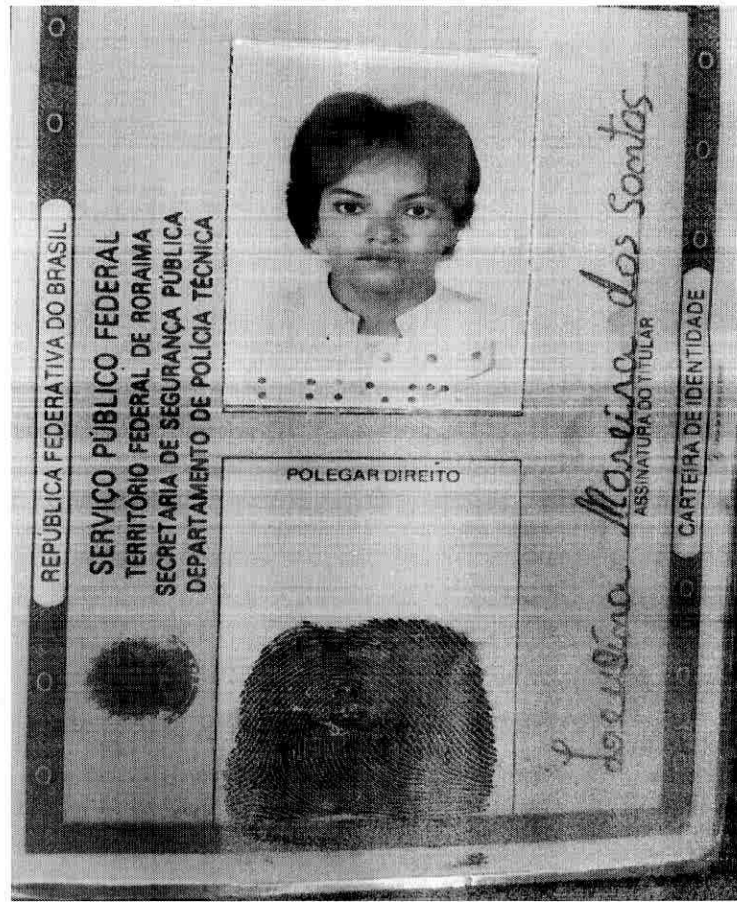
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



Handwritten signature

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 87.631 DATA DE EXPEDIÇÃO 28.01.1988

NOME LEUSINA MOREIRA DOS SANTOS

PAI José Francisco Moreira
MÃE Raimunda dos Santos Moreira

Ananás-GO. 27.11.1961
DATA DE NASCIMENTO

Cert. nasc. nº 893 fls. 224 liv. 02 Ananás-GO.

[Assinatura]

ASSINADO POR: *[Assinatura]* Cruz

EN 7 11 06 9 23 3

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

375.991.272-91

Nome

LEUSINA MOREIRA DOS SANTOS

Nascimento

27/11/1961



01/07/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Camara Energia S.A.
 Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
 P.J: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
 Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
 regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal

003704214

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SETEMBRO/2019	06/10/2019	305	418,19

EUSINA MOREIRA DOS SANTOS
 GRAO MESTRE CLAUDIO B ARAUJO 135 EQUATORIAL
 CONJUNTO CRUVIANA II
 EP: 69.312-372 - BOA VISTA

ROT: 7 001 28 06 124800

DADOS DA LEITURA		kWh	kVArh	DADOS DA LEITURA	
Atual:		12560		Atual:	20/09/2019
Anterior:		12255		Anterior:	23/08/2019
Constante de Multiplicação:		1,000		Próxima Leitura:	20/10/2019
Consumo Medido:		305		Emissão:	19/09/2019
Consumo Faturado:		305	FCAM	Apresentação:	20/09/2019

Classe de Tarifa	NORMAL	Fator de Potência		Dias de Consumo	28
------------------	--------	-------------------	--	-----------------	----

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
		1075001102		1 1 1 2	225



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Andressa Marcenau dos Santos

INSCRIÇÃO DO CPF: _____ RG: 204558

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Jeste, 619.

BAIRRO: Equatorial CEP:

6	9	3	1	7
---	---	---	---	---

 -

3	6	8
---	---	---

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S):

9	5
---	---

 -

9	9	1	3	5	4	0	5	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---

 -

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão Comunitária CNPJ nº 17.605.876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Andressa Marcenau dos Santos
Assinatura do(a) apoiador(a)

10 de outubro de 2019, Boa Vista, RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



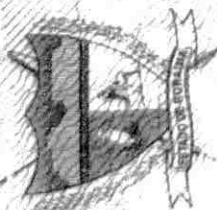
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE RORAIMA



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRÃO DE IDENTIDADE

SSA DA MOCDA

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL 204558-

DATA DE
EXPEDIÇÃO

23/07/2003

NOME ANDRÉIA MACENA DOS SANTOS

FILIAÇÃO

TEL DOS SANTOS

ELIZABETE MACENA DOS SANTOS

NATURALIDADE

PORTO VELHO - RO

DATA DE NASCIMENTO

09/05/1987

DOC ORIGEM

CERTID. NASC. 4847 FLS. 47 LIV. 17

PORTO VELHO - RO

CPF

29 414


ASSINATURA DO DIRETOR

SI N°7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JUNHO/2019	06/07/2019	246	166,54

ANDRESSA MACENA DOS SANTOS
R. LESTE 619 EQUATORIAL
CPF: 00086857681287

CEP: 69.317-348 - BOA VISTA

ROT: 7 001 28 06 027000

DADOS DA LEITURA		kWh	kVArh	DATAS DA LEITURA	
Atual:		17859		Atual:	21/06/2019
Anterior:		17613		Anterior:	23/05/2019
Constante de Multiplicação:		1,000		Próxima Leitura:	21/07/2019
Consumo Medido:		246		Emissão:	19/06/2019
Consumo Faturado:		246		Apresentação:	21/06/2019
Forma de Faturamento:			FCAM	Dias de Consumo:	29
	NORMAL				

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESID. FA. RENDA	MONO	E2740325		1411	315
HISTÓRICO kWh					

DESCRIÇÃO DA CONTA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Jucilene da Silva Oliveira Miranda

INSCRIÇÃO DO CPF: 855.426.952-72 RG: 257642

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: R. manaira N: 324

BAIRRO: baixa moreira CEP: 69318 - 177

CIDADE: Boa vista UF: RR

FONE(S): 95 - 91187309 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radio Difusão CNPJ nº _____, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Jucilene da Silva Oliveira Miranda
Assinatura do(a) apoiador(a)

08/09/19 Boa vista RR
Data Município e UF

Alans



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILIO CRUZ

 **Polgar Direito** 

Jucilene da Silva Oliveira Miranda
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
CENSO 257642 DATA DE
EXPIRAÇÃO 23/11/2016

NUMERO

JUCILENE DA SILVA OLIVEIRA MIRANDA

FILIAÇÃO

EDGAR ALVES DE OLIVEIRA

TEREZA MARIA DA SILVA

NATURALIDADE

SÃO JOÃO DA BALIZA - RR

DATA DE NASCIMENTO

28/09/1986

DOC. ORIGEM

CERTO CAS 10986 FLS 281 LIV B-36

1 QF BOA VISTA - RR

855.426.952-72

2 VIA

AMADEU ROCHA TRIANI
Perito Papiloscópico da Polícia Civil
Diretor da ROC

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Nov.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (KWH)	VALOR A PAGAR
SETEMBRO/2019	06/10/2019	450	370

JUCILENE DA SILVA OLIVEIRA MIRANDA
R. MANAIRA 324 Q 849 LT 110 LAURA MOREIRA
RESIDENCIAL MANAIRA
CEP: 69.318-177 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.08.0427

DADOS DA LEITURA	kWh	kVArh	DATAS DA LEITURA
Atual:	20727		Atual: 20/09/20
Anterior:	20277		Anterior: 23/08/20
Constante de Multiplicação:	1,000		Próxima Leitura: 20/10/20
Consumo Medido:	450		Emissão: 19/09/20
Consumo Faturado:	450	FCAM	Apresentação: 20/09/20

Forma de Pagamento:	NORMAL	Fator de Potência:	28
---------------------	--------	--------------------	----

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Medida 12 m
RESIDENCIAL	BI	1310921		1.1.1.2	40

HISTÓRICO DE CONSUMO		DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano	Consumo		
AGO/19	369	CONSUMO	450 A R\$ 0,766106 = 344,74
JUL/19	386	ILUMINACAO PUBLICA	25,50
JUN/19	340		
MAI/19	361		
ABR/19	443		
MAR/19	384		
FEV/19	374		
JAN/19	422		
DEZ/18	322		
NOV/18	504		
TARIFA SEM TRIBUTOS			
U A 450 - 0,004210			



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Dalgiza Moura da Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: 003381812-61 RG: 1594097-3

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Ieste, 694

BAIRRO: Equatorial CEP: 09317 - 368⁴

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 991669769 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão Cruziana CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

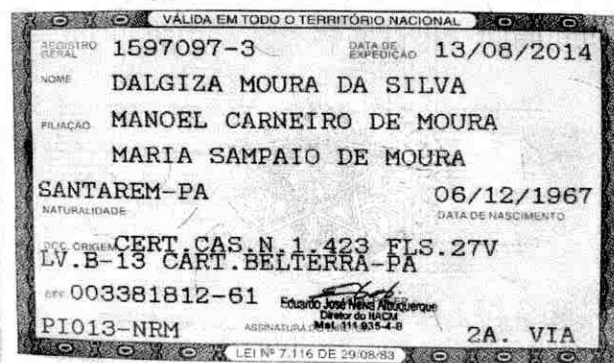
Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

x Dalgiza Moura da Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

10 de outubro de 2019, Boa Vista, RR
Data Município e UF

Ass.





Kous.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	
AGOSTO/2019	21/09/2019	163	154,01

FLURICA CORREA MARTINS
R. LESTE 655 EQUATORIAL

CPF: 00099261952291

CEP: 69.317-348 - BOA VISTA

ROT: 7 001 28 06 0761003

DADOS DA LEITURA		kWh	kVArh	DATAS DA LEITURA	
Atual:		21512		Atual:	23/08/2019
Anterior:		21349		Anterior:	23/07/2019
Constante de Multiplicação:		1,000		Próxima Leitura:	22/09/2019
Consumo Medido:		163		Emissão:	22/08/2019
Consumo Faturado:		163	FCAM	Apresentação:	23/08/2019

Forma de Faturamento	Fator de Potência	Digs de Consumo
NORMAL		31

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	E2239922		1.1.1.1	298

HISTÓRICO kWh	Mês/ano consumo	DESCRIÇÃO DA CONTA
JUL/19	190	CONSUMO 163 A R\$ 0,772737 = 125,95
JUN/19	126	CORRECAO MONETARIA IG 06/19-00 0,33
MAI/19	189	MULTA POR ATRASO DE I 06/19-00 0,75
ABR/19	467	JUROS DE MORA POR ATR 06/19-00 0,18
MAR/19	452	MULTA POR ATRASO 06/19-00 1,15
FEV/19	228	JUROS DE MORA DE IMPO 06/19-00 0,42
JAN/19	375	ILUMINACAO PUBLICA 25,23
DEZ/18	302	
NOV/18	255	
OUT/18	311	
TARIFA SEM TRIBUTOS:		
0 A 163 - 0,634620		

Ass.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Andria Lorena Maciel
INSCRIÇÃO DO CPF: 000.826.242-29 RG: 557518-4
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Setentrional nº 71
BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-378
CIDADE: Boa Vista UF: Roraima
FONE(S): 95 - 991415106 -

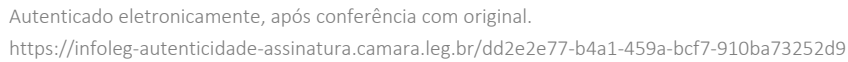
Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Andria Lorena Maciel
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista RR - 10/10/2014
Data Município e UF





ESTADO DE BAHIA
SECRETARIA DE FOMENTO E REFORMAS
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO





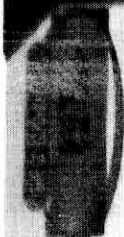

Polegar Direito



Sandra Lorenz
Micael

APRIL 1971

CARTEIRA

 RORAIMA ENERGIA					
Roraima Energia S.A. Av. Caramuru, 100 - Fátima - Boa Vista - RR CEP: 69.000-000 - Fone: (16) 3222-1122 E-mail: atendimento@roraimaenergia.com.br Registro de Imposto de Renda: 000.000.000-00		Para contato consulte o número neste número		Nº de Nota Fiscal: 0003002217 A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEEE foi criada pela Lei nº 10.098 de 24 de abril de 2002.	
CONTAS DE CONSUMO		CONTAS DE CONSUMO		CONTAS DE CONSUMO	
JULHO/2019		06/08/2019		13	
1. NOME DO CLIENTE: RODRIGO ALVES DE SOUZA		1. NOME DO CLIENTE: RODRIGO ALVES DE SOUZA		1. NOME DO CLIENTE: RODRIGO ALVES DE SOUZA	
2. ENDEREÇO: AV. BRASIL, 100 - FÁTIMA - BOA VISTA - RR		2. ENDEREÇO: AV. BRASIL, 100 - FÁTIMA - BOA VISTA - RR		2. ENDEREÇO: AV. BRASIL, 100 - FÁTIMA - BOA VISTA - RR	
3. CIDADE: BOA VISTA - RR		3. CIDADE: BOA VISTA - RR		3. CIDADE: BOA VISTA - RR	
4. ESTADO: RR		4. ESTADO: RR		4. ESTADO: RR	
5. DATA DE EMISSÃO: 06/08/2019		5. DATA DE EMISSÃO: 06/08/2019		5. DATA DE EMISSÃO: 06/08/2019	
6. DATA DE VENCIMENTO: 06/08/2019		6. DATA DE VENCIMENTO: 06/08/2019		6. DATA DE VENCIMENTO: 06/08/2019	
7. VALOR DO CONSUMO: 242,14		7. VALOR DO CONSUMO: 242,14		7. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
8. VALOR DO CONSUMO: 242,14		8. VALOR DO CONSUMO: 242,14		8. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
9. VALOR DO CONSUMO: 242,14		9. VALOR DO CONSUMO: 242,14		9. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
10. VALOR DO CONSUMO: 242,14		10. VALOR DO CONSUMO: 242,14		10. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
11. VALOR DO CONSUMO: 242,14		11. VALOR DO CONSUMO: 242,14		11. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
12. VALOR DO CONSUMO: 242,14		12. VALOR DO CONSUMO: 242,14		12. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
13. VALOR DO CONSUMO: 242,14		13. VALOR DO CONSUMO: 242,14		13. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
14. VALOR DO CONSUMO: 242,14		14. VALOR DO CONSUMO: 242,14		14. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
15. VALOR DO CONSUMO: 242,14		15. VALOR DO CONSUMO: 242,14		15. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
16. VALOR DO CONSUMO: 242,14		16. VALOR DO CONSUMO: 242,14		16. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
17. VALOR DO CONSUMO: 242,14		17. VALOR DO CONSUMO: 242,14		17. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
18. VALOR DO CONSUMO: 242,14		18. VALOR DO CONSUMO: 242,14		18. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
19. VALOR DO CONSUMO: 242,14		19. VALOR DO CONSUMO: 242,14		19. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
20. VALOR DO CONSUMO: 242,14		20. VALOR DO CONSUMO: 242,14		20. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
21. VALOR DO CONSUMO: 242,14		21. VALOR DO CONSUMO: 242,14		21. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
22. VALOR DO CONSUMO: 242,14		22. VALOR DO CONSUMO: 242,14		22. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
23. VALOR DO CONSUMO: 242,14		23. VALOR DO CONSUMO: 242,14		23. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
24. VALOR DO CONSUMO: 242,14		24. VALOR DO CONSUMO: 242,14		24. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
25. VALOR DO CONSUMO: 242,14		25. VALOR DO CONSUMO: 242,14		25. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
26. VALOR DO CONSUMO: 242,14		26. VALOR DO CONSUMO: 242,14		26. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
27. VALOR DO CONSUMO: 242,14		27. VALOR DO CONSUMO: 242,14		27. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
28. VALOR DO CONSUMO: 242,14		28. VALOR DO CONSUMO: 242,14		28. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
29. VALOR DO CONSUMO: 242,14		29. VALOR DO CONSUMO: 242,14		29. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
30. VALOR DO CONSUMO: 242,14		30. VALOR DO CONSUMO: 242,14		30. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
31. VALOR DO CONSUMO: 242,14		31. VALOR DO CONSUMO: 242,14		31. VALOR DO CONSUMO: 242,14	
32. VALOR DO CONSUMO: 242,14		32. VALOR DO CONSUMO: 242,14		32. VALOR	

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Osmen Uranie Wilkinson

INSCRIÇÃO DO CPF: 518.280.902-63 RG: X236680-P

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Leste 344

BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-398

CIDADE: Boca Vista UF: Roraima

PHONE(S): 95 - 991121002 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio, Difusão CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Guiana apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Osmen Wilkinson
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boca Vista - RR 10/10/2019
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO

RNE: Y236680-P CLASSIFICAÇÃO: PERMANENTE VALIDADE: INDETERMINADA

NOME:
OSMIN URANIE WILKINSON DE ARAUJO

FILIAÇÃO:
RUTH WILKINSON
AGON WILKINSON
NACIONALIDADE:
GUIANENSE
NATURALIDADE(PAÍS):
REPÚBLICA GUIANA
ORGÃO EMISSOR:
CGPI/DIREX/DPF

DATA DE NASCIMENTO: SEXO: F
06/07/1966
DATA DE ENTRADA:
25/09/1996
VIA: 1
DATA DE EXPEDIÇÃO: 27/06/2018

CONTAMES		VENCIMENTO		399	
JULHO/2019		11/08/2019			
OSMIN URANIE WILKINSON R. LESIE 344 EQUATORIAL CONJUNTO GUIANA II CEP: 69.317-348 - BOA VISTA					
DADOS DA LEITURA					
Atual:	7992	Anterior:	7593	Constante de Multiplicação:	1,000
Consumo Medido:	399	Consumo Faturado:	399	FCAM	
DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
RESIDENCIAL					
Ligação					
Número Medidor					
TCB 17/10/10					
Poste					
Código Fiel					
HISTÓRICO kWh					
Medição Consumo					



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Priscila Soares Pereira

INSCRIÇÃO DO CPF: 000.562.142.94 RG: 202.376

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Setentrional nº 59

BAIRRO: Cruzeiro CEP:

6	9	3	1	7
---	---	---	---	---

 -

3	7	8
---	---	---

CIDADE: Bea Vista UF: RR

FONE(S):

9	5
---	---

 -

9	9	1	1	5	3	1	5	2
---	---	---	---	---	---	---	---	---

--	--

 -

--	--	--	--	--	--	--	--

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de radio Difusão CNPJ nº 17605876/000164, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Bea Vista apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Priscila Soares Pereira
Assinatura do(a) apoiador(a)

10/10/2019 Bea Vista RR
Data Município e UF

Ass



VALDENICE OLIVEIRA DE SOUZA
R. SETENTRIONAL 59 EQUATORIAL
CONJUNTO CRUVIANA II

CEP: 69.317-378 - BOA VISTA

ROT: 7.001.23.06.149000

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
Atual	16410	Atual:	20/09/2019
Anterior	16291	Anterior:	23/08/2019
Constante de Multiplicação	1,000	Próxima Leitura	20/10/2019
Consumo Medido	119	Emissão:	19/09/2019
Consumo Faturado	119	Apresentação:	20/09/2019
NORMAL		Data de Consumo	
DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA			
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste
RESIDENCIAL	MONO	E2740373	
HISTÓRICO kWh		Código Fat.	Media 12 meses
		1111	107
DESCRIÇÃO DA CONTA			

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 202376 DATA DE EMISSÃO 23/03/2016

PRISCILA SOARES PEREIRA

FILIAÇÃO
WANDERLEY GINO PEREIRA
ELAINE SOARES PEREIRA

NATURALIDADE
BOA VISTA - RR

DATA DE NASCIMENTO
05/09/1983

DOX ORIGEM
CERTD NASC 31649 FLS 183 LIV A-36
1 OF BOA VISTA-RR

CPS
000.562.142-94

AMADEU ROCHA TRIANI
Porteiro Responsável do Polícia Civil
Diretor do RDC

2 VIA

P 1

LEI Nº 7.116 DE 29.08.83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILIO CRUZ

 Polegar Direito



Priscila Soares Pereira
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Izaura Pinheiro da Silva
INSCRIÇÃO DO CPF: 797.087.222-00 RG: 251.166
ENDEREÇO
RESIDENCIAL: R. Itaporanga N: 219
BAIRRO: Izaura Moreira CEP: 69318 - 173
CIDADE: Boa Vista UF: RR
FONE(S): 95 - 91612986 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radio Difusão CNPJ nº 17.605.876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o ^{Brullama} apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Izaura P. da Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

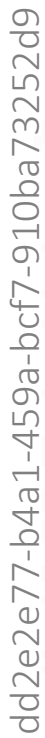
Boa Vista - RR 11/10/2019
Data Município e UF

[assinatura]





<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Joselia Silva Rodrigues Coelho
INSCRIÇÃO DO CPF: 807.577.402-78 RG: 204589
ENDEREÇO
RESIDENCIAL: R. Picui N: 83
BAIRRO: manaira (laura moreira) CEP: 69318-179
CIDADE: Boa vista UF: RR
FONE(S): 95 - 91285357 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Radio Difusão ^{Leulioma} CNPJ nº 17.605.846/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Joselia Silva Rodrigues Coelho.
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa vista RR 10/10/2019
Data Município e UF





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE FISCALIA E SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO BRASIL

Polígono Direito

Joelia Silva Rodrigues Coelho

ALL MATURADA DO BRASIL

CARTÃO DE IDENTIDADE

13/04/2012

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

204589

JOELIA SILVA RODRIGUES COELHO

JOSE DE SALES SOUSA RODRIGUES

ADACY RODRIGUES DA SILVA

028 03230 - 00

CERTO NASC 41 817 RLS 145 L37 6 83

804 VISTA - RR

807 577 482-78

7 VIA

David Menezes Filho

Diretor do IIOC

13/04/2012

17/07/1985

11

Don.

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

ALCIONIRA MOTA MELO
R. PICUI 83 Q 843 LT 122 LAURA MOREIRA
RESIDENCIAL MANAIRA
CEP: 69 318-179 - BOA VISTA

ROI 7.001.28 08.002500

CEP: 69 318-179 BOA VISTA

DADOS DA LEITURA			DATAS DA LEITURA	
	kWh	kVAh	Atual:	23/07/2019
Atual:	9507		Anterior:	21/06/2019
Anterior:	1,000		Próxima Leitura:	23/08/2019
Constante de Multiplicação:	269		Emissão:	22/07/2019
Consumo Medido:	269	FCAM	Apresentação:	23/07/2019
Consumo Faturado:				
NORMAL			Data de Consumo	

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESID. FA. MENOR	BI	30047	13871	3	144
Média 12 meses		Média 12 meses			
Média consumo		DESCRICAÇÃO DA CONTA			
31.01.2019		CONSUMO			
		30 A R\$ 0 262144			

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Kaio Kleyton Silva S. Viana

INSCRIÇÃO DO CPF: 032 439 972 - 32 RG: 445936-9

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Leste N.º 572

BAIRRO: Equatorial CEP: 69317 - 398

CIDADE: Bea Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 991385197 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc Comunitária de Rádio, Difusão CNPJ nº 14605.876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Beulliana apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Kaio Kleyton Silva Souza Viana
Assinatura do(a) apoiador(a)

Bea Vista RR - 10/10/2019
Data Município e UF



445936-9 09/11/20

KAIO KLEYTTON SILVA SOUZA VIANA

GILCIMAR DE SOUZA VIANA

VILZANI DA SILVA OLIVEIRA

NATURALIDADE

BOA VISTA - RR 29/08/19

CERTD NASC 14668 FLS 128-V LIV A-25

2 OF BOA VISTA-RR

032.439.972-32 **AMADEU ROCHA TRIANI**
Perito Papiloscópico de Polícia Civil
Diretor da RDC

2 VIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODÍLIO CRUZ

 Polgar Direito



Kaio Kleyton Silva Souza Viana

ASSINATURA DO TITULAR

CONTAS MES	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JULHO/2019	06/08/2019	17	131,04

ROGERIO BASILIO CUNHA
R. LESTE 572 01 EQUATORIAL
CPF: 00001382075340
CEP: 69.317-348 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28 06 051603

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
	kWh		
Atual	1420	Atual	23/07/2019
Anterior	1282	Anterior	21/06/2019
Constante de Multiplicação	1,000	Proxima Leitura	23/08/2019
Consumo Medido	138	Emissão	22/07/2019
Consumo Faturado	138	Apresentação	23/07/2019

Forma de Faturamento: **NORMAL**

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

plaus.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Ana M^e R. dos Santos
INSCRIÇÃO DO CPF: 38253968272 RG: 119925
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua: São Mestre Cláudio B de Araújo
BAIRRO: Equatorial CEP: 691317 - 372
CIDADE: Boa Vista - RR UF: RR
FONE(S): 95 - 91253191 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio, Repurção CNPJ nº 14.60584610001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Bullman apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Ana M^e R. dos Santos
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 16/10/2016
Data Município e UF





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

2007

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE RORAIMA

ASSINATURA DO TITULAR
Ana Maria Rodrigues dos Santos
CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO NACIONAL 119.925 2ª via DATA DE EXPEDIÇÃO 11.08.1997

NOME ANA MARTA RODRIGUES DOS SANTOS

ENDEREÇO Valdivino José dos Santos
Josefa Deolinda Rodrigues

203 Vista RR
NATURALIDADE

Nº 387 P. 131 L. A- Caracaráí RR

22.11.1973
DATA DE NASCIMENTO

Assessoria Jurídica e Brito
Assessoria Jurídica do Diretor

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

TISSUE ON VALLA
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Para contato
correspo informe
este número

SRI 6051319

Roraima Energia S.A.
Av. Capitão Ené Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal

003704213

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTAS MES	VENCIMENTO	CONSUMO (KWh)
DEZEMBRO/2019	16/10/2019	80

MARIA RODRIGUES DOS SANTOS
GRÃO MESTRE CLAUDIO B ARAUJO 197 EQUATORIAL
F: 00038253968272

P: 69.317-372 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28 06.1248

OS DA LEITURA	KWh	KVArh
Anterior:	41984	
Atual:	41904	
Fator de Multiplicação:	1,000	
Consumo Medido:	80	
Consumo Faturado:	80	ECAM

Atual: 20/09/20

Anterior: 23/08/20

Próxima Leitura: 20/10/20

Emissão: 19/09/20

Apresentação: 20/09/20

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Tarif	Medida (2)
------------------	---------	----------------	-------	--------------	------------

MINISTERIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

CPF da entidade que é
Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovação
Comunitari

382 543 607-72

MARIA RODRIGUES DOS SANTOS

Ass.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Orilando Bezerra Teixeira

INSCRIÇÃO DO CPF: 383.431.262-20 RG: 171913

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Leste n.º 679

BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-348

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 991538847 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Radio Difusão CNPJ nº 17 605 856/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o chamado apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Orilando B. T.
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 10/10/2019
Data Município e UF

Alous



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Hidrometro	Data de Instalação	Situação Agua	Situação Esgoto
A18C018763	24/11/2018	LIGADO	POTENCIAL
ANTERIOR		ATUAL	CONSUMO (m3)
LEITURA FAT. 21		47	26
LEITURA INF.			34
DT. LEITURA 21/12/2018 24/01/2019			
ULTIMOS CONSUMOS			
201812	23-0		
201811	10-17		
201810	10-17		
201809	10-17		
201808	10-17		
201807	10-100		
MEDIA	12		

Qualidade de Agua Distribuida ao Consumidor					
Informacoes das Amostras Realizadas na Rede de Distribuicao					
DECRETO FEDERAL N.º 5440 / 2005 G.M					
AMOSTRAS	CLORO	TURBIDEZ	COR	CONDUTIVIDADE	PH
EXIGIDAS	168	168	168	168	168
REALIZADAS	170	170	170	170	170
CONFORMES	162	170	170	170	170

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

171913

22/12/2016

ORLANDO BEZERRA TEIXEIRA

ANTONIO ALVES TEIXEIRA

ALZIRA BEZERRA TEIXEIRA

VITORINO FREIRE - MA

27/04/1968

CERTD CAS 685 FLS 85 LIV B-3

MUCAJAI - RR

383.431.262-20

2 VIA

AMADEU ROCHA TRIANI
Perito Papiloscópico da Polícia Civil
Chefe do IAC

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODÍLIO CRUZ

Polegar Direito

Orlando Bezerra Teixeira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Livia Thais Moreira dos Santos de Melo

INSCRIÇÃO DO CPF: 022.371.232-92 RG: 375436-7

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Graça Maria 185

BAIRRO: Equatorial - Conjunto Curviana CEP: 69317-372

CIDADE: Boa Vista - RR UF: RR

FONE(S): 95 - 991224046 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de rádio Difusão CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo seu apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Livia Thais Moreira dos Santos de Melo
Assinatura do(a) apoiador(a)

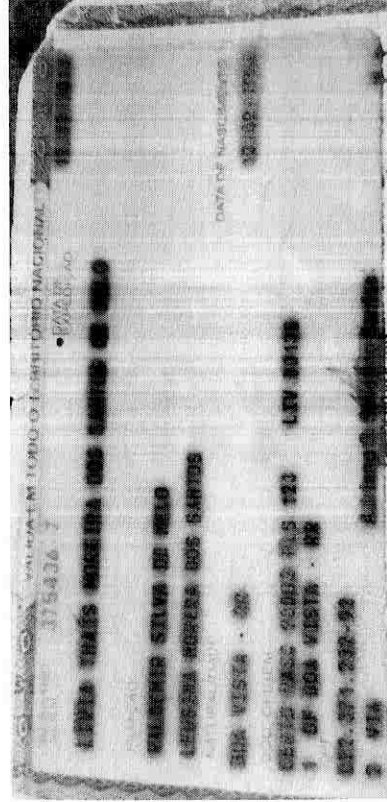
16 de setembro de 2019 Boa Vista/RR
Data Município e UF





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



Handwritten signature

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
 PJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
 Tarifa Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
 regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal

003704214

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
 pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SETEMBRO/2019	06/10/2019	305	418,19

EUSINA MOREIRA DOS SANTOS
 GRACIA MESTRE CLAUDIO B ARAUJO 135 EQUATORIAL
 CONJUNTO CRUVIANA II
 EP: 69.317-372 - BOA VISTA

ROT: 7 001 28 06 124800

DADOS DA LEITURA		kWh	kVarh	DATAS DA LEITURA	
Atual:		12560		Atual:	20/09/2019
Anterior:		12255		Anterior:	23/08/2019
Constante de Multiplicação:		1,000		Próxima Leitura:	20/10/2019
Consumo Medido:		305		Emissão:	19/09/2019
Consumo Faturado:		305	FCAM	Apresentação:	20/09/2019

Classe de Faturamento	NORMAL	Ratão de Perda	Dias de Consumo	23
-----------------------	--------	----------------	-----------------	----

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat.	Média 12 meses

Assinatura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Gleisson morais da Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: 051.170.182-49 RG: 216988

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Leste 415

BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-348

CIDADE: Boa vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 991674225 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Associação Comunitária de Radio Difusão CNPJ nº 14605846/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Bulliomar apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Gleisson morais da Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 10/10/2019
Data Município e UF



KE

NOME
GLEISSON MORAIS DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA
216988 SSP RR

CPF
651.170.182-49

DATA NASCIMENTO
09/10/1979

FILIAÇÃO
JESUS CANDIDO DA SILVA

MARIA SUELY MORAIS DA SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB
B

Nº REGISTRO
00680762201

VALIDADE
03/03/2020

1ª HABILITAÇÃO
16/12/1997

TERRITÓRIO NACIONAL
1553832107

CAERR

ATENDIMENTO
CAERR
0800 280 9520
www.caerr.com.br

Matrícula: 1097431

Novembro/2018

Dados do Cliente:
GLEISSON MORAIS DA SILVA

Endereço para entrega:
RUA LESTE, NÚM. 08415 - BOMBALEIRO BOA VISTA - JARDIM
1814 RR 49319-348

Inscrição	Rota	Seq. Rota	Quantidade de Economias
001.019.791.0334.000	39	800	1

Hidrometro	Data de Instalação	Situação Água	Situação Esgoto
A138241535	24/01/2014	LIGADO	POTENCIAL

ANTERIOR | ATUAL | C. SUMO (m3)

LEITURA FAT 600

LEITURA INF

DT. LEITURA 24/10/2018 23/11/2018

ULTIMOS CONSUMOS

Período	Consumo (m3)
201812	0
201809	0
201808	0
201807	6-0
201806	10-0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Vitória Ferreira Oliveira

INSCRIÇÃO DO CPF: 062.852.432-39 RG: 511326-1

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: R. CC 24 N° 144

BAIRRO: Laura Moreira CEP: 69318 - 115

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 91612393 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radio Difusão CNPJ nº 17605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Guiliana apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Vitória Ferreira Oliveira
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 10/10/2019
Data Município e UF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILIO CRUZ

Pelegar Direito

Vitória Ferreira de Oliveira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 511326-1 DATA DE EMISSÃO 18/04/2016

NOME VITÓRIA FERREIRA OLIVEIRA

ALTEREDO LOPES DE OLIVEIRA
BENILDE DA SILVA FERREIRA

NATURALIDADE BOA VISTA - RR DATA DE NASCIMENTO 28/01/2002

DOC CRUSEM CERTD NASC 46589 FLS 288-F LIV A-76
2 OF BOA VISTA-RR

AMADEU ROCHA TRIANI
Perito Papiloscópico de Polícia Civil
Diretor do IIC

1 VIA P 7

Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
062.852.432-39

Nome
VITORIA FERREIRA OLIVEIRA

Nascimento
28/01/2002



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Uoldenice Oliveira de Souza

INSCRIÇÃO DO CPF: 511426782-53 RG: 159887

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Setentrional nº: 59

BAIRRO: Cururiana CEP: 69317-378

CIDADE: Boa Vista UF: R.R

FONE(S): 95 - 991255143 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Associação Comunitária de Rádio Difusão CNPJ nº 17.605.846/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o brilliana apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Uoldenice Oliveira de Souza
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista 10/10/2019
Data Município e UF



VALDENICE OLIVEIRA DE SOUZA
R. SETENTRIONAL 59 EQUATORIAL
CONJUNTO CRUVIANA II
CEP: 69.317-378 - BOA VISTA

ROT: 7.001.23.06.149000

DADOS DA LEITURA		kWh		kVarh		DATAS DA LEITURA	
Atual:	16410					Atual:	20/09/2019
Anterior:	16291					Anterior:	23/08/2019
Constante de Multiplicação:	1,000					Próxima Leitura:	20/10/2019
Consumo Medido:	119					Emissão:	19/09/2019
Consumo Faturado:	119			FCAM		Apresentação:	20/09/2019
Tensão: NORMAL		Estado da Unidade:		Data de Consumo:		20	
DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA							
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat.	Média 12 meses		
RESIDENCIAL	MONO	E2740373		1.1.1.1	107		
HISTÓRICO kWh				DESCRIÇÃO DA CONTA			

160887

20/09/2019

VALDENICE OLIVEIRA DE SOUZA

BASILIO NASCIMENTO DE SOUZA

MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA DE SOUZA

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

BOA VISTA - RR

28/03/1979

DOC ORIGEM

CERTD NASC 14544 FLS 163V LIV A-12

BOA VISTA-RR

CPF

511.426.782-53

AMADEU ROCHA TRIANI
Porta-Protocolos da Polícia Civil
Diretor do ROR

2 VIA

P 1

LEI Nº 7.116 DE 29.08.83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DE RORAIMA	
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILIO CRUZ	
 Posição Direita	
Valdence Oliveira de Souza	
ASSINATURA DO TITULAR	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	

Ass-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Yusnelys Alexandre Carrillo dos Santos

INSCRIÇÃO DO CPF: 708.251.362-37 RG: 538563-6

ENDEREÇO

RESIDENCIAL: Rua Solanea N.º 302

BAIRRO: Conj. Manairas CEP: 09318-181

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

PHONE(S): 95 - 991456039 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Radio Difusão CNPJ nº 13605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Brulliana apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Yusnelys A. dos Santos Carrillo
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 15/10/2019
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



Yvaneide

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número
708.251.362-37

Nome
YUSNELYS ALEJANDRA CARRILLO DOS SANTOS

Nascimento
28/02/2001

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

538563-6 **13/11/2017**

YUSNELYS ALEJANDRA CARRILLO DOS SANTOS

VICTOR ALEJANDRO CARRILLO
EUNICE DOS SANTOS REIS

NATURALIDADE
VENEZUELA

DATA DE NASCIMENTO
28/02/2001

INDIC. ORIGEM
CERTD NASC 130 FLS 130 LIV A-1
PACARAIMA-RR

1ª VIA

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

Plan.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



CNPJ: 05.939.467/0001-15
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 20.055.426-3
RUA MELVIN JONES, 219 - SÃO PEDRO - CEP. 69.306-810



ATENDIMENTO
CAERR
0800 280 9520
www.caerr.com.br

Matrícula: 1152041

Agosto/2019

Dados do Cliente:

GUACIARA SEBASTIAO GOMES DA SILVA

Endereço para entrega:

RUA SOLANEA, NUM. 00302 - LAURA MOREIRA
BOA VISTA RR 69318-181

Inscrição	Rota	Seq.Rota	Quantidade de Economias	
001.033 848.0098.000	11	730	RESIDENCIAL	1
Hidrómetro	Data de Instalação		Situação Água	Situação Esgoto
NÃO MEDIDO			LIGADO	POTENCIAL
ANTERIOR		ATUAL	CONSUMO (m3)	NUM DE DI
LEITURA FAT.			10	0

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Jose Osvaldo Ribeiro
INSCRIÇÃO DO CPF: 037.281.323-37 RG: 71724
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua. Manoira nº 252
BAIRRO: Conf. Manoira CEP: 69318 - 177
CIDADE: Boca Vista UF: RR
FONE(S): 95 - 91184030 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radio Difusão Comunitaria CNPJ nº 14605.876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

* JOSE OSVALDO RIBEIRO
Assinatura do(a) apoiador(a)
Boca Vista 15/10/2019
Data Município e UF



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

71724

DATA DE
EXPEDIÇÃO

14/02/2017

NOME

JOSE OSVALDO RIBEIRO

FILIAÇÃO

OSVALDO RIBEIRO

MARIA DO SOCORRO GOMES

NATURALIDADE

JAICÓS - PI

DATA DE NASCIMENTO

06/12/1959

DOC. ORIGEM

CERTO NASC 14770 FLS 67 LIV 89

JAICÓS-PI

CPF

037.281.328-37

AMADEU F. DE OLIVEIRA TRIANI

Presidente do Conselho de Regência do Estado do Piauí
Diretor do IAC

2 VIA

P 1

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Roraima Energia S.A.
Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Para contato
conosco informe
este número

SEU CÓDIGO

0125879-6

Nº da Nota Fiscal 003704982

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTAS MES	VENCIMENTO	CONSUMO (KWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SETEMBRO/2019	06/10/2019	100	105,08

JOSE OSVALDO RIBEIRO
R. MANAIRA 252 Q 849 LT 38 LAURA MOREIRA
RESIDENCIAL MANAIRA
CEP: 69.318-177 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.08.044500

DADOS DA LEITURA		kWh	kVarh	DATAS DA LEITURA	
Atual:		5800		Atual:	20/09/2019
Anterior:		5700		Anterior:	23/08/2019
Constante de Multiplicação:		1,000		Próxima Leitura:	20/10/2019
Consumo Medido:		100		Emissão:	19/09/2019
Consumo Faturado:		100	FCAN	Apresentação:	20/09/2019
Tipo de Consumo: NORMAL		Unidade de Consumo: KWh		Validade: 12 meses	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Roneide Sant. Lima

INSCRIÇÃO DO CPF: 832.853.502-53 RG: 486298-8

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua: Itaperonga nº 220

BAIRRO: Conj. Monais CEP: 69318 - 173

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 91565291 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s. 2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Associação Comunitária de Rádio de Fuzão Bulliana CNPJ nº 176058460001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Roneide Santana
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista 15/10/2019
Data Município e UF



DECLARAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 486298-8 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/10/84

NOME [REDACTED]

FILIAÇÃO [REDACTED]

NATURALIDADE [REDACTED] DATA DE NASCIMENTO 12/12/59

DOC ORIGEM [REDACTED]

1. VTA

Manoel Stênio Lima Andrade
Diretor do IIOC

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODÍLIO CRUZ

[REDACTED]

[REDACTED]

Ronaldo Santana.
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ronaldo



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
 CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
 Nota Fiscal / Conte de Energia Elétrica - Série B-1
 Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal 003303361
 A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE instituída pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JULHO/2019	06/08/2019	329	277,08

RONEIDE SANTANA
 R. ITAPORANGA 220 Q 350 LT 613 LAURA MOREIRA
 RESIDENCIAL MANAIRA
 CEP: 69.318-173 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.08.031900

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
	kWh		
Atual:	11994	Atual:	23/07/2019
Anterior:	11665	Anterior:	21/06/2019

Revis



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Lauicleia Silva Costa

INSCRIÇÃO DO CPF: 004.053.192-90 RG: 3384365

ENDEREÇO RESIDENCIAL: R. Solânea Nº 349

BAIRRO: Vila Moreira CEP: 69318-381

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 91313339 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radio Difusão Comunitaria CNPJ nº 14.605.846/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Lauicleia Silva da Costa
Assinatura do(a) apoiador(a)

08 Boa Vista RR
Data Município e UF





NPJ 05.529.461/0001-33
SCRIÇÃO ESTADUAL: 20.055.426-J
UA MELVIN JONES, 219 - SÃO PEDRO - CEP 69.306-610



ATENDIMENTO
CAERR

0800 280 9520

www.caerr.com.br

Matrícula: 1152521

Outubro/2019

Dados do Cliente:

LUSTANE CAETANO DA SILVA

Endereço para entrega:

RUA SOLANEA, NUM. 00349 - LAURA MOREIRA
BOA VISTA RR 69318-181

Inscrição	Rota	Seq.Rota	Quantidade de Economias
001.033 849.0452.000	11	900	1 RESIDENCIAL
Hidrometro	Data de Instalação	Situação Água	Situação Esgoto
NÃO MEDIDO		LIGADO	POTENCIAL
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m3)	NUM DE DIAS
LEITURA FAT.		10	0
LEITURA INF.			
DT. LEITURA			

ULTIMOS CONSUMOS

201909 10-0
201908 10-0
201907 10-0
201906 10-0
201905 10-0
201904 10-0
MEDIA 10

Qualidade de Água Distribuída ao Consumidor					
Forma de Inspeções Realizadas na Rede de Distribuição					
DECRETO FEDERAL N.º 5440 - 2005 G.M.					
APARELHO	CLORO	TURBIDEZ	COR	C.TOTAIS	INCOLI
10-0	100	100	100	100	100
10-0	199	199	199	199	199
10-0	199	199	199	199	199

DESCRIÇÃO

AGUA

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

CONSUMO DE AGUA

CONSUMO TOTAL(R\$)

10 M3 23,83

TAXA COBRANCA DE DOCUMENTO 09/2019
ALTA F/IMPONTUALIDADE 08/2019

4,77

0,53



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Eliene de Oliveira Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: _____ RG: 211.362

ENDEREÇO RESIDENCIAL: R. Salamea N: 113 1.ª maneira

BAIRRO: Laura Moreira CEP: 69318 - 181

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 91155573 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão Bulliaman CNPJ nº 14.605.876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Eliene de Oliveira Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

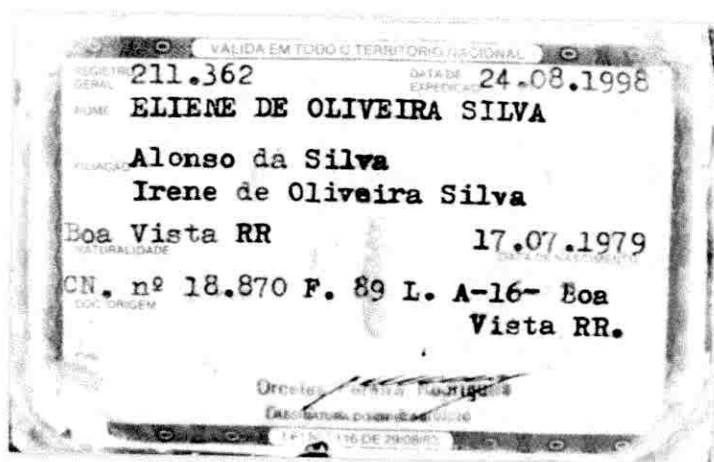
07 de outubro de 2019 Boa Vista RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



CNPJ: 05.838.457/0001-45
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 20.055.425-3
RUA MELVIN JONES, 219 - SÃO PEDRO - CEP: 69.308-410

ATENDIMENTO
CAERR
0800 280 9520
www.caerr.com.br

Matrícula: 1152688

Outubro/2019

Dados do Cliente:

ELIENE DE OLIVEIRA SILVA

Endereço para entrega:

RUA SOLANEA, NUM. 00113 - LAURA MOREIRA
BOA VISTA RR 69318-181

Inscrição

001.033.845.0086.000

Rota

11

Seq. Rota

1040

Quantidade de Economias

RESIDENCIAL
1

Hidrometro

NÃO MEDIDO

Data de instalação

Situação Água

LIGADO

Situação Esgoto

POTENCIAL

ANTERIOR

ATUAL

CONSUMO (m3)

NUM DE DIAS

LEITURA FAT.

10

0

LEITURA INF.

DT. LEITURA

ULTIMOS CONSUMOS

201909 10-0

201908 10-0

201907 10-0

201906 10-0

201905 10-0

201904 10-0

MEDIA 10

Qualidade de Água Distribuída ao Consumidor

Informações das Amostras Realizadas na Rede de Distribuição
DECRETO FEDERAL N.º 5440 2005 G.M.

AMOSTRAS	CLORO	TURBIDEZ	COR	C. TOTAL	FLUOR.
EXISTIDAS	180	180	180	180	180
NÃO REALIZADAS	199	199	199	199	199
CONFORMES	199	199	199	199	199

DESCRIÇÃO

CONSUMO TOTAL(R\$)

ÁGUA

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

CONSUMO DE ÁGUA

10 M3

23,83

MULTA F/IMPONTUALIDADE 08/2019

0,47

IMPRESSO EM: 01/10/2019 07:12:43



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Carlos Alberto Ramos Guimarães

INSCRIÇÃO DO CPF: 112.302.822-20 RG: _____

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: R. Itaporanga Nº 15 - J. manaira

BAIRRO: Laura moreira CEP: 69318 - 1173

CIDADE: Boa vista UF: RR

FONE(S): 95 - 91461636 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Associação Comunitária de Rádio Ojupuro CNPJ nº 176058760001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Exuliana apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Carlos Alberto Ramos Guimarães
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 11/10/2019
Data Município e UF

Ramos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

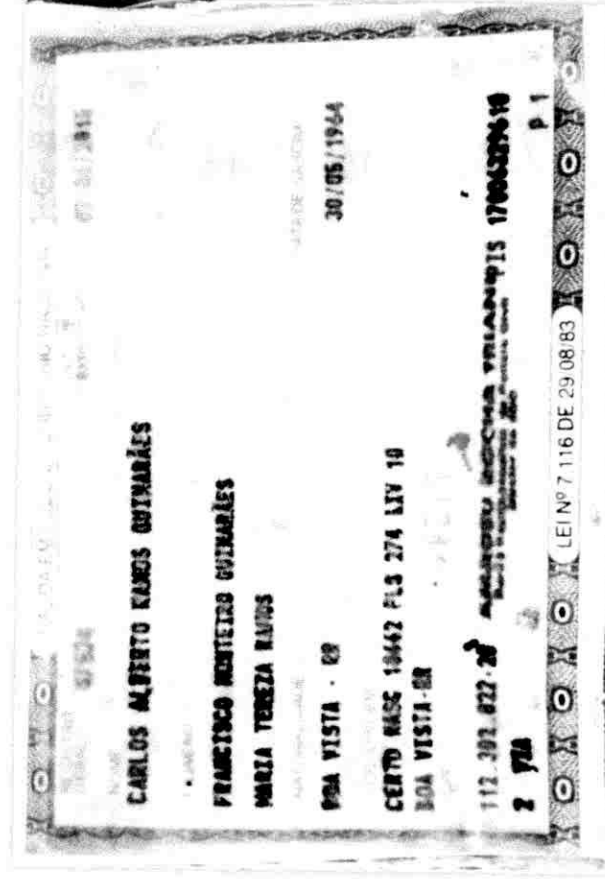
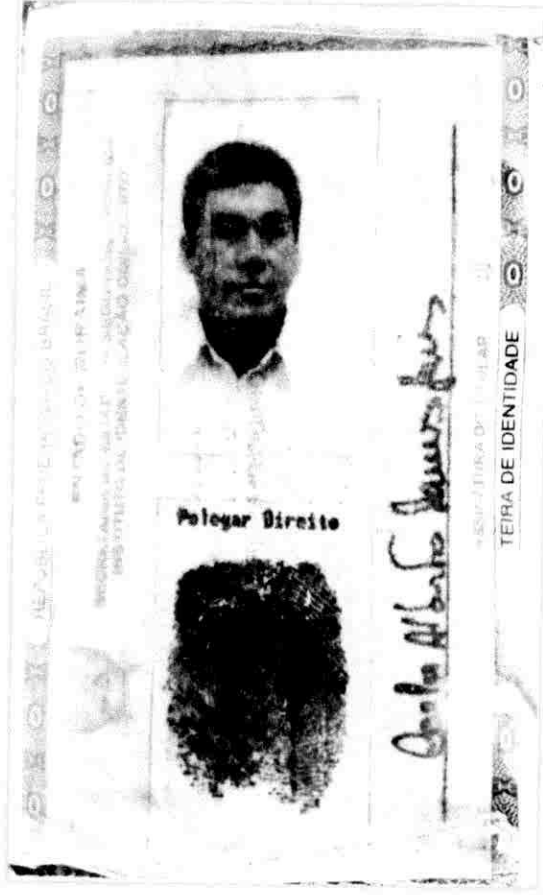
dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

John



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Para conferir
conosco informe
este número



Roraima Energia S.A

Av. Capitão Ene Garcez, 691 Centro Boa Vista - RR

Nº da Nota Fiscal 005 1.114

CNPJ 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual 24.007.022-3

Nota Fiscal: Conta de Energia Elétrica - Série B-1

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

CONTÁBIL	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JUNHO/2019	16/07/2019	99	50,58

CARLOS ALBERTO RAMOS GUIMARAES

R. IMPERIAL 15 Q 843 LT 15 LAURA MOREIRA

RESIDENCIAL MANAIRA

CEP: 69.318-173 BOA VISTA

ROT. 1001 S 08 001000

DADOS DA LEITURA	kWh	kVArh	DATAS DA LEITURA
Atual	7351		21/06/2019
Anterior	7252		23/05/2019
Constante de Multiplicação	1,000		21/07/2019
Consumo Medido	99		19/06/2019
Consumo Faturado	99	FCAH	21/06/2019

NORMAL

29

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Class/Subclasse	Ligação	Numero Medidor	Poste	Código Fat	Média 12 meses
RESID. BA. RENDA	BI	14TDE01016		1.7.1.2	125

HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO DA CONTA
Mês/ano consumo	
MAI/19 106	CONSUMO 20 A R\$ 0,26551 = 27,95
ABR/19 138	69 A R\$ 0,454711 = 31,37
MAR/19 119	DESCONTO INDIGENA/QUILÔMETRO 13,97
FEV/19 107	SUBVENÇÃO BAIXA RENDA 37,27
JAN/19 115	ILUMINAÇÃO PÚBLICA 5,23
DEZ/18 110	
NOV/18 138	
OUT/18 165	
SET/18 133	
AGO/18 132	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Jacilene Pereira Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: 888.878.122-68 RG: 313045-2

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Itaperanga, 80

BAIRRO: Daura Moreira CEP: 69300-000

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 994921014 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de rádio Difusão, CNPJ nº 14605896/0001-04, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Jacilene Pereira Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

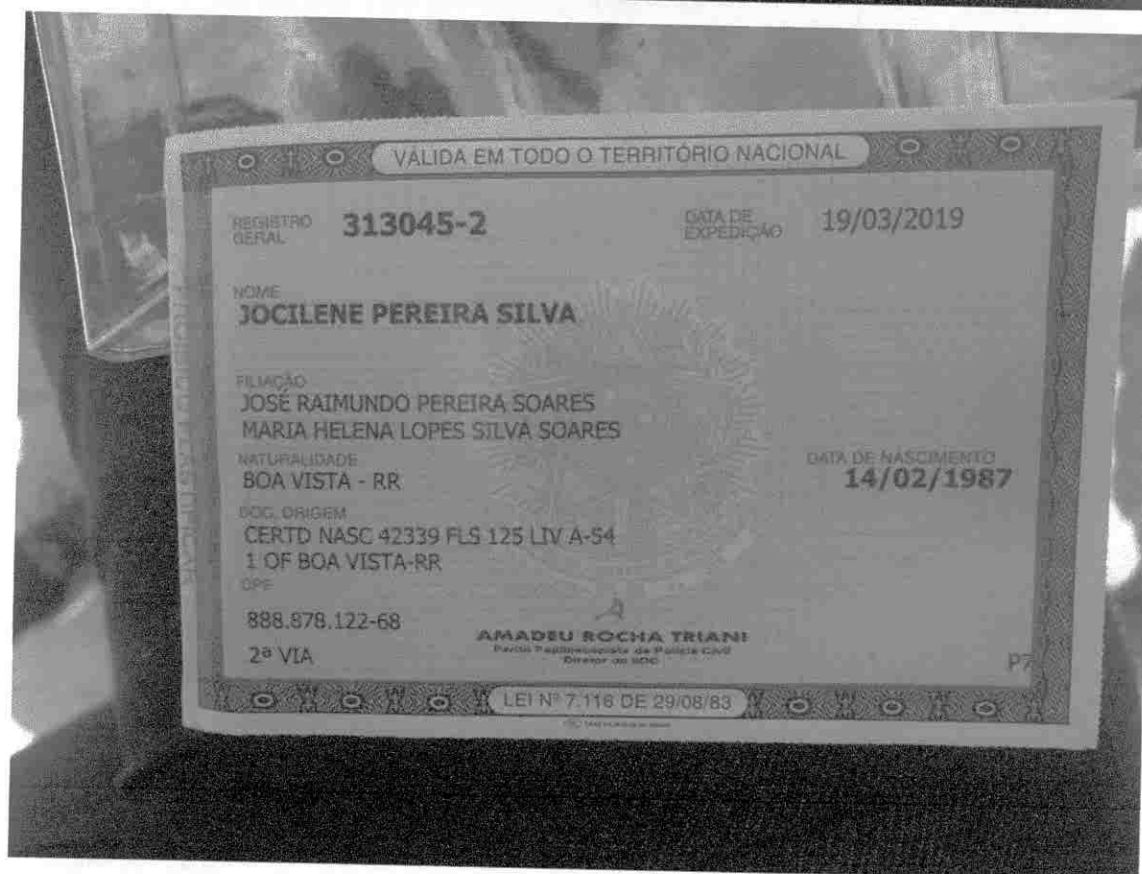
Em 10/10/2014. Boa Vista - RR.
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Roraima



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



CNPJ: 06.938.487/0001-15
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 20.035.426-3
RUA MELVIN JONES, 219 - SÃO PEDRO - CEP. 69.308-510



Matrícula: 118404

Outubro/2019

Dados do Cliente:

JOCILENE PEREIRA SILVA

Endereço para entrega:

RUA ITAPERANGA, NUM. 80002 - LAURA MOREI
RA RUA VISTA RE 69300-000

Inscrição

001.033.848.0456.000

Fluxo

11

Sanitário

100%

Quantidade de Economias

10000000

Hidrometro

NÃO MEDIDO

Data de instalação

11/10/19

Valor

11,00

Valor potencial

11,00

ANTERIOR

ATUAL

CONSUMO (G)

NUM DE DIAS

LEITURA FAT.

LEITURA INF.

DT. LEITURA

ULTIMOS CONSUMOS

201909 10-0
201908 10-0
201907 10-0
201906 10-0
201905 10-0

Qualidade da água fornecida ao consumidor

Informações das Amostras coletadas na Rede de Distribuição
DECRETO FEDERAL N.º 5.615, de 19/12/2005

AMOSTRAS	CLORO	TURBID.	CDU	C. TOTAL	C. FOSF.
EXIGIDAS	100	100	100	100	100

Rev.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

AY01

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Priscyllene Castro Souza

INSCRIÇÃO DO CPF: 014.406.582-77 RG: 370564-1

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Leste

BAIRRO: Equatorial CEP: 69317 - 348

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 991382855 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão Comunitária CNPJ nº 17.605.876/0001-69, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Priscyllene Castro Souza
Assinatura do(a) apoiador(a)

07 de Outubro Boa Vista RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			
REGISTRO GERAL	370564-1	DATA DE EXPEDIÇÃO	29/01/2008
NOME	PRISCYANE CASTRO SOUZA		
FILIAÇÃO	SANTILHO PEREIRA DE SOUZA		
	ELIONETE CARVALHO DE CASTRO		
NATURALIDADE	BOA VISTA - RR	DATA DE NASIMENTO	30/07/1991
DOC. ORDEM	CERTO MASC 61.737 FLS 239 LIV A-86		
CPF	1 OF BOA VISTA - RR		
1 VIA	<i>Rita de Cássia Coelho de Araújo</i> Diretora do IIOC		P 98
LEI N° 7.116 DE 29/08/83			

Rita



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



CNPJ: 03.938.487/0001-15
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 20.055.425-3
RUA MELVIN JONES, 219 - SÃO PEDRO - CEP: 89.306-410



Matrícula: 1087770

Setembro/2019

Dados do Cliente:

PRISCYANE CASTRO SOUZA

Endereço para entrega:

RUA LESTE, NUM. 80055 - EQUATORIAL BOA V
ISTA RR 69317-348

Inscrição	Rota	Seq.Rota	Quantidade de Economias
001.019.758.0286.000	39	3500	RESIDENCIAL
Hidrometro	Data de Instalação	Situação Água	Situação Esgoto
A13B253459	24/01/2014	LIGADO	POTENCIAL
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m3)	NUM DE DIAS
LEITURA FAT. 1014	1021	7	33
LEITURA INF.			
DT. LEITURA 22/08/2019	24/09/2019		

ULTIMOS CONSUMOS

201908	15-0
201907	15-0
201906	19-0
201905	18-0
201904	16-0
201903	19-0
MEDIA	17

Qualidade da Água Distribuída ao Consumidor					
Informações das Amostras Realizadas na Rede de Distribuição					
DECRETO FEDERAL N.º 5448 - 2005 G.M.					
AMOSTRAS	CLORO	TURBIDEZ	ODR	C.TOTALS	E.COLI
EXIGIDAS					
ANALISADAS					
CONFORMES					

DESCRICAO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
AGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE AGUA	7 M3	23,83
JUROS DE MORA 05/2019 06/2019		1,53

VENCIMENTO: 15/10/2019

TOTAL A PAGAR

25,36

"SETEMBRO AMARELO, MES DE VALORIZACAO DA VIDA E PREVENCAO AO
SUICIDIO: VOCE IMPORTA, VOCE TEM VALOR, VOCE NAO ESTA SO."



MATRICULA	REFERENCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
1087770	09/2019	15/10/2019	25,36

1087770 1 2.00108777001.0 00701090003.1

IMPRESSIONE EM: 24/09/2019 07:04:39

Via do Cliente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Castefanni Vitoria Silva Leite

INSCRIÇÃO DO CPF: _____ RG: 525206-7

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua CC-24 n° 85

BAIRRO: Conjunto Cidadão CEP: 69318 - 115

CIDADE: Boa Vista - RR UF: _____

FONE(S): 95 - 91737533 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Associação de rádio difusão comunitária CNPJ nº 27.605.876/0001-69, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Castefanni Vitoria Silva Leite
Assinatura do(a) apoiador(a)

16 de outubro de 2019, Boa Vista - RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Rosei Martins da Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: 658.271.042-72 RG: 153947

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua CC-24 n° 85

BAIRRO: Conjunto cidadão CEP: 69318 - 115

CIDADE: Boa Vista - RR UF: RR

FONE(S): 99 - 91649717 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão Comunitária CNPJ nº 17.605.876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Rosei Martins da Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

16 de Outubro de 2019 - Boa Vista - RR
Data Município e UF



463158511

[illegible]

John



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Rygonison J. d. Sato
INSCRIÇÃO DO CPF: 899 410 472-00 RG: 257 539
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Travessa do norte, 06
BAIRRO: Equatorial CEP: -
CIDADE: _____ UF: _____
FONE(S): - -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de rádio difusão Comunitária CNPJ nº 17.605.876/0001-69, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Rygonison J. d. Sato
Assinatura do(a) apoiador(a)

Em 08 de Outubro de 2013 Boa Vista RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

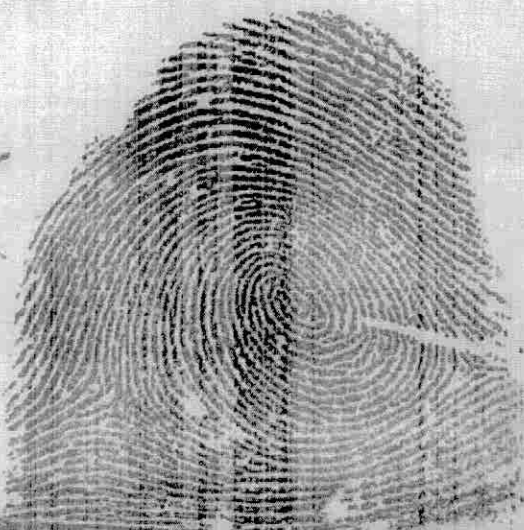
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE RORAIMA



Benilson Gonzaga dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Scanned by CamScanner

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

257.539

DATA DE
EXPEDIÇÃO

14/05/2002

BEYONISON GONZAGA DOS SANTOS

RAIMUNDA DOS SANTOS PASSOS / RAIMUNDA
GONZAGA DA SILVA

VISTA-RR

DATA DE NASCIMENTO

01/07/1985

40001 F.157 L.A-51 BOA VISTA-RR.


Paulo Fernandes da Silva

Director Substituto do Inst. de Identificação/RR
ASSINATURA DO RETOR

LEI Nº 7.116 DE 19/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Scanned by CamScanner

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Francisco Xavier

INSCRIÇÃO DO CPF: 707.486.182-01 RG: F077227-Y

ENDEREÇO

RESIDENCIAL: Rua: Oeste 691

BAIRRO: Equatorial

CEP: -

CIDADE: Boa Vista

UF: Roraima

FONE(S): - -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radio Difusão CNPJ nº 19605876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o Exulliamor apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

x. Garrido

Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 10/10/2019

Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número
707.486.182-01

Nome
FRANCISCO JAVIER GARRIDO

Nascimento
26/04/1986



RNM
F077227-Y

SOBRENOME:
GARRIDO

NOME:
FRANCISCO JAVIER

DATA DE NASCIMENTO: 26/04/1986 **SEXO:** M

FILIAÇÃO:
NÃO DECLARADO
MARIA CLEMENTINA GARRIDO RUIZ

NACIONALIDADE: VENEZUELA **VALIDADE:** 01/03/2021

Garrido
ASSINATURA DO TITULAR

FRANCISCO JAVIER GARRIDO

FILIAÇÃO: MARIA CLEMENTINA GARRIDO RUIZ
ROY QUINTERO
NASCIMENTO: 26/04/1986
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO
NACIONALIDADE: VENEZUELA
DOCUMENTO: PROTOCOLO PF 08485002689201931 - 24/01/2019

RNE:
MODALIDADE: BASE LEI N. 9474 ART. 21 § 1º

CPF: 707.486.182-01

VALIDADE: 24/01/2020

LOCAL DE EMISSÃO: SRTE/RR - BOA VISTA
DATA DE EMISSÃO: 26/02/2019

Magno P. della Flora
MAGNO PELLON DE LA FLORA
ASSINATURA DO EMISSOR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Ednaldo Barros Freitas
INSCRIÇÃO DO CPF: 033.104.273-82 RG: 3531210
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Setentrional nº 52
BAIRRO: Equatorial CEP: 69317 - 378
CIDADE: Boa Vista UF: Roraima
FONE(S): 95 - 991227106 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de rádio Difusão CNPJ nº 17.605.876/0001-69 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o emissão apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Ednaldo Barros Freitas
Assinatura do(a) apoiador(a)

em 09.10.19 Boa Vista - RR
Data Município e UF



CNPJ: 05.938.467/0001-15
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 20.055.426-3
RUA MELVIN JONES, 218 - SÃO PEDRO - CEP. 60.306-610

Matrícula: **1106015** **Julho/2019**

Dados do Cliente:
ARTEMISIA DE OLIVEIRA LOPES

Endereço para entrega:
RUA SETENTRIONAL, NUM. 00052 - BAURITIA
L BOA VISTA RR 69317-378

Inscrição	Rota	Seq.Rota	Quantidade de Economias
001.019.787.0425.000	41	1720	RESIDENCIAL

Hidrometro	Data de Instalação	Situação Água	Situação Esgoto
A13B241040	27/01/2014	LIGADO	POTENCIAL

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m3)	NUM DE DIAS
LEITURA FAT. 1111	1138	27	29
LEITURA INF.			
DT. LEITURA 24/06/2019 23/07/2019			

ULTIMOS CONSUMOS

Qualidade de Água Distribuída ao Consumidor
Informações das Amostras Realizadas na Rede de Distribuição
DECRETO FEDERAL N.º 8448 / 2008 G.M
Temperatura COR C.TOTALS E.C.O.M.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO
CAMPAIGNA NACIONAL DE HABITAÇÃO

NOME
EDNALVA BARROS FREITAS

DOC. IDENTIDADE / RG
3331213 559 RR

CPF
033.104.273-82

DATA NASCIMENTO
12/03/1980

PAI
ANTONIO VELOZO DE
FREITAS

MÃE
IRENICE DA CONCEIÇÃO
BARROS

PERMISSÃO
PERMISSÃO

ACC
ACC

CAT. PRA
AB

Nº REGISTRO
06671609360

VALIDADE
21/09/2020

PUBLICITAÇÃO
01/08/2015

OBSERVAÇÕES

Ednalva Barros Freitas

BOA VISTA, RR

DATA DE EMISSÃO
16/10/2017

ANTONIO FRANCISCO DE MORAES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

1540642290

RORAIMA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Rosiele Costa Serrão

INSCRIÇÃO DO CPF: 585.757.663-68 RG: 273289

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: R: Setentrional 88

BAIRRO: Equatorial CEP:

6	9	3	1	7
---	---	---	---	---

 -

3	7	8
---	---	---

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S):

9	5
---	---

 -

9	9	1	3	3	7	4	0	5
---	---	---	---	---	---	---	---	---

--	--

 -

--	--	--	--	--	--	--	--

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radio Difusão Comunitaria CNPJ nº 17.605.876/0001164, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

x Rosiele Costa Serrão
Assinatura do(a) apoiador(a)

08/09/2019 Boa Vista - RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

273289

DATA DE
EXPEDIÇÃO

17/02/2016

NOME

ROSIELE COSTA SERRÃO

FILIAÇÃO

ELESBÃO MARTINS SERRÃO

ROSARIO DE FÁTIMA COSTA SERRÃO

NATURALIDADE

PINHEIRO - MA

DATA DE NASCIMENTO

27/03/1971

DOC. ORIGEM

CERTD NASC 11320 FLS 396 LIV 12

1 OF MONÇÃO-MA

CPF

585.757.663-68

AMADEU ROCHA TRIANI

Perito Papiloscópico de Polícia Civil
Diretor do ROC

2 VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Scanned by CamScanner

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

**ENERGIA**

conosco informe
este número

0107870-4

Roraima Energia S.A.
Av. Capitão Ene Garcez, 691 – Centro – Boa Vista – RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica – Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal
003704302
A Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SETEMBRO/2019	06/10/2019	576	413,07

ROSIELE COSTA SERRAO
R. SETENTRIONAL 88 EQUATORIAL
CPF: 00058575766368
CEP: 69.317-378 - BOA VISTA

ROF: 7.001.28.06.151300

DADOS DA LEITURA		kWh	kVarh	DATAS DA LEITURA	
Atual:		5279		Atual:	20/09/2019
Anterior:		4703		Anterior:	23/08/2019
Constante de Multiplicação:		1,000		Próxima Leitura:	20/10/2019
Consumo Medido:		576		Emissão:	19/09/2019
Consumo Faturado:		576	FCAII	Apresentação:	20/09/2019
Forma de Faturamento:	NORMAL	Fator de Potência:		Dias de Consumo:	28

Rhs



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Angela Maria de Almeida

INSCRIÇÃO DO CPF: 382.264.642-34 RG: 74376

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Lafazinha, 68 Conj. Manaira

BAIRRO: Laura Moreira CEP: 69300-000

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 93725222 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de Radiodifusão Comunitaria CNPJ nº 17.605.876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Angela m. de Almeida mendes
Assinatura do(a) apoiador(a)

09 de outubro de 2019 - Boa Vista - RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

73176 ANGELA MARIA DE ALMEIDA MENDES

AVELINO DE ALMEIDA
CEVALDA DA SILVA

SEM VISTA - 22

CENTO CAS 995 FLS 95 LIV 84.
1 OF SAC LOTE 22

387 244 647 34
2 VIA

27 11 1969

ESTADO DE HORAINIA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO DO ODLIO CRUZ

Polegar Direito

Angela maria de Almeida mendes

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



CNPJ: 06.939.877/0001-18
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 20.555.425-3
RUA MELVIN JONES, 219 - SÃO PEDRO - CEP: 09.309-410



ATENDIMENTO
CAERR
0800 280 9520
www.caerr.com.br

Medição: **1152394**

Setembro/2019

Dados do Cliente:

ANGELA MARIA DE ALMEIDA MENDES

Endereço para entrega:

RUA CASACÉIRA, NUM. 00058 - LAURA MOREIR
A BOA VISTA RR 69300-000

Inscrição	Rota	Seq. Rota	Quantidade de Economias
001.033.843.0308.000	11	180	RESIDENCIAL

Hidrometro	Data de instalação	Situação Água	Situação Esgoto
NÃO MEDIDO		LIGADO	POTENCIAL

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m3)	NUM DE DIAS
LEITURA FAT.		10	0
LEITURA INF.			
OT. LEITURA			

oklars.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Antonio Dias da Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: 075 831 433 - 15 RG: 240346

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua HC14, 3406

BAIRRO: Senador Helio Campes CEP: 63306 - 484

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S): 95 - 991403634 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Associação Comunitária de Rádio difusão Comunitária CNPJ nº 27.605.876/0001-69, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Antonio Dias da Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

Em 15 de Outubro de 2019 Boa Vista Roraima
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
SERIAL 240346 DATA DE
EXPEDIÇÃO 07/01/2000

NOME
ANTONIO DIAS DA SILVA

FILIAÇÃO
MARIA DIAS DA SILVA

NATURALIDADE
TIMBIRAS - MA DATA DE NASCIMENTO
12/11/1957

DOC ORIGEM
CERTO CAS 250 FLS 250 LIV B-1

MUCAJAI - RR

CPF 075.811.493-15

2 VIA



Rita de Cássia Coelho de Ara
Diretora do IIOC

AG 00522-3
0448605-6

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DILIO CRUZ

 Polegar Direito 

Antonio Dias da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Alex.



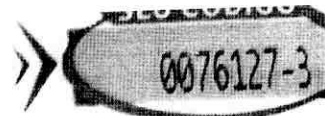
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Para contato
consulte o número
deste número



Roraima Energia S.A.
Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Ins. Estadual: 24.007.022-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SETEMBRO/2019	16/10/2019	307	207,

SEBASTIANA SOUZA DA SILVA
R. HC 14 1406 SENADOR HELIO CAMPOS
CPF: 00038307782287
CEP: 69.316-484 - BOA VISTA

ROT: 28.001 26.37 03

DADOS DA LEITURA		kWh	kVAh	DATAS DA LEITURA	
Atual:	49971			Atual:	12/09
Anterior:	49664			Anterior:	14/08
Constante de Multiplicação:	1,000			Próxima Leitura:	12/1
Consumo Medido:	307			Emissão:	11/0
Consumo Faturado:	307			Apresentação:	12/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Adailton Gomes N. da Silva

INSCRIÇÃO DO CPF: 816.433.102-49 RG: 207117

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: R. Leste Nº 206

BAIRRO: Equatorial CEP: 69348 - 317

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 981193028 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de rádio difusão ^{comunitaria} CNPJ nº 27.605.876/000164, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

x Adailton Gomes N. da Silva
Assinatura do(a) apoiador(a)

Boa Vista - RR 10/10/2019
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Rosson Queiroz de Araújo

INSCRIÇÃO DO CPF: 041.622.172-62 RG: 411060-9

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua: Austral n.º 358

BAIRRO: Equatorial CEP: 69317-358

CIDADE: Bom Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 991563646 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Leguário CNPJ nº 37.605.876/0001-65, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o brasiliana apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Rosson Queiroz de Araújo
Assinatura do(a) apoiador(a)

Bom Vista - RR 11/10/2019
Data Município e UF



411060-9 18/05/2015

RAASON QUEIROZ DE ARAÚJO

WILSON LAURÊNCIO DE ARAÚJO

RAIMUNDA ANTONIA DE CASTRO QUEIROZ ARAÚJO

MAHAUS - AM 11/07/1996

CERTD NASC 7440 FLS 013 LIV A-146

MAHAUS-AM

041.622.172-62 **Hênio Stanio Lima Andrade**
2 - VIA **Director do WOC**

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

Polegar Direito

Raason Queiroz de Araújo

CARTÃO DE IDENTIDADE

CADEN

CNPJ: 08.000.000/0001-01
 ENDEREÇO: RUA DA LIBERDADE, 200 - JARDIM
 RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20040-000

Dados do Cliente:
 Nome: RAASON QUEIROZ DE ARAÚJO

Matrícula: 1100980 **Setembro/2019**

Endereço para entrega:
 RUA - STIVAL, NÚM. 00299 - EQUATORIAL 304
 VISTA RR 69317-359

Inscrição	Rota	Seq.Rota	Quantidade de Economias
001.019 772 0444.000	45	1ª	1

Medímetro	Data de Instalação	Situação Água	Situação Saneamento
A13B241571	23/01/2014	ENTRADA	POTENCIAL

LEITURA FAT	2655	2665	10	53
LEITURA INF				
DT. LEITURA	22/08/2019	24/08/2019		

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m3)	NUM DE DIAS

ULTIMOS CONSUMOS

Medímetro	Consumo (m3)
201.985	10,0
201.980	10,0
201.906	10,0
201.905	10,0
201.904	10,0
201.903	10,0

ESCRICAO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
SIDENCIAL 1 UNIDADE(S)	10 M3	23,83
CONSUMO DE AGUA		0,47

A F/IMPONTUALIDADE 08/2019



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: David Robinson de Araujo Rodrigues
INSCRIÇÃO DO CPF: 033.219.733-67 RG: 3692548 SSP-RR
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Oeste, Num: 410
BAIRRO: Equatorial CEP: 69317 - 300
CIDADE: Boa Vista UF: RR
FONE(S): 95 - 91317609 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio difusão Comunitária CNPJ nº 17.605.876/0001-69, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

David Robinson de Araujo Rodrigues.
Assinatura do(a) apoiador(a)

Em 10/10/2019, Boa Vista-RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

DAVID ROBSON DE ARAUJO RODRIGUES

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR/UF

3672549 SESP RR

CPF

033.219.733-67

DATA NASCIMENTO

14/12/1987

FILIAÇÃO

DOMINGOS RODRIGUES

ROSEMARY DE ARAUJO
RODRIGUES

PERMISSÃO



ACC



CAT HAB

AB

Nº REGISTRO

04238573525

VALIDADE

22/12/2022

1ª HABILITAÇÃO

27/11/2007

VÁLIDA EM TODO
ERRITÓRIO NACIONAL
1554847113





COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA
CNPJ: 05.939.467/0001-15
Rua Melvin Jones, 219 - CEP: 69.306-610
FONE GERAL: 2121-2200

CONTA DE ÁGUA

ATENDIMENTO

0800 280 9520

MÊS/ANO: 06/2019

VENCIMENTO: 15/07/2019

MATRÍCULA: 00111916.8

DAVID ROBSON ARAUJO RODRIGUES

RUA OESTE, NUM, 00410

EQUATORIAL

BOA VISTA RR 69317-360

INSCRIÇÃO: 001.019.774.0404.000

ROTA: 45.1680

CATEGORIA	ECONOMIAS	HIDRÔMETRO	VOL FATURADO	DESCRIÇÃO	Nº DA CONTA
RESIDENCIAL	1	A13B253305	10	REAL	15390146
DT. LEITURA ANT.	DT. LEITURA ATUAL	DIAS DE CONSUMO	LEITURA ANT.	LEITURA ATUAL	MÉDIA
23/05/2019	25/06/2019	33	738	747	11
MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.
05/2019 10	04/2019 13	03/2019 10	02/2019 9	01/2019 18	12/2018 10

DESCRIÇÃO	CONSUMO POR FAIXA	VALORES (R\$)
ÁGUA	9 M3	23.83

O NÃO PAGAMENTO ATÉ A ÚLTIMA DATA DE VENCIMENTO IMPLICARÁ EM MULTA E SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA.

TOTAL A PAGAR

23,83

PRAZO PARA RECLAMAÇÕES SOBRE ESTA CONTA: ATÉ 15 DIAS APÓS O VENCIMENTO

Qualidade da Água Distribuída ao Consumidor

Informações das Amostras Realizadas na Rede de Distribuição

DECRETO FEDERAL Nº 5440/2005 G.M

Amostras	Cloro	Turbidez	Cor	C. Totais	E. Coli
Exigidas	-	-	-	-	-
Analisadas	-	-	-	-	-
Em Conformidade	-	-	-	-	-

Químico Industrial Responsável: MARIA DA CONCEIÇÃO CARVALHO ROCHA - CRQ 10201809 - 14ª Região

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



INSCRIÇÃO	MÊS/ANO	GRUPO	TOTAL A PAGAR	ROTA
001.019.774.0404.000	06/2019	11	23,83	45.1680

82610000000-7 23830004001-7 00111916801-9 06201950003-2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Daniela da Silva Pereira

INSCRIÇÃO DO CPF: _____ RG: 338508-7

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua. Manairá, 157 Log. Manairá

BAIRRO: Laura Moreira CEP: 69318 - 377

CIDADE: Boa Vista UF: Roraima

FONE(S): 95 - 984113931 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão Comunitária CNPJ nº 27.605.876/0001-69, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

*Daniela da Silva Pereira
Assinatura do(a) apoiador(a)

Em 15 de Outubro de 2023 Boa Vista Roraima
Data Município e UF

Albis



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 318508-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/05/2004

NOME DANIELE DA SILVA PEREIRA

FILIAÇÃO

LECONIAS MARTINS PEREIRA

LOURDES GUEDES DA SILVA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

MANAUS - AM 16/09/1987

DOC ORIGEM

CERTD NASC 25194 FLS 280 LIV A-21

MÃE DO RIO - PA

CPF

1 VIA

Ramiro Francisco da Silva Junior
Diretor do ITOC

P 3

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CRAB-DE-MANUS DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILIO CRUZ

Polgar Direito

Daniele da Silva Pereira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CRAB-DE-MANUS DO BRASIL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

RAZÃO SOCIAL: ELIZETE GARCIA DE SOUSA
ENDEREÇO: R. CLAUDIO B. DE ARAUJO BAIRRO CRUVIANA
CNPJ 14.968.225.000140
CEP:

0	9	3	1	7
---	---	---	---	---

 -

3	7	2
---	---	---

CIDADE: BOA VISTA UF: RODRIMA
FCNE(S):

9	5
---	---

 -

9	9	1	7	7	2	5	7
---	---	---	---	---	---	---	---

--	--

 -

--	--	--	--	--	--	--	--

A entidade acima qualificada , pessoa Jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art 9º , s 2º, VI Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitaria de radiodifusão ^{comunitaria}, CNPJ nº 17.65.87610001-65, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicilio na área pretendida para a prestação do serviço.

Elizete Garcia de Sousa
Assinatura do(a) representante legal da entidade apoiador(a)

Dia 08 de Outubro de 2019 Boa Vista-RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Identificação

Nome Empresarial

ELIZETE GARCIA DE SOUSA 79397042220

Nome do Empresário

ELIZETE GARCIA DE SOUSA

Nome Fantasia

MERCANTIL E ACOUGUE DA FAMILIA

Capital Social

5.000,00

Nº da Identidade

171366

Órgão Emissor

ssp

UF Emissor

RR

CPF

793.970.422-20

Condição de Microempreendedor Individual

Situação Cadastral Vigente

ATIVO

Data de Início da Situação Cadastral Vigente

31/01/2012

Números de Registro

CNPJ

14.968.225/0001-40

NIRE

14-8-0004253-2

Endereço Comercial

CEP

69317-372

Logradouro

RUA GRAO-MESTRE CLAUDIO BARBOSA DE ARAUJO

Número

443

Complemento

CASA 443

Bairro

EQUATORIAL

Município

BOA VISTA

UF

RR

Atividades

Data de Início de Atividades

31/01/2012

Código da Atividade Principal

47.12-1/00

Descrição da Atividade Principal

Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

Código da Atividade Secundária**Descrição da Atividade Secundária**

- | | | |
|---|------------|---|
| 1 | 47.63-6/01 | Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos |
| 2 | 47.55-5/02 | Comercio varejista de artigos de armarinho |
| 3 | 47.21-1/03 | Comércio varejista de laticínios e frios |
| 4 | 47.23-7/00 | Comércio varejista de bebidas |
| 5 | 47.89-0/05 | Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários |
| 6 | 47.22-9/01 | Comércio varejista de carnes - açougues |
| 7 | 47.84-9/00 | Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (glp) |
| 8 | 47.72-5/00 | Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal |

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Scanned by CamScanner

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Anderson da Silva Sales

INSCRIÇÃO DO CPF: 446 723.902-25 RG: 131242

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua Solânea, 102

BAIRRO: Dama Moreira CEP:

6	9	3	1	3
---	---	---	---	---

 -

4	8	1
---	---	---

CIDADE: Boa Vista UF: RR

FONE(S):

9	5
---	---

 -

9	9	1	7	1	4	0	2	2
---	---	---	---	---	---	---	---	---

--	--

 -

--	--	--	--	--	--	--	--

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão Comunitária CNPJ nº 27.605 87610001-69, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Anderson da S. Sales
Assinatura do(a) apoiador(a)

15 de outubro de 2019, Boa Vista, RR
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

NOME: ANDERSON DA SILVA SALES

LOC. DE NASC.: BOA VISTA - RR 04/02/1977
NASCIMENTO

FILIAÇÃO: DOMINGOS MISTERDAN DA SILVA SALES
MARIA LUIZA DA SILVA SALES

DOC. APRESENTADO: R.G. 131.242 SSP RR

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

LEI Nº 049, DE 18 DE MAIO DE 1995

RG: 131.242 CPF: 446.723.902-25

T. ELEITOR: 1919152666 SEÇÃO: 0100 ZONA: 003

LOCAL DA EMISSÃO: DRT/RR

EMISSÃO: 21/12/2007

Assinatura
ASSINATURA DO EMISSOR

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

CARTeira DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

FIS/PASSEP 209.26266.62-9

NÚMERO 3446632

SERIE 002-0

RR

ANDERSON DA SILVA SALES

ASSINATURA DO TITULAR

MOLECAR DÍRITO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CNPJ: 05.939.467/0001-15
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 20.055.426-3
RUA MELVIN JONES, 219 - SÃO PEDRO - CEP. 89.300-610

Medição 115473

Dados do Cliente:

ROMELIA SANTOS SILVA

Endereço para entrega:

RUA SOLANEA, NÚM. 00102 - JARDIM

BOA VISTA PR 85010-181

Inscrição

001.033.844.0344.000

Rota

11

Sua Rota

620

Quantidade de Economias

RESIDUAL: 1

Hidrômetro

NÃO MEDIDO

Data de Instalação

Situação Água

LIGADO

Situação Externa

POTER 70

ANTERIOR

ATUAL

CONSUMO (m³)

10/11/2015

LEITURA FAT.

10

LEITURA INF.

Plaus



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURIDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

NOME COMPLETO: Eliezer Alves Costa

INSCRIÇÃO DO CPF: 030389832-82 RG: 3034399

ENDEREÇO
RESIDENCIAL: Rua: Solanea n= 362

BAIRRO: Conjunto manaira CEP: 69318 - 181

CIDADE: Boa Vista UF: PR

FONE(S): 95 - 991772535 -

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art 9º, s 2º, VI da Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da Assoc. Comunitária de Rádio Difusão Comunitária CNPJ nº 17.605.876/0001-64, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Eliezer Alves Costa
Assinatura do(a) apoiador(a)

15 de outubro de 2019 Boa Vista PR.
Data Município e UF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

CPF: 010389832-87 RG: 70039

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

303439-9

ELIEZER ALVES COSTA

DIMINGOS COSTA

MARINALVA ALVES COSTA

ZÉ BOCA - MA

CERTID NASC 68.388 FLS 264 V LIV A 97

BOA VISTA - RR

VIA

Rita de Cássia Coelho da Araújo
Diretora do IIQC

DATA DE NASCIMENTO
10/04/1988

DATA DE EXPIRAÇÃO
06/03/2008

LEI Nº 7.160 DE 2006

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ORDO CRUZ

Polegar Direito

Eliezer Alves Costa

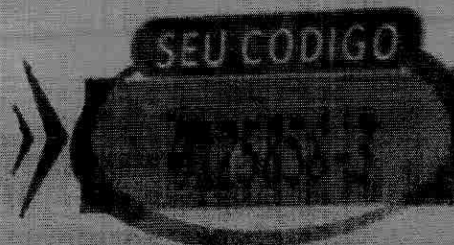
CARTEIRA DE IDENTIDADE

Eliezer

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Para contato
conosco informe
este número



Roraima Energia S.A.

Av. Capitão Ene Garcez, 691 – Centro – Boa Vista – RR

CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica – Série B-1

Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal 003705007

A Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTAS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
1	01/01/2018	150	150,00

ISONETE SILVA AMORIM

R. SOLANEA 362 Q 848 LT 158 LAURA MOREIRA

RESIDENCIAL MANAIRA

CEP: 69.318-181 – BOA VISTA

ROT: 7.001.28.08.052000

DATA DE VENCIMENTO	DATA DE PAGAMENTO
01/01/2018	01/01/2018



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA
QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA

RAZÃO SOCIAL: IGREJA PENTECOSTAL MEMORIAL EM CRISTO
ENDEREÇO: RUA HEREU, 419 BAIRRO PROF. ARACELI SOUZA MAIOR
CNPJ 18.677.275/0001-20
CEP: 69301 - 970
CIDADE: BOA VISTA UF: RORAIMA
FONE(S): 95 - 91344606 95 - 91743056

A entidade acima qualificada, pessoa Jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art 9º, s 2º, VI Lei nº.9.612/1998, demonstrar o meu apoio á iniciativa da ASS. COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA CNPJ nº _____, (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para presta serviço de Radiodifusão Comunitaria nesta localidade.

Declaro, ainda para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicilio na área pretendida para a prestação do serviço.

Eduarda Oliveira Barros
Assinatura do(a) representante legal da entidade apoiador(a)

BOA VISTA / RR - 01/11/2019
Data Município e UF



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

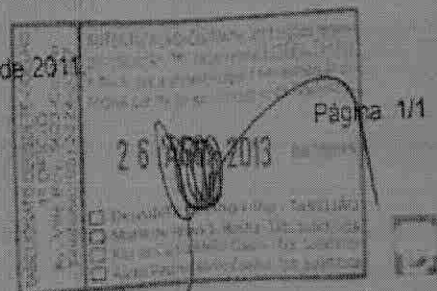
Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 18.677.275/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 20/06/2013
NOME EMPRESARIAL IGREJA PENTECOSTAL MEMORIAL EM CRISTO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) IPMC			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 322-0 - ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA			
LOGRADOURO R HEREU	NUMERO 419	COMPLEMENTO	
CEP 69.301-970	BARRIO/DISTRITO PROF. ARACELI SOUTO MAIOR	MUNICIPIO BOA VISTA	UF RR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/06/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

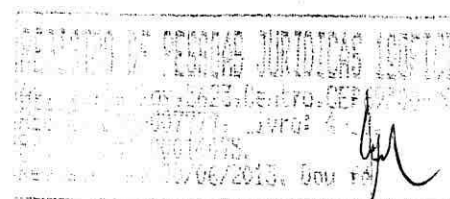
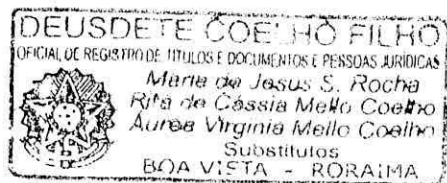
Emitido no dia 15/08/2013 às 09:34:18 (data e hora de Brasília)

Voltar



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página





ATA DE FUNDAÇÃO DA IGREJA PENTECOSTAL MEMORIAL EM CRISTO

Aos Dezenove dias do mês de outubro de dois mil e doze, às 19:30 horas, reuniram-se o Pastor **EDIMILSON OLIVEIRA BISPO**, brasileiro, casado em regime de comunhão total de bens, pastor evangélico, portador da cédula de identidade nº 105.578 SSP/RR e do CPF nº 332.765.603-72, residente e domiciliado nesta cidade de Boa Vista-RR, na rua Rio Branco nº 385-Bairro Professora Araceli Souto Maior - cep-69.315-012, **FRANCISCA LUCIENILDE BARBOSA BISPO**, brasileiro, casada em regime de comunhão total de bens, técnica em enfermagem, portadora da cédula de identidade nº 151062 SSP/RR e do CPF nº 341.952.702-00, residente e domiciliado nesta cidade de Boa Vista-RR, na rua Rio Branco nº 385 - bairro Professora Araceli Souto Maior - Cep - 69.315-012, **KATHIANNE RIBEIRO ALENCAR**, brasileira, solteira, Auxiliar Administrativo, portadora da cédula de identidade nº 159769 SSP/RR e do CPF nº 792.620.402-10, residente e domiciliada nesta cidade de Boa Vista-RR, na rua Rio Branco nº 385-Bairro Professora Araceli Souto Maior - cep-69.315-012, **KAILA KAROLINE BARBOSA BISPO**, brasileiro, solteira, professora, portadora da cédula de identidade nº 382751-8 SSP/RR e do CPF nº 020.442.202-20, residente e domiciliado nesta cidade de Boa vista-RR., na rua Rio Branco nº 385 - Bairro Professora Araceli Solto Maior - Cep- 69.315-012, **MICHELE FARIAS**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, auxiliar administrativo, portadora da cédula de identidade nº 247.295 SSP/RR e do CPF nº 916.499.432-53, residente e domiciliada nesta cidade de Boa vista-RR, na rua São Marcos nº245-Bairro Cinturão Verde- Cep- 69.312.375, **ANDERSON BARBOSA**, brasileiro, casada em regime de comunhão parcial de bens, vigilante, portador da cédula de identidade nº163761 SSP/RR e do CPF nº 735.536.622-04, residente e domiciliado nesta cidade de Boa Vista-RR na rua São Marcos nº 245-Bairro Cinturão Verde - CEP - 69.312-375, **LUÃ BARBOSA BISPO**, brasileiro, solteiro, recepcionista, portador da cédula de identidade nº 376536 SSP/RR e do CPF nº 538.353.872-00, residente e domiciliado nesta cidade de Boa Vista-RR na rua Rio Branco nº 385-Bairro Professora Araceli Souto Maior - cep-69.315-01, **ALTECINA OLIVEIRA DE LIMA**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, domestica, portador da cédula de identidade nº 79.214 SSP/RR e do CPF nº 703.118.542-49, residente e domiciliado nesta cidade de Boa Vista-RR na rua Eclipsi nº 71-Bairro Professora Araceli Souto Maior - CEP - 69.3000, **MICAÍAS BRUCE VIDINHA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, autônomo, portador da cédula de identidade nº189.262 SSP/RR e do CPF nº 100.005.772-00, residente e domiciliado nesta cidade de Boa Vista-RR na rua Eclipsi nº 71-Bairro Professora Araceli Souto Maior - CEP - 69.310-970, foi aclamado presidente o Pastor vitalício: **EDIMILSON OLIVEIRA BISPO**, que por sua vez convidou a mim, **KATHIANNE RIBEIRO ALENCAR**, para secretariar os trabalhos, formada assim a ordem do dia, passou a expor

AUTENTICAÇÃO
CUSTAS R\$ 1,55

BOA VISTA - RR
AUTENTICAÇÃO - A presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado, dou fé.

Boa Vista
RR, 21 JUN, 2013

Em testº da verdade.

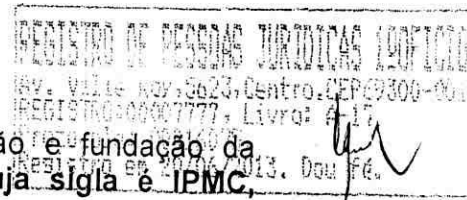
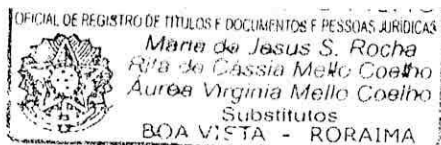
Wagner Mendes Coelho TABELIAO
José Coelho de Souza Neto SUBSTITUTO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

459a-bcf7-910ba73252d9



presentes que em reunião tinha como objetivo a criação e fundação da **IGREJA PENTECOSTAL MEMORIAL EM CRISTO**, cuja sigla é **IPMC**, assunto esse já de conhecimento de todos os presentes para apreciação, consultada a assembléia respeito. Após a discussão verificou-se ter sido aprovada a criação da **IGREJA PENTECOSTAL MEMORIAL EM CRISTO**, e seu estatuto por unanimidade pelos presentes em anexo. O presidente também de acordo com a ordem do dia procedeu à eleição dos membros da diretoria, procedida a eleição constatou-se o resultado assim constituídos, em anexo. Em seguida o presidente agradeceu a confiança que lhe foi depositada, para o cumprimento dos objetivos da IPMC, e sem mais nada a tratar, o presidente deu por encerrada a assembléia da qual foi passado o tempo suficiente foi lavrada esta ata, que em seguida foi lida aos presentes, sendo aprovada por unanimidade e assinada por mim, **KATHIANNE RIBEIRO ALENCAR**, nomeada primeira secretária pelo presidente e por todos os demais associados.

Eduardo Oliveira Bispo
Presidente

Françoisa Juvenilde Barbosa Bispo
Vice-Presidente

Kathianne Ribeiro Alencar
1º Secretário (a)

Karla Karoliny Barbosa Br.
2º Secretário (a)

Michule Torres
1º Tesoureiro (a)

Anderson Barbosa
2º Tesoureiro (a)

Luís B. Bispo
1º Membro Conselho Fiscal

Altécina O. de Lima
2º Membro Conselho Fiscal

Marcia's Bruna Zidinha
3º Membro Conselho Fiscal

AUTENTICAÇÃO
CUSTAS R\$ 1.55

2º TABELIONATO DE BOA VISTA-RR
AUTENTICAÇÃO - A presente cópia é
reprodução fiel do documento que me foi
apresentado, dou fé.

Boa Vista
RR, 21 JUL 2013

Em testº da verdade.

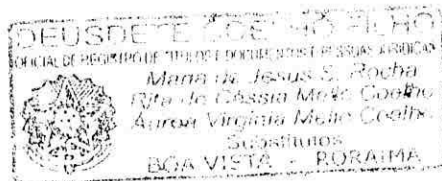
Wagner Mendes Coelho TABELLÃO
☐ Jose Coelho de Souza Neto SUBSTITUTO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



ANEXO I

RELAÇÃO DOS PRESENTES A FUNDAÇÃO DA IGREJA PENTECOSTAL MENORIAL EM CRISTO - IPMC, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2012.

CARGO

NOME

ASSINATURA

PRESIDENTE: EDILSON OLIVEIRA BISPO

VICE-PRESIDENTE: FRANCISCA LUCIENILDE BARBOSA BISPO

1º SECRETARIO: KATHYANNE RIBEIRO ALENCAR

2º SECRETARIO: KAILA KAROLINE BARBOSA BISPO

1º TESOUREIRA: MICHELE FARIAS

2º TESOUREIRA: ANDERSON BARBOSA

1º MEMBRO CONSELHO FISCAL: LUÃ BARBOSA BISPO

2º MEMBRO CONSELHO FISCAL: ALTECIANA OLIVEIRA DE LIMA

3º MEMBRO CONSELHO FISCAL: MICAIAS BRUCE VIDINHA

AUTENTICAÇÃO
CUSTAS R\$ 1.55

2º TABELONATO DE BOA VISTA-RR
AUTENTICAÇÃO: A presente cópia é
reprodução fiel do documento que me foi
apresentado, dou fé.

Boa Vista
RR,

21 JUN. 2013

Em testº da verdade.

Wagner Mendes Coelho TABELÃO
José Coelho de Souza Neto SUBSTITUTO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Guia de Recolhimento da União - GRU

Código de Recolhimento	18822-0
Número de Referência	41000300001188220
Competência	11/2019
Vencimento	04/11/2019
Nome do Contribuinte / Recolhedor	CNPJ ou CPF do Contribuinte
ASSOCIAÇÃO COMUNIT. DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA	17.605.876/0001-64
Nome da Unidade Favorecida	UG / Gestão
COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	240101 / 00001
Instruções:	(=) Valor do Principal
As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	100,00
	(-) Desconto/Abatimento
	(-) Outras deduções
	(+) Mora / Multa
	(+) Juros / Encargos
	(+) Outros Acréscimos
	(=) Valor Total
	100,00

GRU SIMPLES
Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.
[STN6110310DE0B61FD831DE4F20091981F3]

89960000001-0 00000001010-3 95523161882-9 20421224320-4

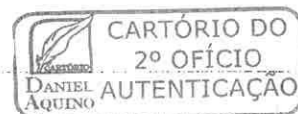


DANIEL AQUINO
Cartório do 2º Ofício de Boa Vista
Daniel Aquino - Tabelião e Registrador
Av. Atalide Teive, 4307 - Asa Branca - Boa Vista/PA
Fone: (95) 3627-4111
E-mail: daniel.aquino@cartorio2ooficio.com.br

154774.5dbc9c1f6a46f
AUTENTICAÇÃO. Confira com o documento original apresentado.

Em testemunho da verdade. LFS
Boa Vista/RR, 01 de novembro de 2019.
Consulte o(s) selo(s) abaixo em: cidadao.portal.selors.com.br
REC/FIR168295HFAQIN29W5QKGC91 / REC/FIR16829520421224320-4

Emolumentos: R\$ 4,90 Fundos: ISS: R\$ 1,10 Total: R\$ 6,00 SELO: R\$ 3,00



NR. AUTENTICAÇÃO: B.D4F.C4F.950.EDC.BC7

Valor Principal: 100,00
Valor em Dinheiro: 100,00
Valor em Cheque: 0,00
Valor Total: 100,00

CNPJ: 17605876/0001-64
Data de pagamento: 04/11/2019
NR de Referência: 41000300001188220
Competência MM/AAAA: 11/2019
Código de Barras: 89960000001-0 20421224320-4
95523161882-9

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD. BARRA

COBAN: 35605 LOJA: 069 PDV: 001
01/11/2019 - BANCO DO BRASIL - 13:31:24
025035605 0305



DESPACHO

Processo nº: **01250.056452/2019-85**.

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

1. Após análise inicial da documentação encaminhada pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CRUVIAI entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Boa Vista / RR**, constatou-se que as coordenadas apresentadas no Requerimento de Outorga, **Latitude: 02º S 48' 07" ; Longitude: 60º W 46' 12" :**

I. Não foi possível confirmar se as coordenadas geográficas apresentadas no requerimento de outorga indicam a localização informada do sistema irradiante, pois, os sistemas internos utilizados por esse Ministério não identificaram o endereço **Rua HC - 13 - Boa Vista / RR**. Dessa forma, a fim de elucidar tal questionamento, esta coordenação solicita a apresentação de mapa ou planta de arruamento indicando o local do sistema irradiante, com as coordenadas na forma GGº MM' SS" com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que os minutos (MM') e os segundos (SS") da latitude e da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59, bem como o endereço correspondente, nome do município e UF.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Segond Vasconcellos, Analista**, em 04/04/2020, às 19:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5367494** e o código CRC **1F611D00**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI nº 5367494



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.605.876/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/02/2013
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO A RURAL	NÚMERO 660	COMPLEMENTO LOTE POSSUI CERCAELETTRICALOTE 2PORTOES COR MARRON
CEP 69.339-899	BAIRRO/DISTRITO AREA RURAL DE BOA VISTA	MUNICÍPIO BOA VISTA
UF RR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO RADIOCRUVIANA@HOTMAIL.COM	TELEFONE (95) 9129-8524/ (95) 8126-4368	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/10/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **21/08/2020** às **11:42:02** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



CNPJ: **17.605.876/0001-64**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:39:55 do dia 21/08/2020 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e6574\\$\\$/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&Valida...](https://mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e6574$$/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&Valida...)

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e6574\\$\\$/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&Valida...](https://mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e6574$$/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&Valida...)

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 17.605.876/0001-64 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

ta.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndConjuntaInter/EmiteCertidaoInternet.asp?ni=17605876000164&passagens=1&tipo=1

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.605.876/0001-64

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA

Endereço: R LAURA PINHEIRO MAIA 1105 / PINTOLANDIA / BOA VISTA / RR /
69316-738

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/08/2020 a 18/09/2020

Certificação Número: 2020082005293144098603

Informação obtida em 21/08/2020 11:50:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0d2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.605.876/0001-64

Certidão nº: 20629892/2020

Expedição: 21/08/2020, às 11:49:38

Validade: 16/02/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.605.876/0001-64**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.056452/2019-85**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações**.

1. Após análise do processo nº 01250.056452/2019-85, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA**, na localidade de Boa Vista/RR, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 21 de agosto de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 21/08/2020, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5810981** e o código CRC **CD48BA2A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI-MC nº 5810981



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.056452/2019-85.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da Xª Região e da respectiva Seção Judiciária de Boa Vista/RR, e do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 21 de agosto de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 21/08/2020, às 14:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5810987** e o código CRC **819DE515**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI-MC nº 5810987



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Município/UF: **BOA VISTA/RR** **EXIGÊNCIAS**

Processo nº: 01250.056452/2019-85

CNPJ: 17.605.876/0001-64

Número de concorrentes: prejudicado

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA**

Nº do edital/ano: **230/2019 publicado no DOU em 05/09/2019**

Prazo de inscrição: 06/09/2019 a 04/11/2019

1. Data de postagem/SEI: 04/11/2019

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 1/5 (4809669)

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl. ()

4. Estatuto Social: fl. 7/12 (4809669) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: **(X) SIM** () NÃO

5. Ata de constituição: fl. 19/24 (4809669) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: **(X) SIM** () NÃO

6. Ata de eleição: fl. 25/28 (4809669) para o período de 06/01/2018 a 06/01/2020 **vencida**

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: **(X) SIM** () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl. 45/54 (4809669)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Adriane Da Silva Neves – f. 45	PDT	003575002640 26/02/1987	927.819.692-49	Não
Diretor Administrativo: José De Ribamar Nogueira – f. 46	Não	000126622640 20/05/1966	225.232.602-63	Não
Dir. Oper.: Alexandre Pereira Da Silva CNH	PL	016432522259 26/09/1977	637.158.722-68	Não
Dir. Cult. Com. Social: Zélia Maria do Rêgo Moura – f. 49 nome?	PDT	001868612666 16/10/1967	612.810.184 49	Não
Secretária: Jordânia Mendes Torreia Pinto – f. 50	Republican os	003062572607 19/01/1984	758.093.542-20	Não
Tesoureira: Sandra Sales De Lima – f. 51	PL	002191362690 26/10/1970	199.923.352-20	Não

8. Manifestações em apoio: fl. 55/465 (4809669)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. 466 (4809669)

11. Pesquisa Anatel (5810958) e Radar (5810981)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5810987)

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (5810955), Certidão FGTS (5810970), Certidão PGFN (5810966), Certidão CNDT (5810976)

OBSERVAÇÕES: 21/08/2020: Coordenadas. Ata de eleição vencida – verificar possibilidade de reeleição. Alexandre Pereira Da Silva apresentou CNH e Zélia Maria do Rêgo Moura deve comprovar o nome correto. Endereço CNPJ, estatuto, FGTS, Anexo 2: todos devem ser iguais.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos e deveres dos associados:
- d) Fontes de recursos para sua manutenção:
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos:
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto:
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: ()
- 2.2 Certidão FGTS: ()
- 2.3 Certidão PGFN : ()
- 2.4 Certidão CNDT: ()
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ()

3. Pesquisa Anatel () e Radar ()

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/04/2020 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 20

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.915, DE 28 DE ABRIL DE 2020

Estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal e, em razão da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID-19, resolve:

Art. 1º Sem prejuízo do disposto no art. 6º-C da Lei nº 13.979, de 6 fevereiro de 2020, ficam suspensos, de 20 de março de 2020 a 31 de maio de 2020, os prazos nos processos administrativos em trâmite no âmbito da Secretaria de Radiodifusão (SERAD) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), para apresentação de defesa, recurso, resposta a exigências, cumprimento de diligências, aprovação de local (APL) e licenciamento de estações.

Parágrafo único. Após a data a que se refere o caput, os prazos fluirão pelo tempo remanescente.

Art. 2º Fica suspenso, até 31 de maio de 2020, o atendimento presencial de partes, advogados e interessados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/06/2020 | Edição: 103 | Seção: 1 | Página: 17

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 2.456, DE 29 DE MAIO DE 2020

Prorroga, até 30 de junho de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28 de abril de 2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e em razão da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID-19, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 30 de junho de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28 de abril de 2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

PORTARIA Nº 31, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Estabelece metas de execução e do limite financeiro a ser disponibilizado ao Município que aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea por meio de Emenda Parlamentar.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 7º, inciso I e II, da Portaria SESAN/MDS nº 50, de 30 de agosto de 2018, e Art. 5º, inciso III §1º inciso II, da Portaria MC nº 305, de 10 de março de 2020, e conforme Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 e

CONSIDERANDO a adesão dos municípios ao Programa de Aquisição de Alimentos, em conformidade com a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e suas atribuições, a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e a Resolução nº 45, de 13 de abril de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, bem como a necessidade de subsidiar a elaboração dos planos operacionais, resolve:

Art. 1º Propor ao município que aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, relacionado no Anexo I, metas e limites financeiros para a implementação do Programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea, no prazo de 12 (doze) meses a partir de sua pactuação.

Parágrafo único. O prazo do plano operacional, por iniciativa da unidade gestora, poderá ser prorrogado por igual período em função do desempenho da Unidade Executora.

Art. 2º Para a efetivação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, o Ministério da Cidadania - MC realizará pagamentos a beneficiários fornecedores ou a organizações fornecedoras, observados os limites por Unidade Familiar e demais normas do programa, por Unidade da Federação, dentro dos limites financeiros indicados no Anexo I.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao pagamento de que trata o caput serão alocados no orçamento do MC, UO 55.101, consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.5033.2798.0052 destinado ao Município de Doverlândia - GO por meio de Emenda Parlamentar para a Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar.

Art. 3º O município elencado no Anexo I deve confirmar o interesse em executar a modalidade em até 30 (trinta) dias após a publicação desta portaria, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento de informações complementares para a elaboração e aprovação do plano operacional no Sistema de Informações do PAA - SISPA.

Art. 4º O início da operação de aquisição de alimentos está condicionado à aprovação pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva da proposta de participação registrada pelo ente no SISPA, conforme previsto no plano operacional, e à emissão dos cartões bancários de cada beneficiário fornecedor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ÊNIO ANTÔNIO MARQUES PEREIRA

ANEXO I

Estado	Município	Número da Emenda Parlamentar	Código do IBGE	METAS DE EXECUÇÃO	Valor total da Emenda Parlamentar	Limite financeiro de pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal (R\$)
				Número Mínimo de Beneficiários Fornecedores		
GO	DOVERLÂNDIA	19600001-2020	5207253	16	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
	1					

PORTARIA Nº 32, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Estabelece metas de execução e do limite financeiro a ser disponibilizado ao Município que aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea por meio de Emenda Parlamentar.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 7º, inciso I e II, da Portaria SESAN/MDS nº 50, de 30 de agosto de 2018, e Art. 5º, inciso III §1º inciso II, da Portaria MC nº 305, de 10 de março de 2020, e conforme Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 e

CONSIDERANDO a adesão dos municípios ao Programa de Aquisição de Alimentos, em conformidade com a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e suas atribuições, a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e a Resolução nº 45, de 13 de abril de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, bem como a necessidade de subsidiar a elaboração dos planos operacionais, resolve:

Art. 1º Propor ao município que aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, relacionado no Anexo I, metas e limites financeiros para a implementação do Programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea, no prazo de 12 (doze) meses a partir de sua pactuação.

Parágrafo único. O prazo do plano operacional, por iniciativa da unidade gestora, poderá ser prorrogado por igual período em função do desempenho da Unidade Executora.

Art. 2º Para a efetivação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, o Ministério da Cidadania - MC realizará pagamentos a beneficiários fornecedores ou a organizações fornecedoras, observados os limites por Unidade Familiar e demais normas do programa, por Unidade da Federação, dentro dos limites financeiros indicados no Anexo I.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao pagamento de que trata o caput serão alocados no orçamento do MC, UO 55.101, consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.5033.2798.0214 destinado ao Município de Maués - AM por meio de Emenda Parlamentar para a Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar.

Art. 3º O município elencado no Anexo I deve confirmar o interesse em executar a modalidade em até 30 (trinta) dias após a publicação desta portaria, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento de informações complementares para a elaboração e aprovação do plano operacional no Sistema de Informações do PAA - SISPA.

Art. 4º O início da operação de aquisição de alimentos está condicionado à aprovação pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva da proposta de participação registrada pelo ente no SISPA, conforme previsto no plano operacional, e à emissão dos cartões bancários de cada beneficiário fornecedor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ÊNIO ANTÔNIO MARQUES PEREIRA

ANEXO I

Estado	Município	Número da Emenda Parlamentar	Código do IBGE	METAS DE EXECUÇÃO	Valor total da Emenda Parlamentar	Limite financeiro de pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal (R\$)
				Número Mínimo de Beneficiários Fornecedores		
AM	MAUÉS	40680018 - 2020	1302900	77	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
	1					

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE
DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 47/2020

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Conce, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Conce apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.001215/2015-49 (423)

CNPJ: 04.952.095/0001-02 - MATRIZ

Razão Social: UNIÃO EDUCACIONAL META LTDA.

Nome da Instituição: CENTRO UNIVERSITÁRIO META

Endereço da Instituição: Estrada Alberto Torres, nº 947 - Paz, CEP. 69.919-230, Rio Branco/AC

Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 02.0387.2020

O Conce, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 47/2020/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Conce esclarece que este parecer não exige a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Conce, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.800, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Prorroga, até 31.07.2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28.04.2020, alterada pela Portaria 2456/2020/SEI-MCTIC, de 29.05.2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e em razão da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID-19, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de julho de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28 de abril de 2020, alterada pela Portaria nº 2456/2020/SEI-MCTIC, de 29.05.2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/07/2020 | Edição: 144 | Seção: 1 | Página: 11
Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 174/SEI, DE 27 DE JULHO DE 2020

Prorroga, até 31 de agosto de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28.04.2020, alterada pela Portaria nº 2456/2020/SEI-MCTIC, de 29.05.2020, e pela Portaria nº 2800/2020/SEI-MCTI, de 30.06.2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e em razão da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID-19, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de agosto de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28 de abril de 2020, alterada pela Portaria nº 2456/2020/SEI-MCTIC, de 29.05.2020, e pela Portaria nº 2800/2020/SEI-MCTI, de 30.06.2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 3897/2020/MC

Brasília, 21 de agosto de 2020.

Ao(À) Senhor(a)

NOME DO DESTINATÁRIO

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA** (CNPJ nº 17.605.876/0001-64)

Rua HC - 13, nº 482

69316-482 - BOA VISTA – RR

Assunto: PROCESSO Nº 01250.056452/2019-85. CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS – FASE DE HABILITAÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Boa Vista/RR** em razão do Edital nº 230/2019, publicado no Diário Oficial da União em 05/09/2019.

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, para atendimento das disposições da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC, e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018. conforme descrição a seguir:

2.1. Requerimento de outorga: Conforme Despacho 5367494, a entidade deve apresentar:

"1. Após análise inicial da documentação encaminhada pela **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA**, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Boa Vista / RR**, constatou-se que as coordenadas apresentadas no Requerimento de Outorga, **Latitude: 02º S 48' 07"** ; **Longitude: 60º W 46' 12"** :

*I. Não foi possível confirmar se as coordenadas geográficas apresentadas no requerimento de outorga indicam a localização informada do sistema irradiante, pois, os sistemas internos utilizados por esse Ministério não identificaram o endereço **Rua HC - 13 - Boa Vista / RR**. Dessa forma, a fim de elucidar tal questionamento, esta coordenação solicita a apresentação de mapa ou planta de arruamento indicando o local do sistema irradiante, com as coordenadas na forma **GGº MM' SS"** com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que os minutos (MM') e os segundos (SS") da latitude e da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59, bem como o endereço correspondente, nome do município e UF."*

2.2. Ata de eleição dos atuais dirigentes (art. 22, inciso IV): A ata de eleição encontra-se vencida desde 06/01/2020. Para nova eleição, a entidade deve observar que, para a prestação do Serviço pretendido, somente é permitida uma reeleição, conforme art. 40, V, b, da Portaria 4334/2015 e alterações:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

...

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

...

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Havendo alteração, a Entidade deverá encaminhar **novo Requerimento de Outorga**, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser **assinado por todos os dirigentes**.

Observação 1: a ata de eleição deverá estar registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Observação 2: os cargos da diretoria eleita deverão estar de acordo com os cargos previstos no estatuto social.

Observação 3: no Requerimento de Outorga a ser encaminhado, deverá constar a qualificação completa e assinatura de **todos** os dirigentes.

2.3. Comprovante de maioria e nacionalidade de todos os diretores (art. 22, incisos V e VI): A Entidade deverá enviar documentos que demonstrem a maioria e a nacionalidade do(s) novos diretor(es), caso haja alteração.

Se forem reeleitos, deve encaminhar:

1 – **Alexandre Pereira Da Silva** - apresentou somente CNH

2 – **Zélia Maria do Rêgo Moura** - deve comprovar o nome completo

Observação 1: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade os seguintes documentos, conforme art. 22, § 3º da Portaria:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

VII - passaporte.

Observação 2: não é necessário que sejam encaminhados os comprovantes de maioria e nacionalidade dos membros do conselho fiscal.

2.4. CNPJ válido e atual: em consulta ao sítio da Receita Federal do Brasil (5810955), verificou-se que o endereço da Entidade é diferente do que consta no estatuto social e no requerimento de outorga. Todas as informações devem ser iguais, assim, deve providenciar as alterações necessárias.

3. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

5. Nos termos das Portarias MCTIC nº 1.915, nº 2456, nº 2800 e nº 174, publicadas no Diário Oficial da União em 30/04/2020, 29/05/2020, 01/07/2020 e 29/07/2020 (5811100), os prazos para cumprimento de exigências estão suspensos de 20/03/2020 até 31/08/2020, quando serão contados, pelo remanescente.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Anexos:

Despacho 5367494

CNPJ 5810955

Portarias prazo 5811100



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 28/08/2020, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5811031** e o código CRC **04939E11**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 3897/2020/MC - Processo nº 01250.056452/2019-85 - Nº SEI: 5811031



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



AVISO DE RECEBIMENTO AR

DATA DE POSTAGEM

03/09/2020

DESTINATÁRIO

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA
RUA HC 13, 482
SENADOR HELIO CAMPOS
69316-482

BOA VISTA RR

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF VIA POSTAL

GARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

REMETENTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO,
BRASÍLIA - DF
70044-900



BO303200225BR

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º 15/09/20 11:06
2º 17/09/20 11:39
3º / / : :

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - PR: 01250.056452/2019-85;
1 - OFÍCIO: 3897/2020.

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| (1) MUDOU-SE | (6) NÃO PROCURADO |
| (2) ENDEREÇO INSUFICIENTE | (7) AUSENTE |
| (3) NÃO EXISTE NÚMERO | (8) FALLECIDO |
| (4) DESCONHECIDO | (9) OUTROS |
| (5) RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

ASSINAT

NOME LE



R LUIZ RODRIGUES DA SILVA

OR

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

17/09/2020
39570 SSP/RR



Menu Principal ▾

Sistemas
Interativos

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | menu ajuda

Tela Inicial

Resultado da Consulta

Consulta Geral RADCOM

Critérios da Pesquisa

UF: RR**Município:** Boa Vista

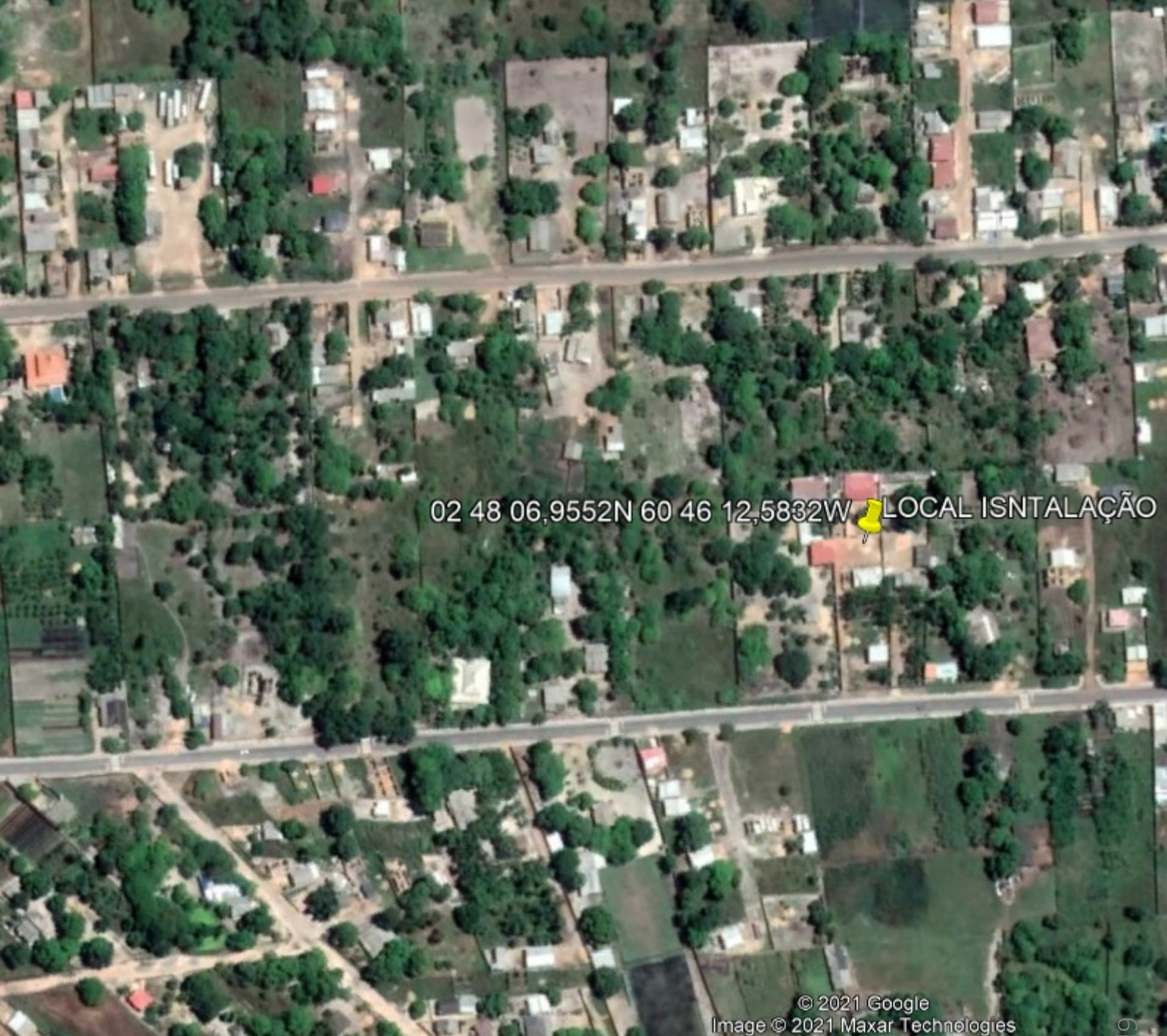
Resultado

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp<https://mreleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 230
Número do Processo: 012500564522019

4/5/21 6:44 PM

Página 1 de 1

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	RR	BOA VISTA	01250.056452/2019	230	02N4807	60W4613	EMA	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA
2.75	RR	BOA VISTA	53000.003788/2014	68	02N4842	60W4451	ARQDE F	ASSOCIACAO DA RADIO COMUNITARIA DO BAIRRO PINTOLANDIA ARCOMP RR
5.78	RR	BOA VISTA	53810.000010/1999	7	02N4902	60W4314	ARQDE F	ASSOCIACAO CHICO MENDES
6.30	RR	BOA VISTA	53000.016616/2010	0	02N4627	60W4315	ARQCD I	ASSOCIACAO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA SENADOR HELIO DA
7.40	RR	BOA VISTA	53810.000156/1998	0	02N4844	60W4216	RAQ	FUNDACAO FILANTROPICA RENAN BEKEL
11.23	RR	BOA VISTA	53000.009970/2014	68	02N4900	60W4013	ARQDE F	CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT
15.58	RR	CANTÁ	53000.005679/2008	25	02N4755	60W3748	LDE	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DO CANTA - ARCCAN
28.61	RR	CANTÁ	53000.007925/2012	0	02N3627	60W3607	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DO CANTA - ARCCAN
43.21	RR	MUCAJÁI	53810.000008/1999	10	02N2636	60W5511	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA MUCAJAI
43.21	RR	MUCAJÁI	53900.044610/2015	10	02N2636	60W5511	EXIREN	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA MUCAJAI
Nº de Linhas: 0								



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

DESPACHO

Processo nº: 01250.056452/2019-85.

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA.

Assunto: OFÍCIO N° 3897/2020/MC - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 5811031)

À Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal - COREC_MCOM

Após análise da documentação encaminhada pela **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA**, entidade interessada na execução do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **BOA VISTA/RR**, em atenção ao Ofício acima citado, no Processo nº 01245.011584/2020-91 (evento SEI nº 6082924), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas atendem ao disposto no art. 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612 e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MC, publicada no DOU de 09/04/2018 pois, de acordo com o Relatório de Vizinhos (evento SEI nº 6944452), a outra emissora outorgada dista mais de 4, 00 km.

Brasília, 14 de setembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 04/10/2021, às 17:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 05/10/2021, às 08:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8107397** e o código CRC **E284FE8C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI-MCOM nº 8107397



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.056452/2019-85**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA**.

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Boa Vista/RR, e do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 19 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 19/11/2021, às 18:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8577665** e o código CRC **165D8F9A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI-MCOM nº 8577665



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.605.876/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/02/2013
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
--

LOGRADOURO A RURAL	NÚMERO 660	COMPLEMENTO LOTE POSSUI CERCAELETTRICALOTE 2PORTOES COR MARRON
------------------------------	----------------------	--

CEP 69.339-899	BAIRRO/DISTRITO AREA RURAL DE BOA VISTA	MUNICÍPIO BOA VISTA	UF RR
--------------------------	---	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO RADIOCRUVIANA@HOTMAIL.COM	TELEFONE (95) 9129-8524/ (95) 8126-4368
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/10/2019
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/11/2021** às **18:19:52** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CNPJ: **17.605.876/0001-64**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 18:20:43 do dia 19/11/2021 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.605.876/0001-64

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA

Endereço: A RURAL 660 LT POSSUI CERCAELET / AREA RURAL DE BOA V / BOA VISTA / RR / 69339-899

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/11/2021 a 15/12/2021

Certificação Número: 2021111601404980966660

Informação obtida em 19/11/2021 18:21:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA
CNPJ: 17.605.876/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:22:24 do dia 19/11/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/05/2022.

Código de controle da certidão: **1A9C.42F7.DD47.63AD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.605.876/0001-64

Certidão nº: 54378008/2021

Expedição: 19/11/2021, às 18:21:23

Validade: 17/05/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.605.876/0001-64**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | o | | | , | | " | | | | | | | | | | | | | | | o | | | , | | | | " W

FABRICANTE

[illegible]

MODELO
HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

POTÊNCIA

№

[illegible]

FABRICANTE DA ANTENA

TRANSFORME DRAINAGE	

MODELO
POLARIZAÇÃO

V	C	E	H
---	---	---	---

TIPO

GANHO max (Gt)
ALTITUDE DO LOCAL

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

dBd	,	m	,	m	,	m
-----	---	---	---	---	---	---

8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

[illegible]

COMPRIMENTO (L)
EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

				,	m			,		dB			,		dB			,		
--	--	--	--	---	---	--	--	---	--	----	--	--	---	--	----	--	--	---	--	--

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (\quad \times \quad \times \quad \times \quad) = \quad \text{dBk}$$

P_t = Potência do transmissor, em kW.

G_{ht} = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

$$\eta = \text{Eficiência da linha de transmissão.}$$

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \text{____} - 20 \log \text{____} = \text{____} \text{ dBu}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

d(km) = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

12 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

14 – DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO

REG.CREA

ENDEREÇO

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

[illegible]

					-				
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--

[illegible][illegible][illegible]

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

--

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

--

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CHECKLIST

Município/UF: Boa Vista /RR– **CONVOCAR PARA A FASE DE INSTRUÇÃO**

Processo nº: 01250.056452/2019-85 CNPJ: 17.605.876/0001-64

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA**Nº do edital/ano: **230/2019 publicado no DOU em 05/09/2019****Prazo de inscrição: de 06/09/2019 a 04/11/2019**

1. Data de postagem/SEI: 04/11/2011
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 51-53 (6082924)
4. Estatuto Social: Fls. 14-19 (6082924) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 19-24 (4809669) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 3-4 (6082924) para o período de 06/01/2020 a 06/01/2022
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovações de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 20-46 (6082924)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Liviany Mesquita de Campos	Não	002615022690 12/05/1980	Almir Correa de Campos e Lenir Mesquita de Campos	510.114.092-91	Não
Diretora Administrativa: D'Angela Rodrigues Padilha	Não	004241912666 18/04/1993	Dorval da Silva Padilha e Maria Angela Rodrigues Padilha	018.414.842-10	Não
Diretora de Operações: Ildelaine de Sousa Oliveira	Não	003993652658 10/11/1990	Orismar Borges de Oliveira e Maria Leude Sousa Oliveira	004.053.752-80	Não
Diretor de Cultura e Comunicação Social: Reginaldo Araújo de Oliveira	Não	001881932607 24/03/1971	Manoel Borges de Oliveira e Francisca Araújo de Oliveira	376.202.662-91	Não
Secretária: Ana Cleide Cardoso da Silva	Não	002335802682 26/11/1977	José Arlindo da Silva e Edna Cardoso da Silva	511.606.922-20	Não
Tesoureira: Gianismara Lima do Nascimento Soares	Não	003492772607 08/10/1987	Gilberto Horácio do Nascimento e Ivanete Batista de Lima	948.070.602-44	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 55-465 (4809669)
9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 466 (4809669)
11. Pesquisa Anatel (5810958) e Radar (5810981)
12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5810987)
- 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

OBSERVAÇÕES: 19/11/2021: HABILITADA**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:****1.1 Adequações à Portaria:**ade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. Não consta**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. Não consta**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 10 e 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12 (a reeleição)**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art.**
 - 1.2 Adequação ao Código Civil:**
- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 9**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 17**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 15**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 18-19**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 17**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9 , 10**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 19**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (8577695)

2.2 Certidão FGTS: (8577695)

2.3 Certidão PGFN : (8577695)

2.4 Certidão CNDT: (8577695)

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (8577665)

3. Pesquisa Anatel (8577695) e Radar () Sem sistema

4. Anexo 6/ART: fl. () Solicitar

OBSERVAÇÕES: 19/11/2021: Certidões ok, pesquisa de vínculos, TRF/TJ/TSE OK. Solicitar adequação do Estatuto Social e apresentação do Anexo 6.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 19/11/2021, às 18:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8576981** e o código CRC **0B88C55C**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 24832/2021/MCOM

Brasília, 22 de novembro de 2021.

Ao(À) Senhor(a)

Liviany Mesquita de Campos

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA** (CNPJ nº 17.605.876/0001-64)

Rua HC - 13, nº 482

69316-482 – Boa Vista/RR

Assunto: PROCESSO nº 01250.056452/2019-85. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO – CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Boa Vista/RR** em razão do Edital nº 230/2019, publicado no Diário Oficial da União em 05/09/2019.
2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.
3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** a publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, é dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 28, parágrafo único da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.
4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**.
5. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

5.1. A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (8577701).

Observação 1: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria).

Observação 2: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

5.2. Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:

5.2.1. Portaria nº 4.334/2015 e alterações:

- a. Não está expressamente previsto o ingresso **gratuito**, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria.
- b. Não estão expressamente previstos os direitos de voz e de voto dos associados nas instâncias deliberativas, em desacordo com o art. 40, inciso III da Portaria.
- c. Não está expressamente previsto que a o mandato da diretoria será de no máximo quatro (04) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos, conforme art. 40, inciso V, "b" da Portaria.
- d. O estatuto social não especifica a composição e o modo de funcionamento do Conselho Comunitário, conforme art. 40, inciso V da Portaria.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

Observação 3: A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TERMO DE SERVIÇO

PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

6. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável.

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, **prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.**

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

7. Importante ressaltar que, em razão do disposto no art. 41, §2º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC (alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC), por não haver no Município entidade já autorizada, podem ser concedidas mais duas notificações adicionais (terceira e quarta), entretanto, para **cumprimento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.**



Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste indicando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

9. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

10. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

11. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 22/11/2021, às 16:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8577719** e o código CRC **E78B94F0**.

Anexos:

- Formulário Dados Técnicos SEI (8577701).

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 24832/2021/MCOM - Processo nº 01250.056452/2019-85 - Nº SEI: 8577719



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

DESTINATARIO
ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA

BY134468210BR

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

RUA HC13, 482
- BOA VISTA - RR

69316-482

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900



SERADICOREC PR 01250056452/2019-85 OF 24632



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º _____ h

2º _____ h

3º _____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUCAO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

Vagno Vicente da Silva

Agente de Correios

Atividade Carteiro

Matrícula: 5.070.024-1

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico

Reintegrado Ao Serviço Postal Em: _____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Miguel S. Gomes

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

03/12/21

N DOG. DE IDENTIDADE

05472614384





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 298/2022/MCOM

Brasília, 06 de janeiro de 2022.

Ao(À) Senhor(a)
Liviany Mesquita de Campos
Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA (CNPJ nº 17.605.876/0001-64)
Rua HC - 13, nº 482
69316-482 – Boa Vista/RR

Assunto: **Deferimento de prorrogação de prazo na fase de instrução. Processo nº 01250.056452/2019-85.**

Senhor Representante Legal,],

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas no Ofício nº 24832/2021/MCOM (8577719), informo que fica deferida, por mais 30 (trinta) dias, nos termos do art. 41 da Portaria nº 4.334/20105 e suas alterações, considerando que todos os órgãos oficiais já retomaram atendimento:

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável **uma única vez** e por igual período a requerimento da entidade interessada.

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações **fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.**

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no **prazo improrrogável de trinta dias.**

2. Ressalto que na comunicação da resposta deverá constar os números do Processo e deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério.

3. Além disso, solicito que a Entidade mantenha atualizado o endereço de correspondência, sob pena de aplicação do art. 5º, parágrafo único da Portaria nº 4.334/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

4. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>.

5. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 07/01/2022, às 14:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9073327** e o código CRC **730E2E60**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 298/2022/MCOM - Processo nº 01250.056452/2019-85 - Nº SEI: 9073327

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

DESTINATARIO
ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA

RUA HC13, 482
SENADOR HELIO CAMPOS - BOA VISTA - RR
69316-482

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

BY170691875BR



SERAD/COREC PR 01250056452/2019-85 OF 298

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
(1) MUDOU-SE (5) RECUSADO
(2) ENDEREÇO INSUFICIENTE (6) NÃO PROCURADO
(3) NÃO EXISTE NUMERO (7) AUSENTE
(4) DESCONHECIDO (8) FALECIDO
(9) OUTROS _____

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

Vagno Vicente da Silva
Agente de Correios
Atividade Carteiro
Matrícula: 8.070.024-1

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Marcia Suho de Sousa

NOME LÉGIVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

21/01/22

N DOC. DE IDENTIDADE

1031.114.052-14



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CHECKLIST

Município/UF: Boa Vista /RR–

Processo nº: 01250.056452/2019-85 CNPJ: 17.605.876/0001-64

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA**Nº do edital/ano: **230/2019 publicado no DOU em 05/09/2019****Prazo de inscrição: de 06/09/2019 a 04/11/2019**

1. Data de postagem/SEI: 04/11/2011
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 51-53 (6082924)
4. Estatuto Social: Fls. 14-19 (6082924) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 19-24 (4809669) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 3-4 (6082924) para o período de 06/01/2020 a 06/01/2022 **VENCIDA**
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovações de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 20-46 (6082924)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Liviany Mesquita de Campos	Não	002615022690 12/05/1980	Almir Correa de Campos e Lenir Mesquita de Campos	510.114.092-91	Não
Diretora Administrativa: D'Angela Rodrigues Padilha	Não	004241912666 18/04/1993	Dorval da Silva Padilha e Maria Angela Rodrigues Padilha	018.414.842-10	Não
Diretora de Operações: Ildelaine de Sousa Oliveira	Não	003993652658 10/11/1990	Orismar Borges de Oliveira e Maria Leude Sousa Oliveira	004.053.752-80	Não
Diretor de Cultura e Comunicação Social: Reginaldo Araújo de Oliveira	Não	001881932607 24/03/1971	Manoel Borges de Oliveira e Francisca Araújo de Oliveira	376.202.662-91	Não
Secretária: Ana Cleide Cardoso da Silva	Não	002335802682 26/11/1977	José Arlindo da Silva e Edna Cardoso da Silva	511.606.922-20	Não
Tesoureira: Gianismara Lima do Nascimento Soares	Não	003492772607 08/10/1987	Gilberto Horácio do Nascimento e Ivanete Batista de Lima	948.070.602-44	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 55-465 (4809669)
9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 466 (4809669)
11. Pesquisa Anatel (5810958) e Radar (5810981)
12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5810987)
- 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

OBSERVAÇÕES: 19/11/2021: HABILITADA**PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:****1. Estatuto social:****1.1 Adequações à Portaria:**ade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. Não consta**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 14**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13 e 15**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 16**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 9**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 19**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 17**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 20-21**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 19**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 19**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (8577695)

2.2 Certidão FGTS: (8577695)

2.3 Certidão PGFN : (8577695)

2.4 Certidão CNDT: (8577695)

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (8577665)

3. Pesquisa Anatel (8577695) e Radar () Sem sistema

4. Anexo 6/ART: fl. () Solicitar

OBSERVAÇÕES: 02/02/2022 - A ata de eleição está vencida desde de 06/01/2022, a entidade informou alteração nas coordenadas que será analisado pela engenharia, porém, não apresentou novo requerimento de outorga contendo as novas coordenadas.

A composição da diretoria que consta no Art. 14 não está de acordo com a ata de eleição atual.

Não consta o direito de voz e voto no estatuto social.

O PROCESSO SERÁ ENCAMINHADO Á COESA PARA ANÁLISE DAS NOVAS COORDENADAS APRESENTADAS, QUANDO RETRORREVISAR AS CERTIDÕES E FORMULAR OFÍCIO DE EXIGÊNCIA.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 02/02/2022, às 09:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9309311** e o código CRC **9E1E73D5**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 230
Número do Processo: 012500564522019

2/3/22 5:00 PM

Página 1 de 1

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	RR	BOA VISTA	01250.056452/2019	230	02N4840	60W4609	HAB	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA
2.41	RR	BOA VISTA	53000.003788/2014	68	02N4842	60W4451	ARQDE F	ASSOCIACAO DA RADIO COMUNITARIA DO BAIRRO PINTOLANDIA ARCOMP RR
5.44	RR	BOA VISTA	53810.000010/1999	7	02N4902	60W4314	ARQDE F	ASSOCIACAO CHICO MENDES
6.76	RR	BOA VISTA	53000.016616/2010	0	02N4627	60W4315	ARQCD I	ASSOCIACAO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA SENADOR HELIO DA
7.19	RR	BOA VISTA	53810.000156/1998	0	02N4844	60W4216	RAQ	FUNDACAO FILANTROPICA RENAN BEKEL
11.00	RR	BOA VISTA	53000.009970/2014	68	02N4900	60W4013	ARQDE F	CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT
15.52	RR	CANTÁ	53115.024280/2021	25	02N4755	60W3748	REN	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DO CANTA - ARCCAN
15.52	RR	CANTÁ	53000.005679/2008	25	02N4755	60W3748	LDE	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DO CANTA - ARCCAN
29.31	RR	CANTÁ	53000.007925/2012	0	02N3627	60W3607	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DO CANTA - ARCCAN
44.20	RR	MUCAJAI	53810.000008/1999	10	02N2636	60W5511	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA MUCAJAI
44.20	RR	MUCAJAI	53900.044610/2015	10	02N2636	60W5511	EXIREN	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA MUCAJAI
Nº de Linhas: 0								



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

DESPACHO**Processo nº: 01250.056452/2019-85.****Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA.****Assunto: OFÍCIO N° 24832/2021/MCOM - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 8577719)**

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA.**, na localidade de **BOA VISTA/RR**, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 39, II, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015). <i>OBS.: O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.</i>	9252372, págs. 01 a 04	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015: <i>OBS.: Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a cota do terreno no mesmo processo.</i>	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	9252372, pág. 03	X		
b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	9252372, pág. 03			X
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	9252372, pág. 03	X		
d) O contorno de 91 dBU da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	9252372, pág. 03	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	9252372, pág. 03	X		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	9252372, pág. 03	X		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	9252363	X		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação em anexo.	9252372 9376977 9376968	X		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos .	9252372 9376977 9376968			X

Desse modo, considerando que a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de instrução processual.

Brasília, 03 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 11/02/2022, às 14:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 14/02/2022, às 15:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9376996** e o código CRC **966FCAA9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI-MCOM nº 9376996



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa
Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento
Gerência de Licitação

Impresso por: **Francisca de Carvalho Machado**

Data/Hora: **15/02/2022 10:28:38**

Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF:	RR	Município:	Boa Vista
Município		Canal	Frequência
Boa Vista		290	105,9

Usuário: **franciscacm.mc - Francisca de Carvalho Machado**

Data: **15/02/2022**

Hora: **10:28:38**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CHECKLIST

Município/UF: Boa Vista /RR–

Processo nº: 01250.056452/2019-85 CNPJ: 17.605.876/0001-64

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA

Nº do edital/ano: 230/2019 publicado no DOU em 05/09/2019

Prazo de inscrição: de 06/09/2019 a 04/11/2019

Canal e Frequência: 290 - 105,9 (9474179)

1. Data de postagem/SEI: 04/11/2011
 2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
 3. Requerimento de Outorga: Fls. 51-53 (6082924)
 4. Estatuto Social: Fls. 14-19 (6082924) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 5. Ata de constituição: Fls. 19-24 (4809669) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 6. Ata de eleição: Fls. 1-5 (9252369) para o período de 05/12/2021 a 05/12/2025
 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 20-46 (6082924)
 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretora Geral: Liviany Mesquita de Campos	Não	002615022690 12/05/1980	Almir Correa de Campos e Lenir Mesquita de Campos	510.114.092-91	Não
Diretora Administrativa: D'Angela Rodrigues Padilha	Não	004241912666 18/04/1993	Dorval da Silva Padilha e Maria Angela Rodrigues Padilha	018.414.842-10	Não
Diretora de Operações: Ildelaine de Sousa Oliveira	Não	003993652658 10/11/1990	Orismar Borges de Oliveira e Maria Leude Sousa Oliveira	004.053.752-80	Não
Diretora Cultural: Ana Cleide Cardoso da Silva	Não	002335802682 26/11/1977	José Arlindo da Silva e Edna Cardoso da Silva	511.606.922-20	Não
Diretora Financeiro: Gianismara Lima do Nascimento Soares	Não	003492772607 08/10/1987	Gilberto Horácio do Nascimento e Ivanete Batista de Lima	948.070.602-44	Não
Diretoria de Relações Públicas: Vitória Vera Sales				015.424.932-77	
1º Suplente: Ednalva Alves Pinheiro de Oliveira				162.245.232-15	
2º Suplente: Reginaldo Araújo de Oliveira		001881932607 24/03/1971	Manoel Borges de Oliveira e Francisca Araújo de Oliveira	376.202.662-91	
3º Suplente: Maria do Amparo Santos Oliveira				633.342.672-53	

8. Manifestações em apoio: Fls. 55-465 (4809669)
 9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
 10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 466 (4809669)
 11. Pesquisa Anatel (5810958) e Radar (5810981)
 12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5810987)



dões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):
 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. Não consta**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 14**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13 e 15**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 16**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 9**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 19**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 17**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 20-21**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 19**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 19**

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (8577695)
- 2.2 Certidão FGTS: (8577695)
- 2.3 Certidão PGFN : (8577695)
- 2.4 Certidão CNDT: (8577695)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (8577665)

3. Pesquisa Anatel (8577695) e Radar () Sem sistema

- 4. Anexo 6/ART: fl. 01-04 (9252372)
- 5. Despacho Técnico de Aprovação: 9376996

OBSERVAÇÕES: 15/02/2022 - A entidade informou alteração nas coordenadas já analisadas pela engenharia, porém, não apresentou novo requerimento de outorga contendo as novas coordenadas e novos diretores.

Não consta o direito de voz e voto no estatuto social.

Não foi apresentado os comprovante de maioria/nacionalidade dos novos diretores.

EXIGÊNCIA.





Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 15/02/2022, às 10:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9473738** e o código CRC **6ED379EF**.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI nº 9473738



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 3662/2022/MCOM

Brasília, 15 de fevereiro de 2022.

Ao(À) Senhor(a)

Liviany Mesquita de Campos

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA** (CNPJ nº 17.605.876/0001-64)

Rua HC - 13, nº 482

69316-482 – Boa Vista/RR

PROCESSO nº 01250.056452/2019-85. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - 2ª EXIGÊNCIA NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA** a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Boa Vista/RR**, em razão do Edital nº 230/2019, publicado no Diário Oficial da União em 05/09/2019.

2. Conforme Ofício nº 24832/2021/MCOM §577719), recebido em 01/12/2021, conforme Aviso de Recebimento AR 8844487, a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, através do protocolo 53115.043904/2021-31 solicitou prorrogação de prazo, tendo apresentado resposta em 20/01/2022, por meio do protocolo nº 53115.001558/2022-03.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas (art. 22, inciso I):A entidade alterou as coordenadas bem como alterou o quadro diretivo porém não apresentou novo Requerimento de Outorga já com as devidas alterações.

Assim, a Entidade deverá encaminhar **novo Requerimento de Outorga**, contendo **todas as declarações** nele elencadas, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser **assinado, de próprio punho, por todos os dirigentes**.

Observação: no Requerimento de Outorga a ser encaminhado, deverá constar a qualificação completa e assinatura de **todos** os dirigentes.

3.2. Comprovante de maioria e nacionalidade de todos os diretores (art. 22, incisos V e VI):A Entidade deverá enviar documentos que demonstrem a maioria e a nacionalidade dos novos diretores.

Observação 1: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade os seguintes documentos, conforme art. 22, § 3º da Portaria:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

passaporte.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Observação 2: não é necessário que sejam encaminhados os comprovantes de maioria e nacionalidade dos membros do conselho fiscal.

Observação 3: CNH não é aceita como comprovante de nacionalidade.

3.3. Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:

3.3.1. Portaria nº 4.334/2015 e alterações:

a. Não estão expressamente previstos os direitos de voz e de voto dos associados nas instâncias deliberativas, em desacordo com o art. 40, inciso III da Portaria.

São direitos distintos:

Direito de voz e voto nas instâncias deliberativas: é o direito garantido a todo associado de participar das assembleias, apresentar suas ideias e votar naquelas que forem apresentadas. Dizem respeito aos atos praticados pela Entidade, tais como, contratação de pessoa técnica, de pintura da sede, de compra de algum equipamento, etc.

Direito de votar e ser votado para os cargos diretivos: é o direito garantido a todo associado de candidatar-se nas eleições para diretoria, e de votar naqueles que se apresentarem.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Código Civil:

ASSOCIAÇÕES

Art. 54: Deve estar expressamente previsto:

- a denominação, os fins e a sede da associação;
- os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- os direitos e deveres dos associados;
- as fontes de recursos para sua manutenção;
- o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos;
- as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;
- a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

Art. 57: Deve constar cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

Arts. 59 e 60: Devem estar previstas as competências privativas da Assembleia Geral, a saber, eleger e destituir os administradores, aprovar as contas e alteração do estatuto, bem como:

- o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos;
- os critérios de eleição dos administradores;
- a garantia de convocação dos órgãos deliberativos por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados.

Art. 61: Devem estar previstas as condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.

Observação 3: A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TERMO DE SERVIÇO

PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável.

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, **prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.**

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

5. Importante ressaltar que, em razão do disposto no art. 41, §2º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC (alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC), por não haver no Município entidade já autorizada, podem ser concedidas mais duas notificações adicionais (terceira e quarta), entretanto, para **cumprimento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.**

6. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

7. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

8. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

9. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 15/02/2022, às 14:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9473755** e o código CRC **8F182C34**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 3662/2022/MCOM - Processo nº 01250.056452/2019-85 - Nº SEI: 9473755



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

DESTINATARIO
ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA

BY243869196BR

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

RUA HC13, 482.
SENADOR HELIO CAMPOS - BOA VISTA - RR
69316-482



SERAD/COREC PR 01250056452/2019-85 OF 3662



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

TENTATIVAS DE ENTREGA

1° ____/____/____ : ____ h

2° ____/____/____ : ____ h

3° ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS _____

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

Vagner Vicente da Silva
Agente de Correios
Atividade Carteiro
Matr. 3.070.024-1

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Mileiris Silva de Souza

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

23.02.22

N DOC. DE IDENTIDADE

3593266 PR



ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	º (N/S)	‘	”	
	Longitude:	º W	‘	”	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/_____, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Os campos não utilizados para indicação de dirigentes podem ser excluídos.
- Não é necessário indicar integrantes de Conselho Fiscal.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.605.876/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/02/2013
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO A RURAL	NÚMERO 660	COMPLEMENTO LOTE POSSUI CERCAELETTRICALOTE 2PORTOES COR MARRON
CEP 69.339-899	BAIRRO/DISTRITO AREA RURAL DE BOA VISTA	MUNICÍPIO BOA VISTA
UF RR	ENDEREÇO ELETRÔNICO RADIOCRUVIANA@HOTMAIL.COM	
TELEFONE (95) 9129-8524/ (95) 8126-4368		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/10/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/06/2022** às **12:25:25** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



CNPJ: **17.605.876/0001-64**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 12:26:08 do dia 02/06/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mtoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

<https://mtoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.605.876/0001-64
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA
Endereço: A RURAL 660 LT POSSUI CERCALET / AREA RURAL DE BOA V / BOA VISTA / RR
/ 69339-899

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/05/2022 a 19/06/2022

Certificação Número: 2022052101442942856822

Informação obtida em 02/06/2022 12:26:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mtoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0d2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA
CNPJ: 17.605.876/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:28:01 do dia 02/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/11/2022.

Código de controle da certidão: **BC9B.6905.968E.E139**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.605.876/0001-64

Certidão nº: 17598357/2022

Expedição: 02/06/2022, às 12:27:33

Validade: 29/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.605.876/0001-64**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CHECKLIST

Município/UF: Boa Vista /RR–

Processo nº: 01250.056452/2019-85 CNPJ: 17.605.876/0001-64

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA

Nº do edital/ano: 230/2019 publicado no DOU em 05/09/2019

Prazo de inscrição: de 06/09/2019 a 04/11/2019

Canal e Frequência: 290 - 105,9 (9474179)

1. Data de postagem/SEI: 04/11/2011
 2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
 3. Requerimento de Outorga: Fls. 51-53 (6082924) **Desatualizado**
 4. Estatuto Social: Fls. 2-14 (9595389) (9595390) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 5. Ata de constituição: Fls. 19-24 (4809669) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 6. Ata de eleição: Fls. 1-5 (9252369) para o período de 05/12/2021 a 05/12/2025
 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 20-46 (6082924) (9595392)
 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretora Geral: Liviany Mesquita de Campos	002615022690 12/05/1980	Almir Correa de Campos e Lenir Mesquita de Campos	510.114.092-91	Não
Diretora Administrativa: D'Angela Rodrigues Padilha	004241912666 18/04/1993	Dorval da Silva Padilha e Maria Angela Rodrigues Padilha	018.414.842-10	Não
Diretora de Operações: Ildelaine de Sousa Oliveira	003993652658 10/11/1990	Orismar Borges de Oliveira e Maria Leude Sousa Oliveira	004.053.752-80	Não
Diretora Cultural: Ana Cleide Cardoso da Silva	002335802682 26/11/1977	José Arlindo da Silva e Edna Cardoso da Silva	511.606.922-20	Não
Diretora Financeiro: Gianismara Lima do Nascimento Soares	003492772607 08/10/1987	Gilberto Horácio do Nascimento e Ivanete Batista de Lima	948.070.602-44	Não
Diretoria de Relações Públicas: Vitória Vera Sales	004940072658 18/01/1998	Jader de Souza Sales e Naia Rejane de Souza Veras	015.424.932-77	Não
1º Suplente: Ednalva Alves Pinheiro de Oliveira	004600742364 06/04/1962	Eduardo Alves Pinheiro e Umbelina Rodrigues de Azevedo	162.245.232-15	Não
2º Suplente: Reginaldo Araújo de Oliveira	001881932607 24/03/1971	Manoel Borges de Oliveira e Francisca Araújo de Oliveira	376.202.662-91	Não
3º Suplente: Maria do Amparo Santos Oliveira	002282902690 15/05/1979	Zacarias Barros Oliveira e Maria Magalhães dos Santos	633.342.672-53	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 55-465 (4809669)
 9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
 10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 466 (4809669)
 11. Pesquisa Anatel (5810958) e Radar (5810981)
 12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5810987)
 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

OBSERVAÇÕES: 19/11/2021: HABILITADA**VERIFICAÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5, 8**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8 (Art. 2 §4)**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 14**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13 e 15**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 16**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 9**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 19**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 17**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 20-21**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 19**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 21**

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (9949206)
- 2.2 Certidão FGTS: (9949206)
- 2.3 Certidão PGFN : (9949206)
- 2.4 Certidão CNDT: (9949206)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (8577665)

3. Pesquisa Anatel (9949206) e Fiscaliza ()

- 4. Anexo 6/ART: fl. 01-04 (9252372)
- 5. Despacho Técnico de Aprovação: 9376996

OBSERVAÇÕES: 02/06/2022 - Pesquisa de Vínculos ok. Estatuto Social ok. Certidões ok. TRF/TJ/TSE OK.

A entidade apresentou o Requerimento de Outorga em modelo desatualizado.

3ª Exigência



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 02/06/2022, às 13:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9949213** e o código CRC **1A23524D**.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI nº 9949213

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 13181/2022/MCOM

Brasília, 02 de junho de 2022.

Ao(À) Senhor(a)
Liviany Mesquita de Campos
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA** (CNPJ nº 17.605.876/0001-64)
Rua HC - 13, nº 482
69316-482 – Boa Vista/RR

PROCESSO nº 01250.056452/2019-85. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - 3ª EXIGÊNCIA NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA** a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Boa Vista/RR**, em razão do Edital nº 230/2019, publicado no Diário Oficial da União em 05/09/2019.

2. Conforme Ofício nº 3662/2022/MCOM (9473755), recebido em 23/02/2022, conforme Aviso de Recebimento AR SEI (9551249), a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 22/03/2022, por meio do protocolo nº 53115.007241/2022-72.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas (art. 22, inciso I): A entidade apresentou o Requerimento de Outorga em modelo desatualizado.

Assim, a Entidade deverá encaminhar **novos Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo** (9949171) contendo **todas as declarações** nele elencadas, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser **assinado, de próprio punho, por todos os dirigentes**.

Observação: no Requerimento de Outorga a ser encaminhado, deverá constar a qualificação completa e assinatura de **todos** os dirigentes.

Observação: A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

- CNPJ:** CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
- CNDA:** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL
- CNDT:** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
- FGTS:** FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
- PGFN:** PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

4. Importante ressaltar que, em razão do disposto no art. 41, §2º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC (alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC), por não haver no Município entidade já autorizada, podem ser **mais duas notificações adicionais** (terceira e quarta), entretanto, para **cumprimento no prazo improrrogável de 30 dias**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 02/06/2022, às 15:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9949408** e o código CRC **114CB1D1**.

Anexos:

- Formulário Anexo 2 (9949171)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 13181/2022/MCOM - Processo nº 01250.056452/2019-85 - Nº SEI: 9949408



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

**Correios AR** AVISO DE RECEBIMENTOVIA POSTAL
03/06/2022**DESTINATARIO**

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA

RUA HC13, N 482

SENADOR HELIO CAMPOS - BOA VISTA - RR

69316-482

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

YG611714534BR



SERAD/COREC PR 01250056452/2019-85 OF 13181

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)**MOTIVO DE DEVOLUÇÃO**

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICAR E MATRICULAR O CARTEIRO

ASSINATURA DO RECEBEDOR**NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR**

DATA DE ENTREGA

14.06.22

N.º DOC. DE IDENTIDADE

309419/R



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CHECKLIST

Município/UF: Boa Vista /RR–

Processo nº: 01250.056452/2019-85 CNPJ: 17.605.876/0001-64

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA

Nº do edital/ano: 230/2019 publicado no DOU em 05/09/2019

Prazo de inscrição: de 06/09/2019 a 04/11/2019

Canal e Frequência: 290 - 105,9 (9474179)

1. Data de postagem/SEI: 04/11/2011
 2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
 3. Requerimento de Outorga: Fls. 51-53 (6082924) **Desatualizado**
 4. Estatuto Social: Fls. 2-14 (9595389) (9595390) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 5. Ata de constituição: Fls. 19-24 (4809669) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 6. Ata de eleição: Fls. 1-5 (9252369) para o período de 05/12/2021 a 05/12/2025
 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 20-46 (6082924) (9595392)
 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretora Geral: Liviany Mesquita de Campos	002615022690 12/05/1980	Almir Correa de Campos e Lenir Mesquita de Campos	510.114.092-91	Não
Diretora Administrativa: D'Angela Rodrigues Padilha	004241912666 18/04/1993	Dorval da Silva Padilha e Maria Angela Rodrigues Padilha	018.414.842-10	Não
Diretora de Operações: Ildelaine de Sousa Oliveira	003993652658 10/11/1990	Orismar Borges de Oliveira e Maria Leude Sousa Oliveira	004.053.752-80	Não
Diretora Cultural: Ana Cleide Cardoso da Silva	002335802682 26/11/1977	José Arlindo da Silva e Edna Cardoso da Silva	511.606.922-20	Não
Diretora Financeiro: Gianismara Lima do Nascimento Soares	003492772607 08/10/1987	Gilberto Horácio do Nascimento e Ivanete Batista de Lima	948.070.602-44	Não
Diretoria de Relações Públicas: Vitória Vera Sales	004940072658 18/01/1998	Jader de Souza Sales e Naia Rejane de Souza Veras	015.424.932-77	Não
1º Suplente: Ednalva Alves Pinheiro de Oliveira	004600742364 06/04/1962	Eduardo Alves Pinheiro e Umbelina Rodrigues de Azevedo	162.245.232-15	Não
2º Suplente: Reginaldo Araújo de Oliveira	001881932607 24/03/1971	Manoel Borges de Oliveira e Francisca Araújo de Oliveira	376.202.662-91	Não
3º Suplente: Maria do Amparo Santos Oliveira	002282902690 15/05/1979	Zacarias Barros Oliveira e Maria Magalhães dos Santos	633.342.672-53	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 55-465 (4809669)
 9. Vínculo: () SIM (x) NÃO
 10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 466 (4809669)
 11. Pesquisa Anatel (5810958) e Radar (5810981)
 12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5810987)
 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

OBSERVAÇÕES: 19/11/2021: HABILITADA**VERIFICAÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5, 8**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8 (Art. 2 §4)**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 14**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13 e 15**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 16**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 9**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 19**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 17**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 20-21**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 19**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 21**

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (9949206)
- 2.2 Certidão FGTS: (9949206)
- 2.3 Certidão PGFN : (9949206)
- 2.4 Certidão CNDT: (9949206)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (8577665)

3. Pesquisa Anatel (9949206) e Fiscaliza ()

- 4. Anexo 6/ART: fl. (10091667)
- 5. Despacho Técnico de Aprovação:

OBSERVAÇÕES: 27/06/2022 - Entidade apresentou novos documentos jurídicos e novos documentos técnicos.

O processo será enviado para a COESA para análise da documentação técnica, quando retornar será dada continuidade na análise dos demais documentos.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 27/06/2022, às 12:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10095380** e o código CRC **568904FC**.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

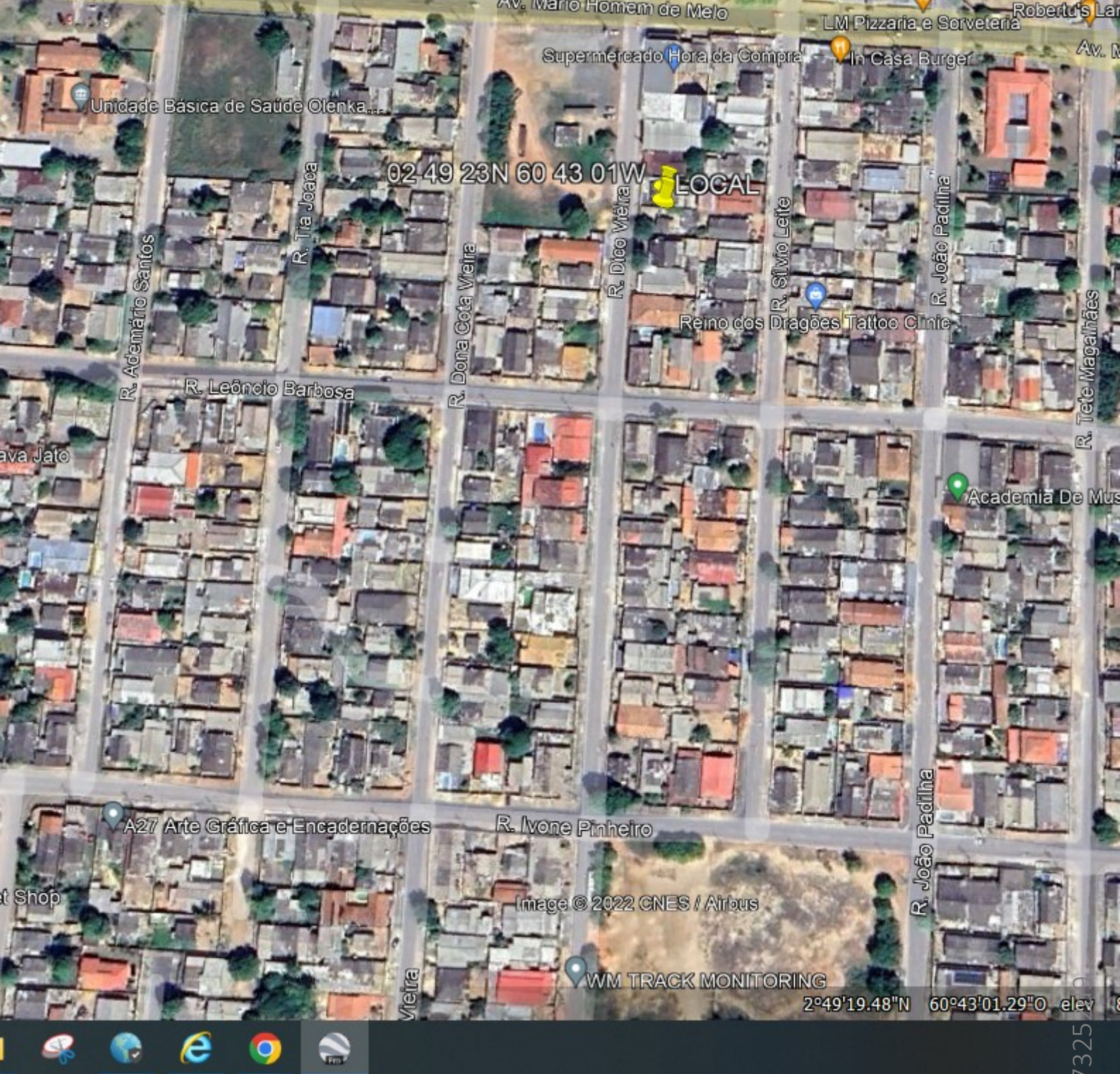
SEI nº 10095380

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 230
Número do Processo: 012500564522019

8/4/22 10:23 AM

Página 1 de 1

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	RR	BOA VISTA	01250.056452/2019	230	02N4923	60W4301	EXINST	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA
0.76	RR	BOA VISTA	53810.000010/1999	7	02N4902	60W4314	ARQDE F	ASSOCIACAO CHICO MENDES
1.84	RR	BOA VISTA	53810.000156/1998	0	02N4844	60W4216	RAQ	FUNDACAO FILANTROPICA RENAN BEKEL
3.62	RR	BOA VISTA	53000.003788/2014	68	02N4842	60W4451	ARQDE F	ASSOCIACAO DA RADIO COMUNITARIA DO BAIRRO PINTOLANDIA ARCOMP RR
5.23	RR	BOA VISTA	53000.009970/2014	68	02N4900	60W4013	ARQDE F	CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT
5.45	RR	BOA VISTA	53000.016616/2010	0	02N4627	60W4315	ARQCD I	ASSOCIACAO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA SENADOR HELIO DA
10.03	RR	CANTÁ	53000.005679/2008	25	02N4755	60W3748	LDE	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DO CANTA - ARCCAN
10.03	RR	CANTÁ	53115.024280/2021	25	02N4755	60W3748	REN	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DO CANTA - ARCCAN
27.18	RR	CANTÁ	53000.007925/2012	0	02N3627	60W3607	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA DO CANTA - ARCCAN
47.87	RR	MUCAJAI	53810.000008/1999	10	02N2636	60W5511	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA MUCAJAI
47.87	RR	MUCAJAI	53900.044610/2015	10	02N2636	60W5511	EXIREN	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA MUCAJAI
Nº de Linhas: 0								



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

DESPACHO**Processo nº: 01250.056452/2019-85.****Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA.****Assunto: OFÍCIO N° 13181/2022/MCOM - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 9949408)**

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA**, na localidade de **BOA VISTA/RR**, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 39, II, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015). <i>OBS.: O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.</i>	10091667, págs. 01 a 04	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015: <i>OBS.: Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a cota do terreno no mesmo processo.</i>	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	10091667, pág. 03	X		
b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	10091667X, pág. 03			X
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	10091667, pág. 03	X		
d) O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	10091667, pág. 03	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	10091667, pág. 03	X		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	10091667 pág. 03	X		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	10091719	X		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação em anexo.	10091667 10270355 10270349	X		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos .	10091667 10270355 10270349			X

Desse modo, considerando que a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de instrução processual.

Brasília, 04 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 04/08/2022, às 10:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 04/08/2022, às 10:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 04/08/2022, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10270365** e o código CRC **498EAA28**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI-MCOM nº 10270365



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 17.605.876/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/02/2013
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R SILVIO LEITE	NÚMERO 545	COMPLEMENTO *****
CEP 69.312-195	BAIRRO/DISTRITO CAIMBE	MUNICÍPIO BOA VISTA
UF RR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO RADIOCRUVIANA@HOTMAIL.COM		TELEFONE (95) 8100-9292
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/10/2019
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/09/2022** às **15:59:26** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CNPJ:

17.605.876/0001-64

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 16:00:52 do dia 05/09/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/d/d2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Imprimir

Voltar

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.605.876/0001-64
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA
Endereço: R SILVIO LEITE 545 / CAIMBE / BOA VISTA / RR / 69312-195

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/08/2022 a 22/09/2022

Certificação Número: 2022082401561842716742

Informação obtida em 05/09/2022 16:01:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.605.876/0001-64

Certidão nº: 29304622/2022

Expedição: 05/09/2022, às 16:01:54

Validade: 04/03/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.605.876/0001-64**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA
CNPJ: 17.605.876/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:02:14 do dia 05/09/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/03/2023.

Código de controle da certidão: **FC80.2A32.A24E.5BEC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 01250.056452/2019-85.

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA.

Assunto: Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Boa Vista/RR, e do Tribunal de Justiça de Roraima, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**

Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10376047).

Brasília, 05 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 05/09/2022, às 16:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10376131** e o código CRC **8FBB1765**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI-MCOM nº 10376131



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>		Adicionar filtro	<input type="text" value="Campo"/>	Todos
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>			
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>			
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RAI"/>			

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Liviany Mesquita de Campos

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="D'Ângela Rodrigues Padilha"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Idelaine de Sousa Oliveira

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO ▼

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>		Adicionar filtro	<input type="text" value="Campo"/>	<input type="text" value="Todos"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>	+		
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>			
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Ana Cleide Cardoso da Silva"/>			

► Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para ☒ Atom ☐ CSV ☐ PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Gianismara Lima do Nascimento Soe"/>

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de Inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Ednalva Alves Pinheiro de Oliveira"/>

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Reginaldo Araujo de Oliveira"/>

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>Maria do Amparo Santos Oliveira</div>

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

< >

Tarefas

...

▼ Filtros

☒ Situação

todos

▼

Adicionar filtro

Campo

Todos

☒ Tipo

igual a

▼

Atividade de Inspeção

▼

+

☒ Tipo de inspeção

contém

▼

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

▼

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

▼

17605876000164

> Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para

☒ Atom

☐ CSV

☐ PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="51011409291"/>

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação todos
- ☒ Tipo igual a Atividade de Inspeção
- ☒ Tipo de inspeção contém Uso do Espectro - Não Outorgado
- ☒ Identificação da não Outorgada todos
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade contém 01841484210

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

Adicionar filtro

Campo

Todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

00405375280

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

☒ Tipo

☒ Tipo de Inspeção

☒ Identificação da não Outorgada

☒ CNPJ/CPF da Entidade

Opções

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

94807060244

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

01542493277

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>		
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>	<input type="button" value="+"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>		
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="16224523215"/>	

Opções

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

Adicionar filtro

Campo

Todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

37620266291

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="63334267253"/>

Adicionar filtro [Todos](#)

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Coordenadas Estação	<div>Raio</div>	<div>Lat: 024923 Lon: 604301 Raio: Raio (km)</div>

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.056452/2019-85**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações**.

Após análise do processo nº 01250.056452/2019-85, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA** na localidade de Boa Vista /RR, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 05 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 05/09/2022, às 17:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10376291** e o código CRC **8AB4B8E9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI-MCOM nº 10376291



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CHECKLIST

Município/UF: Boa Vista /RR–

Processo nº: 01250.056452/2019-85 CNPJ: 17.605.876/0001-64

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA

Nº do edital/ano: 230/2019 publicado no DOU em 05/09/2019

Prazo de inscrição: de 06/09/2019 a 04/11/2019

Canal e Frequência: 290 - 105,9 (9474179)

1. Data de postagem/SEI: 04/11/2011
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. (10091666) (Não foi assinado pelos suplentes)
4. Estatuto Social: Fls.(10091739) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 19-24 (4809669) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 1-5 (9252369) para o período de 05/12/2021 a 05/12/2025
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: (10087305)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretora Geral: Liviany Mesquita de Campos (F. 7-8 10087305) (ass. req)	002615022690 12/05/1980	Almir Correa de Campos e Lenir Mesquita de Campos	510.114.092-91	Não
Diretora Administrativa: D'Angela Rodrigues Padilha (F. 2 10087305) (ass. req)	004241912666 18/04/1993	Dorval da Silva Padilha e Maria Angela Rodrigues Padilha	018.414.842-10	Não
Diretora de Operações: Ildelaine de Sousa Oliveira (F. 6 10087305) (ass. req)	003993652658 10/11/1990	Orismar Borges de Oliveira e Maria Leude Sousa Oliveira	004.053.752-80	Não
Diretora Cultural: Ana Cleide Cardoso da Silva (F. 1 10087305) (ass. req)	002335802682 26/11/1977	José Arlindo da Silva e Edna Cardoso da Silva	511.606.922-20	Não
Diretora Financeiro: Gianismara Lima do Nascimento Soares (F. 4-5 10087305) (ass. req)	003492772607 08/10/1987	Gilberto Horácio do Nascimento e Ivanete Batista de Lima	948.070.602-44	Não
Diretoria de Relações Públicas: Vitória Vera Sales (F. 13-14 10087305) (ass. req)	004940072658 18/01/1998	Jader de Souza Sales e Naia Rejane de Souza Veras	015.424.932-77	Não
1º Suplente: Ednalva Alves Pinheiro de Oliveira (F. 3 10087305)	004600742364 06/04/1962	Eduardo Alves Pinheiro e Umbelina Rodrigues de Azevedo	162.245.232-15	Não
2º Suplente: Reginaldo Araújo de Oliveira (F. 11-12 10087305)	001881932607 24/03/1971	Manoel Borges de Oliveira e Francisca Araújo de Oliveira	376.202.662-91	Não
3º Suplente: Maria do Amparo Santos Oliveira (F. 9-10 10087305)	002282902690 15/05/1979	Zacarias Barros Oliveira e Maria Magalhães dos Santos	633.342.672-53	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 55-465 (4809669)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 466 (4809669)
10. Pesquisa Anatel (5810958) e Radar (5810981)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5810987)
12. Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

CERTIFICAÇÕES: 19/11/2021: HABILITADA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social: (10091739)

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5, 8**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8 (Art. 2 §4)**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 14**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13 e 15**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 16**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 9**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 19**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 17**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 20-21**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 19**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 21**

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (10376047)
- 2.2 Certidão FGTS: (10376047)
- 2.3 Certidão PGFN : (10376047)
- 2.4 Certidão CNDT: (10376047)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10376131)
- 3. Pesquisa Anatel (10376047) e Fiscaliza (10376291) e (10376286)
- 4. Anexo 6/ART: fl. (10091667)
- 5. Despacho Técnico de Aprovação: (10270365)

OBSERVAÇÕES: 05/09/2022 - Requerimento de outorga não foi assinado pelos suplentes (EXIGÊNCIA)



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 05/09/2022, às 18:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10376303** e o código CRC **C230D0E6**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 22176/2022/MCOM

Brasília, 02 de junho de 2022.

Ao(À) Senhor(a)
Liviany Mesquita de Campos
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA** (CNPJ nº 17.605.876/0001-64)
Rua HC - 13, nº 482
69316-482 – Boa Vista/RR

PROCESSO nº 01250.056452/2019-85. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - 4ª EXIGÊNCIA NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA** a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Boa Vista/RR** em razão do Edital nº 230/2019, publicado no Diário Oficial da União em 05/09/2019.

2. Conforme Ofício nº 13181/2022/MCOM (9949408), recebido em 14/06/2022, conforme Aviso de Recebimento AR SEI (10086017), a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 23/06/2022, por meio dos protocolos nº 53115.016637/2022-19, 53115.016791/2022-82, 53115.016788/2022-69 e 53115.016790/2022-38.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas (art. 22, inciso I):A entidade apresentou o Requerimento de Outorga SEM A ASSINATURA DOS SUPLENTE Embora sejam suplentes também fazem parte do quadro diretivo, portanto, também devem assinar o requerimento de outorga e se comprometerem com as declarações nele elencadas.

Assim, a Entidade deverá encaminhar **novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo** (9949171) contendo **todas as declarações** nele elencadas, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser **assinado, de próprio punho, por TODOS os dirigentes**.

Observação: no Requerimento de Outorga a ser encaminhado, deverá constar a qualificação completa e assinatura de **todos** os dirigentes.

Observação: A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TERMO DE SERVIÇO

PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

4. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta intempestiva ou com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que dispõe o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> [Serviços >> Protocolo Digital do MCom](#) Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 12/09/2022, às 09:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10376397** e o código CRC **653993CD**.

Anexos:

- Formulário Anexo 2 (9949171)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 22176/2022/MCOM - Processo nº 01250.056452/2019-85 - Nº SEI: 10376397



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

**Correios AR****AVISO DE
RECEBIMENTO**VIA FUSTAL
12/09/2022**DESTINATARIO**

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA

RUA HC 13, 482
- BOA VISTA - RR

69316-482

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

YG821082815BR



SERAD/COREC PR01250056452/2019-85 OF 22176

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

19 SET 2022

DRIB

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO	
[1] MUDOU-SE	[5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE	[6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO	[7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO	[8] FALECIDO
[9] OUTROS	

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

Rubrica: *Antônio Pereira da Silva*
Matrícula: 8054351-0**ASSINATURA DO RECEBEDOR***Maria Amélia Pereira***NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR**

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

DATA DE ENTREGA

19 09 22

N.º DO C. DE IDENTIDADE

280180 *[assinatura]*

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.605.876/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/02/2013
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
--

LOGRADOURO R SILVIO LEITE	NÚMERO 545	COMPLEMENTO *****
-------------------------------------	----------------------	----------------------

CEP 69.312-195	BAIRRO/DISTRITO CAIMBE	MUNICÍPIO BOA VISTA	UF RR
--------------------------	----------------------------------	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO RADIOCRUVIANA@HOTMAIL.COM	TELEFONE (95) 8100-9292
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/10/2019
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **18/10/2022** às **17:34:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



CNPJ: **17.605.876/0001-64**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 17:34:56 do dia 18/10/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9)

<https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/Consultas Gerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9)

<https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.605.876/0001-64

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA

Endereço: R SILVIO LEITE 545 / CAIMBE / BOA VISTA / RR / 69312-195

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/10/2022 a 30/10/2022

Certificação Número: 2022100102054301751003

Informação obtida em 18/10/2022 17:36:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA
CNPJ: 17.605.876/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:36:51 do dia 18/10/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/04/2023.

Código de controle da certidão: **70DE.4950.DC3D.CE3A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.605.876/0001-64

Certidão nº: 35331633/2022

Expedição: 18/10/2022, às 17:36:36

Validade: 16/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.605.876/0001-64**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.056452/2019-85.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Boa Vista/RR, e do Tribunal de Justiça de Roraima, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**

Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10472682).

Brasília, 18 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 18/10/2022, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10472744** e o código CRC **3FDF5C0E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI-MCOM nº 10472744



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>		Adicionar filtro	<input type="text" value="Campo"/>	Todos
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>			
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>			
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RAI"/>			

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

Adicionar filtro

Campo

Todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Liviany Mesquita de Campos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="D'Ângela Rodrigues Padilha"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

Adicionar filtro

Campo

Todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Idelaine de Sousa Oliveira

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>		Adicionar filtro <div>Campo</div> Todos
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>Ana Cleide Cardoso da Silva</div>	

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Gianismara Lima do Nascimento Soe"/>

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de Inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada

Adicionar filtro [Todos](#)

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Ednalva Alves Pinheiro de Oliveira"/>

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Reginaldo Araujo de Oliveira"/>

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>Maria do Amparo Santos Oliveira</div>

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

17605876000164

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<div>contém</div>	<div>51011409291</div>

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação todos
- ☒ Tipo igual a Atividade de Inspeção
- ☒ Tipo de inspeção contém Uso do Espectro - Não Outorgado
- ☒ Identificação da não Outorgada todos
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade contém 01841484210

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

Adicionar filtro

Campo

Todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

00405375280

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

☒ Tipo

+

☒ Tipo de Inspeção

☒ Identificação da não Outorgada

☒ CNPJ/CPF da Entidade

Adicionar filtro

Todos

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

94807060244

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

01542493277

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>		Adicionar filtro	<input type="text" value="Campo"/>	<input type="button" value="Todos"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>	<input type="button" value="+"/>		
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>			
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>				
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="16224523215"/>			

Opções

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

Adicionar filtro

Campo

Todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

contém

37620266291

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="63334267253"/>

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Coordenadas Estação	<div>Raio</div>	<div>Lat: 024923 Lon: 604301 Raio: Raio (km)</div>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

CHECKLIST

Município/UF: Boa Vista /RR–

Processo nº: 01250.056452/2019-85 CNPJ: 17.605.876/0001-64

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA

Nº do edital/ano: 230/2019 publicado no DOU em 05/09/2019

Prazo de inscrição: de 06/09/2019 a 04/11/2019

Canal e Frequência: 290 - 105,9 (9474179)

1. Data de postagem/SEI: 04/11/2019 Processo público gerado
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (10468404)
4. Estatuto Social: (10091739) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 19-24 (4809669) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 1-5 (9252369) para o período de 05/12/2021 a 05/12/2025
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovações de maioridade e nacionalidade/CPF: (10087305)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretora Geral: Liviany Mesquita de Campos (F. 7-8 10087305)	002615022690 12/05/1980	Almir Correa de Campos e Lenir Mesquita de Campos	510.114.092-91	Não
Diretora Administrativa: D'Angela Rodrigues Padilha (F. 2 10087305)	004241912666 18/04/1993	Dorval da Silva Padilha e Maria Angela Rodrigues Padilha	018.414.842-10	Não
Diretora de Operações: Ildelaine de Sousa Oliveira (F. 6 10087305)	003993652658 10/11/1990	Orismar Borges de Oliveira e Maria Leude Sousa Oliveira	004.053.752-80	Não
Diretora Cultural: Ana Cleide Cardoso da Silva (F. 1 10087305)	002335802682 26/11/1977	José Arlindo da Silva e Edna Cardoso da Silva	511.606.922-20	Não
Diretora Financeiro: Gianismara Lima do Nascimento Soares (F. 4-5 10087305)	003492772607 08/10/1987	Gilberto Horácio do Nascimento e Ivanete Batista de Lima	948.070.602-44	Não
Diretoria de Relações Públicas: Vitória Vera Sales (F. 13-14 10087305)	004940072658 18/01/1998	Jader de Souza Sales e Naia Rejane de Souza Veras	015.424.932-77	Não
1º Suplente: Ednalva Alves Pinheiro de Oliveira (F. 3 10087305)	004600742364 06/04/1962	Eduardo Alves Pinheiro e Umbelina Rodrigues de Azevedo	162.245.232-15	Não
2º Suplente: Reginaldo Araújo de Oliveira (F. 11-12 10087305)	001881932607 24/03/1971	Manoel Borges de Oliveira e Francisca Araújo de Oliveira	376.202.662-91	Não
3º Suplente: Maria do Amparo Santos Oliveira (F. 9-10 10087305)	002282902690 15/05/1979	Zacarias Barros Oliveira e Maria Magalhães dos Santos	633.342.672-53	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 55-465 (4809669)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 466 (4809669)
10. Pesquisa Anatel (5810958) e Radar (5810981)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5810987)
12. Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

OBSERVAÇÕES: 19/11/2021: HABILITADA**VERIFICAÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

1. Estatuto social: (10091739)

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 5, 8**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8 (Art. 2 §4)**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 14**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13 e 15**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 16**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 9**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 19**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **Art. 17**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 20-21**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 19**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 21**

REVISÃO FINAL:

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (10472682)
- 2.2 Certidão FGTS: (10472682)
- 2.3 Certidão PGFN : (10472682)
- 2.4 Certidão CNDT: (10472682)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10472744)
- 3. Pesquisa Anatel (10472682) e Fiscaliza (10472744) e (10472747)
- 4. Anexo 6/ART: fl. (10091667)
- 5. Despacho Técnico de Aprovação: (10270365)

OBSERVAÇÕES: 18/10/2022 - PROCESSO INSTRUÍDO.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 24/10/2022, às 15:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10472749** e o código CRC **F65CC435**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.056452/2019-85.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA** para a autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Boa Vista/RR**, em atendimento ao Edital nº 230/2019, publicado no Diário Oficial da União em 05/09/2019.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 04/11/2019, processo público gerado, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA
QUADRO DIRETIVO
Diretora Geral: Liviany Mesquita de Campos
Diretora Administrativa: D'Angela Rodrigues Padilha
Diretora de Operações: Ildelaine de Sousa Oliveira
Diretora Cultural: Ana Cleide Cardoso da Silva
Diretora Financeiro: Gianismara Lima do Nascimento Soares
Diretoria de Relações Públicas: Vitória Vera Sales
1º Suplente: Ednalva Alves Pinheiro de Oliveira
2º Suplente: Reginaldo Araújo de Oliveira
3º Suplente: Maria do Amparo Santos Oliveira
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua Silvio Leite, nº 545 - Caimbe
Coordenadas geográficas: 02°49'23"S de latitude e 60°43'01"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua Silvio Leite, nº 545 - Caimbe



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 04/11/2011.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(10468404)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(10091739)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 19-24 (4809669)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-5 (9252369)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(10087305)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 55-465 (4809669)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 466 (4809669)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(10091667) Despacho Técnico de Aprovação: (10270365)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10472682)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10472682)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(10472682)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10472682)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10472682)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10472744) e (10472747)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas o Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho COESA_MCOM_ENG10270365), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (10270355).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Boa Vista/RR, e do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (10472744).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 24/10/2022, às 16:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weronica de Jesus Leite, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal substituta**, em 24/10/2022, às 16:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Abud Filho, Coordenador-Geral de Outorgas substituto**, em 04/11/2022, às 17:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10472772** e o código CRC **5C1462AE**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.056452/2019-85, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA, inscrita CNPJ sob nº 17.605.876/0001-64, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Boa Vista/RR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 15815/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.056452/2019-85, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA, inscrita no CNPJ sob nº 17.605.876/0001-64, cuja sede se situa na Rua Silvio Leite, nº 545 - Caimbe, na localidade de Boa Vista, Estado de Roraima, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 290, cuja frequência é de 105,9 MHz.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI nº 10472772



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Ofício Interno nº 27419/2022/MCOM

Brasília, 10 de novembro de 2022

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 15815/2022/SEI-MCOM (10472772)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 15815/2022/SEI-MCOM (10472772), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 22/11/2022, às 14:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10517834** e o código CRC **B494E4F9**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 27419/2022/MCOM - Processo nº 01250.056452/2019-85 - Nº SEI: 10517834



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIOFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.056452/2019-85

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIOFUSÃO CRUVIANA

ASSUNTOS: RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA - OUTORGA POR AUTORIZAÇÃO

EMENTA: I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Boa Vista/RR;

II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM (SEI 10472772)**, na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito;

III. Viabilidade jurídica do pedido, **desde que atendidas as recomendações dos itens 19, 20, 24, 25, 35 e 36** diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução;

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República;

V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, **bem como assentimento do Conselho de Defesa Nacional - CDN, se constatada localidade em Faixa de Fronteira**, por ocasião da formalização da autorização;

VI. Pela restituição do feito para prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações - Substituto,

I - RELATÓRIO

1. A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica - CONJUR, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIOFUSÃO CRUVIANA** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Boa Vista/RR**, com base no Edital nº 230/2019, publicado no Diário Oficial da União de 05/09/2019.

2. Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão - SERAD identificou pendências que poderiam acarretar a sua inabilitação, sendo realizada a notificação para saneamento, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

3. Apresentada documentação complementar sob o n.º SEI 01245.011584/2020-91, a entidade foi habilitada, sendo notificada através do OFÍCIO Nº 24832/2021/MCOM (SEI 8577719).

4. A revisão final do processo de outorga foi realizada pela **NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM (SEI 10472772)**, que concluiu favoravelmente ao deferimento do pleito, remetendo o feito para análise desta Consultoria:

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

5. É o relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

6. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.164, de 08 de agosto de 2022 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos s. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

9. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

10. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso.

11. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".

12. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 9.612/98, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estipulando, em seu art. 6º, que "*Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço*".

13. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, define que compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente os efeitos legais da emissão definitiva da outorga até que se ultime tal deliberação.

14. Coube à já citada Lei nº 9.612/98 pormenorizar as previsões relativas ao serviço de radiodifusão comunitária. Nos termos do seu art. 7º, "*são competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos*".

15. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 2.615/1988, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Cumpre aqui transcrever os dispositivos de interesse do Regulamento em questão:

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

16. Por fim, cumpre destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada](#)



[pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018\)](#)

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. [\(Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018\)](#)

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga [\(Anexo 2\)](#), com as declarações nele elencadas; [\(Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018\)](#)

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. [\(Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018\)](#)

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. [\(Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018\)](#)

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)



Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

17. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Autorização para Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária

18. A Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme o "*Checklist*" (doc. SEI nº 10472749) e, conforme relatado, opinou pelo deferimento do pedido de outorga em apreço, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM (SEI 10472772)**.

19. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado pelo **OFÍCIO Nº 24832/2021/MCOM (SEI 8577719)**, sem constar, portanto, *a priori*, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que o Secretário ratifique o ato de forma expressa.

20. Dito isso, passa-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 230/2019, concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 05/09/2019, sendo o pedido da interessada tempestivo. Observa-se que na manifestação técnica (**NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM**) consta aparente erro de digitação ao constar o ano do protocolo, o que merece ser revisto, senão vejamos:

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 04/11/2011.

21. Outrossim, verifica-se que, no requerimento da entidade, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da redação atual da Portaria nº 4.334/2015 (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

22. Impende destacar que, por meio do **Despacho - doc. SEI 8107397**, a área técnica atestou que "*Após análise da documentação encaminhada pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA, entidade interessada na execução do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de BOA VISTA/RR, em atenção ao Ofício acima citado, no Processo nº 01245.011584/2020-91 (evento SEI nº 6082924), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas atendem ao disposto no art. 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612 e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MC, publicada no DOU de 09/04/2018 pois, de acordo com o Relatório de Vizinhos (evento SEI nº 6944452), a outra emissora outorgada dista mais de 4, 00 km*".

23. Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço adCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), conforme fora destacado na **NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM (SEI 10472772)**:

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(10468404)
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(10091739)
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 19-24 (4809669)
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-5 (9252369)
5. Comprovações relativos à maioridade e à nacionalidade dos dirigentes.	(10087305)
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 55-465 (4809669)
7. Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 466 (4809669)
8. Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(10091667) Despacho Técnico de Aprovação: (10270365)
9. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10472682)
10. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10472682)
11. Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(10472682)
12. Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10472682)
13. Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10472682)
14. Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10472744) (10472747) e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

24. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º e 8º, "e") e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 16), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 3825686 - fls. 5/15). A esse respeito, **esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.**

25. Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do *checklist roteiro RadCom* (SEI 10472749), que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, **circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga**. O Despacho - doc. SEI 10472744 também assegura a inexistência dos vínculos:

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Boa Vista/RR, e do Tribunal de Justiça de Roraima, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**

Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI ([10472682](#)).

26. As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da área técnica, seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse(m) entidade(s) concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998.

27. A esse respeito, a área técnica afirmou a inexistência de outras entidades interessadas:

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

28. De igual modo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme **Despacho - doc. SEI 10276305**, por meio do qual a área técnica atesta que **"a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor"**.

29. Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, orientando a SERAD a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea "a", da Lei nº 4.117/1962 (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme art. 2º da Lei nº 9.612/98.

30. Com isso, determinou-se, naquela ocasião, que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada "idoneidade moral", antes prevista pela sobredita alínea "a" do art. 34 (hoje revogada). Solicitou-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

31. No tocante à segunda exigência, mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização FISCALIZA, por meio do **Despacho - doc. SEI 10376291**, constatou-se que *"até esta data, não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada"*.

32. Porém, no tocante à primeira exigência, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, as Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - *que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010 -*, ao passo que o **art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62**, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:

33. A Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passou a vigorar com as seguintes alterações:

(...)"Art. 38....."

j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990". (g.n.)

34. No presente caso, a habilitação já foi deflagrada com declaração assinada por todos os dirigentes, asseverando que eles têm bons antecedentes, não tendo sido condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g', 'h', 'i', 'j', 'k', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p' e 'q' da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa" (fls. 1/5 da Petição SEI 4809669).

35. Por fim, muito embora não conste informação nas manifestações técnicas, solicita-se que a SERAD verifique se a localidade em questão se encontra em Faixa de Fronteira, o que, em caso positivo, demandará a obtenção do assentimento prévio junto ao Conselho de Defesa Nacional. **Portanto, em caso de localidade em Faixa de Fronteira, o prosseguimento do presente**

isso dependerá da conclusão da manifestação do citado órgão da Presidência da República.

Assim, **a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, bem como assegurar a existência do assentimento do Conselho de Defesa Nacional - CDN, em caso de localidade em Faixa de Fronteira, por ocasião da formalização da autorização.

III - CONCLUSÃO

37. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, **desde que atendidas as recomendações dos itens 19, 20, 24 25, 35 e 36.**
38. Recomenda-se que, nos casos de localidades em Faixa de Fronteira, a condição seja devidamente identificada nas manifestações do órgão técnico.
39. Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.
40. No que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à **NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM (SEI 10472772)**, recomenda-se a conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro das Comunicações.
41. Sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para adoção das providências cabíveis

À consideração superior.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

TÔNIA LAVOGADE COSTA
Advogada da União
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250056452201985 e da chave de acesso 3d7b70da



Documento assinado eletronicamente por TONIA LAVOGADE COSTA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1058354871 e chave de acesso 3d7b70da no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TONIA LAVOGADE COSTA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-12-2022 23:34. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIOFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02701/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.056452/2019-85

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIOFUSÃO CRUVIANA

ASSUNTOS: RÁDIOFUSÃO

Sr.^a Consultor Jurídico Substituto,

1. Aprovo o **PARECER n. 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, lançado pela Dr.^a Tônia Lavogade Costa, Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Boa Vista/RR.
3. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM (SEI 10472772)**, na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
4. Viabilidade jurídica do pedido, **desde que atendidas as recomendações dos itens 19, 20, 24, 25, 35 e 36 do referido parecer**, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
5. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República.
6. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, **bem como assentimento do Conselho de Defesa Nacional - CDN, se constatada localidade em Faixa de Fronteira, por ocasião da formalização da autorização;**
7. Parecer opinou pela viabilidade e restituição do feito para prosseguimento, **com recomendações**.

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

assinatura eletrônica

ARTHUR PORTO CARVALHO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão e de Telecomunicações

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250056452201985 e da chave de acesso 3d7b70da



Documento assinado eletronicamente por ARTHUR PORTO CARVALHO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1064944896 e chave de acesso 3d7b70da no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ARTHUR PORTO CARVALHO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-12-2022 15:36. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02703/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.056452/2019-85

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

1. Aprovo, nos termos do **DESPACHO n. 02701/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, o **PARECER n. 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

DAVI PEREIRA ALVES
Procurador Federal
Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250056452201985 e da chave de acesso 3d7b70da



Documento assinado eletronicamente por DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1064951909 e chave de acesso 3d7b70da no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-12-2022 15:58. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

DESPACHO

Processo nº: **01250.056452/2019-85**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU 10585369), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 21/12/2022, às 18:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10585903** e o código CRC **C8EA0A91**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI-MCOM nº 10585903



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

DESPACHO

Processo nº: 01250.056452/2019-85

Referência: Parecer Jurídico nº 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10585369)

Interessado: Associação Comunitária de Radiodifusão Cruviana

Assunto: Outorga de RadCom. Consulta Conj. Devolução dos autos

À CGOU

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10585369) e providências cabíveis.

Brasília, 22 de dezembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mesquita Muniz, Assessor**, em 22/12/2022, às 11:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10586869** e o código CRC **93D1C4C6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI-MCOM nº 10586869



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.056452/2019-85.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA.**

Assunto: **Esclarecimentos/Retificação**

Informo que em atenção ao Parecer Jurídico nº 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (0585369), no processo de interesse de ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Boa Vista/RR**, no item 3 da Nota Técnica 15815 (10472772), onde consta 04/11/2011, o correto é 04/11/2019.

Dessa forma, deve ser dado prosseguimento ao processo, com o encaminhamento das devidas minutas, à autoridade competente.

Brasília, 03 de julho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 03/07/2023, às 10:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10992029** e o código CRC **948F9519**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

Documento nº 10992029



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.056452/2019-85**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA**.

Assunto: **Pesquisas em atendimento às recomendações da Conjur.**

Informo que, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 258º, inciso III da Portaria nº 01/2023/GM-MCOM de 01/06/2023. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a referida Portaria, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**

Em complementação, em atendimento às disposições do art. 290, incisos III a VII, da Portaria nº 01/2023/GM-MCOM de 01/06/2023, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10992571).

Por fim, foram renovadas as consultas no sistema de fiscalização FISCALIZA, e até esta data, **não existe**, na localidade de, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada conforme pesquisa em anexo (10992572).

Brasília, 03 de julho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 03/07/2023, às 12:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10992170** e o código CRC **287BBDE2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

Documento nº 10992170



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e277-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e277-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 17.605.876/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/02/2013
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R SILVIO LEITE	NÚMERO 545	COMPLEMENTO *****
CEP 69.312-195	BAIRRO/DISTRITO CAIMBE	MUNICÍPIO BOA VISTA
		UF RR
ENDEREÇO ELETRÔNICO RADIOCRUVIANA@HOTMAIL.COM	TELEFONE (95) 8100-9292	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/10/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/07/2023 às 11:26:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.605.876/0001-64
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA
Endereço: R SILVIO LEITE 545 / CAIMBE / BOA VISTA / RR / 69312-195

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/06/2023 a 23/07/2023

Certificação Número: 2023062404522844227110

Informação obtida em 03/07/2023 11:28:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.605.876/0001-64

Certidão nº: 32020314/2023

Expedição: 03/07/2023, às 11:28:56

Validade: 30/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.605.876/0001-64**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA
CNPJ: 17.605.876/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:29:15 do dia 03/07/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/12/2023.

Código de controle da certidão: **8BFA.17B7.87EB.281B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Tarefas



▼ Filtros

- ☒ Situação

todos ▼
- ☒ Tipo

igual a ▼

Atividade de Inspeção ▼ +
- ☒ Tipo de inspeção

contém ▼

Uso do Espectro - Não Outorgado
- ☒ Identificação da não Outorgada

contém ▼

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁI

Adicionar filtro [Todos](#)

> Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Liviany Mesquita de Campo

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

D'Angela Rodrigues Padilha

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- todos

igual a

contém

contém
- Atividade de Inspeção
- Uso do Espectro - Não Outorgado
- Idelaine de Sousa Oliveira

Adicionar filtro Todos

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Ana Cleide Cardoso da Silva

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Gianismara Lima do Nascimento So

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Vitória Vera Sales

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para

Atom

CSV

PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Ednalva Alves Pinheiro de Oliveira

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível

Exportar para



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Reginaldo Araújo de Oliveira

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Maria do Amparo Santos Oliveira

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.013851/2022-13

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE

ASSUNTO: Emissão de assentimento prévio na execução do serviço de radiodifusão comunitária

EMENTA: I. Consulta formulada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE a respeito da necessidade de obtenção de assentimento prévio junto ao Conselho de Defesa Nacional - CDN para execução do serviço de radiodifusão comunitária;

II. Competência do CDN para emitir o assentimento prévio como requisito para execução do serviço de radiodifusão sonora na faixa de fronteira;

III. Posicionamento da SECOE pela inexigibilidade de assentimento prévio, conforme os termos da NOTA TÉCNICA Nº 5574/2023/SEI-MCOM e da NOTA TÉCNICA Nº 7375/2023/SEI-MCOM;

IV. Adoção do posicionamento seguido pelo CDN no sentido de dispensar a obtenção de assentimento prévio como requisito para execução do serviço de radiodifusão comunitária na faixa de fronteira, **sendo recomendável observar as orientações apresentadas neste PARECER;**

VI Restituição dos autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 36371/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo em epígrafe, cujo teor versa sobre consulta formulada, em caso concreto, a respeito da necessidade de obtenção do assentimento prévio junto ao Conselho de Defesa Nacional - CDN para que este Ministério outorgue autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Inicialmente, convém consignar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00095/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO n. 00408/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e pelo DESPACHO n. 00419/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, manifestou-se no sentido de que era imprescindível a autorização prévia do CDN para que houvesse a outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Atalaia do Norte/AM, se a região fosse localizada em área de fronteira (Doc. nº 10767546 -SUPER).

3. Posteriormente, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 5574/2023/SEI-MCOM e da NOTA TÉCNICA Nº 7375/2023/SEI-MCOM**, solicitou manifestação desta Consultoria Jurídica sobre a possibilidade de dispensa de obtenção de assentimento prévio pelas entidades que pretendem executar o serviço de radiodifusão comunitária (Docs nºs 10857107 e 10917762 - SUPER).

4. É importante registrar que foi colacionado aos autos do Processo Administrativo os seguintes documentos, entre outros: i) cópia do Ofício nº 453 - SADS-NGADN/GSI/PR, emitido pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em **novembro de 2017**, que trata da impossibilidade de exigência de assentimento prévio para as rádios comunitárias; ii) cópia do Aviso nº 156/2010/GSIPR/CH/SAEI-AP, emitido em **junho de 2010**, que dirigido ao sr. José Artur Filardi Leite, que foi Ministro de Estado das Comunicações à época, cujo teor informa a respeito da inexigibilidade da obtenção de assentimento prévio para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, em faixa de fronteira, quando amparado na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária; iii) cópia da NOTA SAEI - AP Nº108/2010-RF, que trata da não remessa de processos administrativos à Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional em razão da inexigibilidade de ato de assentimento prévio para entidades que pretendem executar o serviço de radiodifusão comunitária (Doc. nº 10917922 - SUPER).

5. A NOTA SAEI - AP Nº108/2010-RF, elaborada pelo Gabinete de Segurança Institucional, apresentou a seguinte conclusão e encaminhamento, nos casos relacionados à emissão de assentimento prévio, em faixa de fronteira, como requisito prévio para prestação do serviço de radiodifusão comunitária:

(...)

Conclusão

38. Por todo o exposto, conclui-se que as associações comunitárias não estão contempladas no artigo 2º, inciso I (parte final), da Lei nº 6.634/79, regulamentado pelos artigos 8º a 13º, do Decreto nº 85.064/80, para instalação de serviço de radiodifusão de sons e de radiodifusão de sons e imagens em faixa de fronteira.

39. Em razão do exposto, sob o regime legal em vigor, a obrigatoriedade de submissão a esta Secretaria deve ser mantida apenas para a instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens, quando requerida por empresas, universidades e fundações, cujas estações geradoras se localizam na faixa de fronteira (artigo 9º, do Decreto nº 85.064/80).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Encaminhamento

40. Sugere-se a submissão da presente Nota ao Sr. Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na qualidade de Secretário-Executivo do Conselho de Defesa Nacional, para conhecimento e aprovação da interpretação jurídica adequada à aplicação do inciso I (parte final), do art. 2º, da Lei nº 6.634/79, com o consequente encaminhamento de Aviso ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações.

41. Após, recomenda-se a devolução dos processos administrativos recentemente recebidos por esta Secretaria, cujos requerentes são associações comunitárias, à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, juntamente com cópia(s) da presente Nota, para fins de conhecimento e da adequação dos procedimentos internos pertinentes acerca da inexigibilidade de assentimento prévio para instalação de serviço de radiodifusão de sons e de radiodifusão de sons e imagens em faixa de fronteira, quando requerido por associações comunitárias amparadas pela Lei nº 9.612/98.

6. O Aviso nº 156/2010/GSIPR/CH/SAEI-AP, subscrito à época pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Secretário Executivo do Conselho de Defesa Nacional, datado em **4 de junho de 2010**, que foi dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações, afirmou sobre a inexigibilidade do assentimento prévio quando for relacionada à execução do serviço de radiodifusão comunitária:

1. Considerando a competência outorgada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) para executar as atividades permanentes necessárias ao exercício da competência do Conselho de Defesa Nacional (CDN), levo ao conhecimento de Vossa Excelência a interpretação jurídica que esta Pasta entende adequada para a aplicação do inciso I (parte final), do art. 2º, da Lei nº 6.634/79, a qual remete à inexigibilidade de assentimento prévio para instalação de serviço de radiodifusão de sons e de radiodifusão de sons e imagens em faixa de fronteira, quando requerido por associações comunitárias amparadas pela Lei nº 9.612/98.

Nesse sentido, solicito os bons préstimos para dar conhecimento à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica desse Ministério, com vistas à adequação dos procedimentos internos pertinentes, no sentido de não remeter a esta Secretaria, os requerimentos formulados por associações comunitárias amparadas pela Lei nº 9.612/98.

7. Registre-se, ainda que os autos do Processo Administrativo foram redistribuídos, por solicitação, a este advogado da União, por meio do SAPIENS, no dia 23 de junho de 2023 (sexta-feira).

8. Esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

9. A presente manifestação jurídica fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), que estabelece a atribuição da Consultoria Jurídica para realizar o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

10. Por consequência, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar o questionamento jurídico apresentado, com base nos princípios e regras constitucionais aplicáveis à espécie, nas disposições constantes da Lei nº 9.784, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de radiodifusão.

11. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos do Processo Administrativo não se sujeitam ao exame desta unidade da AGU, visto que a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. Além disso, as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade.

12. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. OBTENÇÃO DE ASSENTIMENTO PRÉVIO JUNTO AO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

13. A exploração do serviço de radiodifusão, na faixa interna de cento e cinquenta quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que é designada como faixa de fronteira, requer a obtenção do assentimento prévio junto ao Conselho de Defesa Nacional - CDN, em razão da segurança nacional, conforme os termos do art. 1º c/c o art. 2º, inciso I, da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.

14. O art. 8º e ss. do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, com redação dada pelo Decreto nº 11.076, de 2022, estabelece que o assentimento prévio é condição para a outorga de direito à exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens em município localizado, total ou parcialmente, na faixa de fronteira.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que a legislação vigente acima mencionada exige a obtenção de

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

assentimento prévio junto ao CDN para que seja conferida outorga para a entidade que pretende executar o serviço de radiodifusão na faixa de fronteira.

16. **Convém asseverar que a emissão de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, sem a obtenção prévia do assentimento prévio junto a CDN, implica nulidade dos atos administrativos de outorga emitidos pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo, em razão da configuração de vício de legalidade.**

17. No que se refere especificamente ao serviço de radiodifusão comunitária, cumpre destacar que a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária, e o Decreto nº 2.615, de 3 de junho 1998, que aprovou o regulamento do citado serviço de radiodifusão, não tratam de obtenção de assentimento prévio junto ao CDN.

18. Acrescente-se que o art. 318 e ss. da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 5 de junho de 2023, estabelece a necessidade de obtenção de assentimento prévio junto ao CDN para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

19. Por óbvio, a citada Portaria de Consolidação, editada pelo Ministério das Comunicações - MCom, regulamenta, no âmbito deste Ministério, a Lei nº 6.634, de 1979, e o Decreto nº 85.064, de 1980, com redação dada pelo Decreto nº 11.076, de 2022.

20. Portanto, a legislação de radiodifusão comunitária (vide Lei nº 9.612, de 1998, e Decreto nº 2.615, de 1998) não trata de obtenção de assentimento prévio como requisito para execução do serviço, visto que **não se trata de assunto relacionado à competência do MCom.**

21. A necessidade de obtenção de assentimento prévio, em faixa de fronteira, decorre de questão relacionada à segurança nacional, sendo certo que o referido assunto não está inserido no âmbito das atribuições do MCom (vide art. 1º, do ANEXO I, do Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023).

22. É atribuição do Conselho de Defesa Nacional, após a avaliação sob a perspectiva da Segurança Nacional, conferir ou não assentimento prévio para viabilizar a emissão de outorga pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional, em localidade enquadrada como faixa de fronteira (vide art. 91, § 1º, inciso III, e art. 223, § 3º, da Constituição Federal).

23. Vale lembrar que a competência pode ser compreendida como as atribuições que cada órgão ou autoridade recebem. Competência significa, portanto, a aptidão legal conferida a um órgão ou autoridade públicos para realizar determinadas atividades (MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo moderno. 21. ed.– Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 47).

24. Logo, se o órgão responsável pela avaliação da segurança nacional adota o posicionamento de que é dispensável a obtenção do assentimento prévio, em faixa de fronteira, para execução do serviço de radiodifusão comunitária, torna-se desnecessário o encaminhamento de processos administrativos relacionados ao assunto ao CDN (vide itens 4 e 5 deste PARECER).

25. Por óbvio, não compete ao MCom avaliar questões relacionadas à segurança nacional, pelo que não existe justificativa para não observar a orientação do CDN, no sentido de que é dispensável a obtenção de assentimento prévio, em faixa de fronteira, para outorga de autorização destinada à prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

26. **Assim e com fundamento no posicionamento adotado pelo CDN, o MCom não deve adotar as medidas mencionadas na Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023, para requerer a obtenção de assentimento prévio junto ao Conselho de Defesa Nacional, na hipótese de outorga de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.**

27. Logo, o item 30 do **PARECER n. 00095/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, anteriormente proferido por esta Consultoria Jurídica**, não deve ser observado pela SECOE, uma vez que o CDN dispensa a avaliação de assentimento prévio, em faixa de fronteira, quando for a situação de prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

28. Ademais, em virtude da alteração procedimental que se pretende realizar, **é recomendável que a citada Portaria de Consolidação seja atualizada**, com o objetivo de constar a dispensa de encaminhamento de assentimento prévio junto ao CDN, em faixa de fronteira, quando for a hipótese de autorização de prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

29. No entanto, em razão do disposto na Lei nº 6.634, de 1979, e no Decreto nº 85.064, de 1980, com redação dada pelo Decreto nº 11.076, de 2022, **é recomendável que a SECOE informe, por meio de ofício, ao CDN que não mais realizará o encaminhamento de processos administrativos que versem sobre a obtenção de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em faixa de fronteira, em razão do posicionamento adotado pelo próprio CDN.**

30. Deste modo e considerando o posicionamento adotado pelo CDN, tem-se que o MCom encontra-se dispensado de obter assentimento prévio, em faixa de fronteira, junto ao CDN para que seja outorgada de autorização para entidades que pretendem prestar serviço de radiodifusão comunitária, sendo recomendável, contudo, encaminhar ofício com o objetivo de informar expressamente que não serão remetidos processos administrativos com o referido objeto.

III - CONCLUSÃO

31. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações: i) em razão do posicionamento adotado pelo CDN, o MCom encontra-se dispensado de obter assentimento prévio, em faixa de fronteira, junto ao CDN para que seja conferida outorga de autorização para entidades que pretendem prestar **serviço de radiodifusão comunitária**; ii) a orientação acima deve ser aplicada para a localidade de Atalaia do



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Norte/AM, assim como para as demais localidades que estejam em faixa de fronteira; iii) o item 30 do **PARECER n. 00095/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, anteriormente proferido por esta Consultoria Jurídica**, diante das considerações acima apresentadas, não deve ser observado pela SECOE; iv) o MCom deve encaminhar ofício ao CDN com o objetivo de informar que não mais realizará o encaminhamento de processos administrativos que versem sobre a obtenção de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em faixa de fronteira, em razão do posicionamento adotado pelo próprio CDN; v) a Portaria de Consolidação GM/MCOM N° 1, de 2023, como norma procedimental interna do MCom, deve ser revisada, tendo em vista a dispensa de encaminhamento de processos administrativos relacionados à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária à CDN.

32. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 23 de junho de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115013851202213 e da chave de acesso 68201c3a



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1207800924 e chave de acesso 68201c3a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 26-06-2023 15:24. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01350/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.013851/2022-13

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES UNIDAS DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM - ACUATAN

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comunitária em faixa de fronteira. Assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional - CDN.

1. O art. 2º, I, da Lei nº 6.634, de 1979, estabelece que, salvo com o assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional (CDN), é vedada, na faixa de fronteira a "instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens". Já o art. 9º do Decreto nº 85.064, de 1980, dispõe que o assentimento prévio do CDN "é condição para a outorga de direito à exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens em Município localizado total ou parcialmente na Faixa de Fronteira".

2. Por esse motivo, no PARECER n. 00095/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013851/2022-13), esta Consultoria Jurídica concluiu que, mesmo no caso de outorga de radiodifusão comunitária, seria imprescindível a autorização do CDN caso o serviço deva ser explorado em faixa de fronteira.

3. Ocorre que, de acordo com manifestações do Gabinete de Segurança Institucional, indicadas nos §§ 5 e 6 do PARECER n. 00417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, concluiu-se que no caso de outorgas de rádio comunitária não seria necessário o assentimento prévio do CDN.

4. Conforme bem esclarecido no PARECER n. 00417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não compete ao Ministério das Comunicações tratar de questões atinentes à segurança nacional, de modo que, se o próprio CDN entende dispensável o seu assentimento prévio em cada caso de outorga de radiodifusão comunitária, não há motivo para que o Ministério das Comunicações insista nessa prática.

5. Portanto, não se trata aqui propriamente de uma revisão do entendimento manifestado no PARECER n. 00095/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, mas apenas de reconhecer que ao Gabinete de Segurança Institucional, como órgão responsável para execução das atividades permanentes necessárias ao exercício da competência do Conselho de Defesa Nacional (art. 4º da Lei nº 8.183, de 1991^[1]), cabe interpretar a legislação pretinente e avaliar se as outorgas de radiodifusão comunitária demandam assentimento prévio caso a caso pelo CDN.

6. **Portanto, é fundamental o atendimento à recomendação que consta do § 29 do PARECER n. 00417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU no sentido de encaminhar Ofício ao Gabinete de Segurança Institucional para informar que, desde que mantido tal entendimento, o Ministério das Comunicações deixará de encaminhar os processos de outorgas de serviços de radiodifusão comunitária para obtenção do assentimento prévio do CDN. Acrescento que considero que seria muito importante que o GSI confirmasse se mantém ou não o entendimento de que as outorgas de radiodifusão comunitária não exigem o encaminhamento dos respectivos processos para assentimento prévio do CDN.**

7. Com esses esclarecimentos complementares, aprovo o PARECER n. 00417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

8. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 28 de junho de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115013851202213 e da chave de acesso 68201c3a

Notas



1. ^[1] Art. 4º Cabe ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República executar as atividades permanentes necessárias ao exercício da competência do Conselho de Defesa Nacional - CDN. Parágrafo único. Para o trato de

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

problemas específicos da competência do Conselho de Defesa Nacional, poderão ser instituídos, junto ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, grupos e comissões especiais, integrados por representantes de órgãos e entidades, pertencentes ou não à Administração Pública Federal.



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1211539947 e chave de acesso 68201c3a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 28-06-2023 11:02. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINUTA

* MINUTA DE DOCUMENTO

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.056452/2019-85, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CRUVIANA, inscrita no CNPJ nº 17.605.876/0001-64, cuja sede se situa na Rua Silvio Leite, nº 545 - Caimbé, na localidade de Boa Vista, Estado de Roraima, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 290, cuja frequência é de 105,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/07/2023, às 12:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/07/2023, às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10992114** e o código CRC **E802EB9E**.



MINUTA DE
ENCAMINHAMENTO E MOTIVOS

MINUTA

* MINUTA DE DOCUMENTO

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.056452/2019-85, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA, inscrita CNPJ sob nº 17.605.876/0001-64, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Boa Vista/RR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 15815/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/07/2023, às 12:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/07/2023, às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10992124** e o código CRC **458554E4**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 01250.056452/2019-85.

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CRUVIANA.

Assunto: Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos

À Secretaria de Comunicação Social Eletrônica,

1. Tendo em vista o posicionamento favorável com recomendações do Parecer nº 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10585369) e o cumprimento das diligências erigidas neste,

Recomendação Conjor - 19. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado pelo OFÍCIO Nº 24832/2021/MCOM (SEI 8577719), sem constar, portanto, a priori, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que o Secretário ratifique o ato de forma expressa.

Justificativa da área - O resultado definitivo da fase de habilitação foi informado por meio do Ofício nº 24832/2021/MCOM (SEI 8577719), devidamente assinado pelo Coordenado-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal em 22/11/2021.

Conforme consta da Portaria MCOM nº 8.374, de 06 de fevereiro de 2023, publicada no DOU de 08/02/2023 que aprova o Regimento Interno do Ministério das Comunicações, na Subseção II, art. 17, inciso VIII:

Art. 17. À Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal compete:

...

VIII - encerrar a fase de habilitação dos procedimentos seletivos de outorga de radiodifusão pública, incluindo a educativa e comunitária;

Recomendação Conjor - 20. Dito isso, passa-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 230/2019, concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 05/09/2019, sendo o pedido da interessada tempestivo. Observa-se que na manifestação técnica (NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM) consta aparente erro de digitação ao constar o ano do protocolo, o que merece ser revisto, senão vejamos: 3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 04/11/2011.

Justificativa da área - Foi elaborado despacho esclarecendo o erro material conforme despacho (10992029).

Recomendação Conjor - 24. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º e 8º, "e") e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 16), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 3825686 - fls. 5/15). A esse respeito, esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade

Justificativa da área - Essa recomendação é atendida sempre antes da emissão da Licença de Funcionamento.

Recomendação Conjor - 25. Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do checklist roteiro RadCom (SEI 10472749), que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga. O Despacho - doc. SEI 10472744 também assegura a inexistência dos vínculos:

Justificativa da área - foram atualizadas as pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não restando configurada, assim, nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 258º, inciso III da Portaria nº 401/2023/GM-MCOM de 01/06/2023. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a referida Portaria, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro', conforme consta no Despacho COREC_MCOM (10992170).**

Recomendação Conjor - 35. Por fim, muito embora não conste informação nas manifestações técnicas, solicita-se que a SERAD verifique se a localidade em questão se encontra em Faixa de Fronteira, o que, em caso positivo, demandará a obtenção do assentimento prévio junto ao Conselho de Defesa Nacional. Portanto, em caso de localidade em Faixa de Fronteira, o prosseguimento do presente processo dependerá da conclusão da manifestação do citado órgão da Presidência da República.

Justificativa da área - Conforme consta do Parecer 00417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10993277):

31. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

- i) em razão do posicionamento adotado pelo CDN, o MCom encontra-se dispensado de obter assentimento prévio, em faixa de fronteira, junto ao CDN para que seja conferida outorga de autorização para entidades que pretendem prestar serviço de radiodifusão comunitária;
- ii) a orientação acima deve ser aplicada para a localidade de Atalaia do Norte/AM, assim como para as demais localidades que estejam em faixa de fronteira;
- iii) o item 30 do PARECER n. 00095/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, anteriormente proferido por esta Consultoria Jurídica, diante das considerações acima apresentadas, não deve ser observado pela SECOE;

Recomendação Conjor - 36. Assim, a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, bem como assegurar a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

existência do assentimento do Conselho de Defesa Nacional - CDN, em caso de localidade em Faixa de Fronteira, por ocasião da formalização da autorização.

Justificativa da área - em atendimento às disposições do art. 290, incisos III a VII, da Portaria nº 01/2023/GM-MCOM de 01/06/2023, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), **conforme consta no DESPACHO COREC_MCOM (10992170).**

2. Com base nessas informações e, uma vez que a Consultoria Jurídica deste Ministério no Parecer supracitado entende que, atendidos os requisitos solicitados, o processo deverá seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/07/2023, às 12:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/07/2023, às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10992332** e o código CRC **64D8F050**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (10992114);
- Minuta de Exposição de Motivos (10992124).

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

Documento nº 10992332



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 9921, DE 06 DE JULHO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.056452/2019-85, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CRUVIANA, inscrita no CNPJ nº 17.605.876/0001-64, cuja sede se situa na Rua Silvio Leite, nº 545 - Caimbé, na localidade de Boa Vista, estado de Roraima, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 290, cuja frequência é de 105,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/07/2023, às 19:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10998849** e o código CRC **76BBF38B**.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

Documento nº 10998849



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



EM Nº 52/2023/MCOM

Brasília, 06 de julho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.056452/2019-85, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CRUVIANA, inscrita CNPJ sob nº 17.605.876/0001-64, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Boa Vista/RR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 15815/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 9921, de 06 de Julho de 2023, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/07/2023, às 19:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10998852** e o código CRC **D1D1F34C**.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

Documento nº 10998852



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Ofício Interno nº 38403/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 9921/2023/MCOM (10998849) e Exposição de Motivos (10998852)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho DEPUB_MCOM1(0992332), encaminho a Portaria nº 9921/2023/MCOM (10998849) e Exposição de Motivos (10998852), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 17/07/2023, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10998857** e o código CRC **55A0D5E1**.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

Documento nº 10998857



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 21/07/2023 14:55:06
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 9735530
Data prevista de publicação: 24/07/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20792417	ATO PORTARIA NA 9936.rtf	ee5d38b8a39d8fb77fc17af88ca73dc3	10,00	R\$ 389,20
20792418	ATO PORTARIA NA 9812.rtf	01daa45eebbbc43ba5afd412ee48fc10a	8,00	R\$ 311,36
20792419	ATO PORTARIA NA 9794.rtf	af4df08da62822a32485e35cb1709784	9,00	R\$ 350,28
20792420	ATO PORTARIA NA 9786.rtf	61dacda2f406420f58aaa5e0e4408766	8,00	R\$ 311,36
20792421	ATO PORTARIA NA 9811.rtf	c3516d52dfc0028adb3442566b8700cf	9,00	R\$ 350,28
20792422	ATO PORTARIA NA 9813.rtf	46b8f96f084e167939ab6778e8ceab79	9,00	R\$ 350,28
20792423	ATO PORTARIA NA 9828.rtf	4e4fb1ef9c907b60a103d806c929477d	16,00	R\$ 622,72
20792424	ATO PORTARIA NA 9832.rtf	2d1b6b8e7f40ebb377658b32881a82ae	18,00	R\$ 700,56
20792425	ATO PORTARIA NA 9905.rtf	4bf91278f02f1836801336b5ae7ef442	9,00	R\$ 350,28
20792426	ATO PORTARIA NA 9906.rtf	48bccdc583f609a6f86400cf850f2deb	9,00	R\$ 350,28
20792427	ATO PORTARIA NA 9921.rtf	5d12d732b7254066dd637f16a6978256	8,00	R\$ 311,36
20792428	ATO PORTARIA NA 9789.rtf	55cb16a57d40146aebec50292bb0ce8f	9,00	R\$ 350,28
20792429	ATO PORTARIA NA 9792.rtf	cd71b8c2327e54207cfd660aea4569e1	9,00	R\$ 350,28
20792430	ATO PORTARIA NA 9797.rtf	76a2d2fa1280899266f3114cae2028e8	8,00	R\$ 311,36
20792431	ATO PORTARIA NA 9806.rtf	b18a66e0f69e7c82ba6ceb3ae4b2e948	9,00	R\$ 350,28
20792432	ATO PORTARIA NA 9807.rtf	e662e0a69df384badfd970d8c9469b3e	9,00	R\$ 350,28
			157,00	R\$ 6.110,44



OFÍCIO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

n.gov.br/recibo.do?idof=9735530

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/07/2023 | Edição: 139 | Seção: 1 | Página: 44

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 9.921, DE 6 DE JULHO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.056452/2019-85, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CRUVIANA, inscrita no CNPJ sob nº 17.605.876/0001-64, cuja sede se situa na Rua Silvio Leite, nº 545 - Caimbé, na localidade de Boa Vista, estado de Roraima, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 290, cuja frequência é de 105,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.




[Menu Principal](#)
[SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> Geral](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	RR	Distrito:	
Município:	Boa Vista	Sub Distrito:	
Canal:	290	Local Específico:	
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA	CNPJ:	17.605.876/0001-64
Nome Fantasia:		Bairro:	Caimbé
Logradouro:	Rua Sílvio Leite	Número:	545
Telefone:	(95) 98100-9292	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		
<input type="checkbox"/> Dados da Outorga			

Dados da Entidade

CNPJ:	17605876000164	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:	Brasil					
Número do CEP:	69312195	Logradouro:	Rua Sílvio Leite			
Número:	545	Complemento:		Bairro:	Caimbé	
Município:	Boa Vista	Distrito:		SubDistrito:		
Telefone:	95 98100-9292				Fax:	

Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:		Fax:		E-mail:	

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	01250056452201985	Fistel:	50445950803
Caixa:		Sequência:	

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	9921	Portaria	MC	06/07/2023	24/07/2023	Outorga	Jur.

[Tela Inicial](#)
[Imprimir](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>
[nups://sistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp](https://sistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp)

25/07/2023

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Ofício Interno nº 39151/2023/MCOM

Brasília, 25 de Julho de 2023

Ao Senhor
Énio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10998852)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 9921/2023/SEI-MCOM (1026315), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10931275), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 25/07/2023, às 13:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11028610** e o código CRC **72B0F9A3**.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

Documento nº 11028610



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Brasília, 25 de julho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.056452/2019-85, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CRUVIANA, inscrita no CNPJ sob nº 17.605.876/0001-64, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Boa Vista/RR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 15815/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 9921, de 06 de julho de 2023, publicada no DOU de 24/07/2023.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 21821/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.056452/2019-85.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se a Vossa Senhoria o presente processo para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

FRANCISCO CAVALCANTE
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Francisco das Chagas Cavalcante Costa**, Coordenador-Geral do Gabinete do **Ministro substituto**, em 28/07/2023, às 11:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11034777** e o código CRC **A78E8B13**.

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

Documento nº 11034777



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Brasília, 28 de Julho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.056452/2019-85, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CRUVIANA, inscrita no CNPJ sob nº 17.605.876/0001-64, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Boa Vista/RR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 15815/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 9921, de 06 de julho de 2023, publicada no DOU de 24/07/2023.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/07/2023 | Edição: 139 | Seção: 1 | Página: 44

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 9.921, DE 6 DE JULHO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.056452/2019-85, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CRUVIANA, inscrita no CNPJ sob nº 17.605.876/0001-64, cuja sede se situa na Rua Silvio Leite, nº 545 - Caimbé, na localidade de Boa Vista, estado de Roraima, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 290, cuja frequência é de 105,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027- 6119/6915

PARECER n. 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.056452/2019-85

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - OUTORGA POR AUTORIZAÇÃO

EMENTA: I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Boa Vista/RR;

II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM (SEI 10472772)**, na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito;

III. Viabilidade jurídica do pedido, desde que atendidas as recomendações dos itens 19, 20, 24, 25, 35 e 36, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução;

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República;

V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, bem como assentimento do Conselho de Defesa Nacional - CDN, se constatada localidade em Faixa de Fronteira, por ocasião da formalização da autorização;

VI. Pela restituição do feito para prosseguimento, com recomendações.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações - Substituto,

I - RELATÓRIO

1. A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica - CONJUR, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Boa Vista/RR**, com base no Edital nº 230/2019, publicado no Diário Oficial da União de 05/09/2019.

2. Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão - SERAD identificou pendências que poderiam acarretar a sua inabilitação, sendo realizada a notificação para saneamento, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

3. Apresentada documentação complementar sob o n.º SEI 01245.011584/2020-91, a entidade foi habilitada, sendo notificada através do OFÍCIO Nº 24832/2021/MCOM (SEI 8577719).

4. A revisão final do processo de outorga foi realizada pela **NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM (SEI 10472772)**, que concluiu favoravelmente ao deferimento do pleito, remetendo o feito para análise desta Consultoria:

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

5. É o relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

6. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.164, de 08 de agosto de 2022 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A outra, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

9. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

10. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso.

11. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".

12. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 9.612/98, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estipulando, em seu art. 6º, que "*Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço*".

13. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, define que compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente os efeitos legais da emissão definitiva da outorga até que se ultime tal deliberação.

14. Coube à já citada Lei nº 9.612/98 pormenorizar as previsões relativas ao serviço de radiodifusão comunitária. Nos termos do seu art. 7º, "*são competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos*".

15. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 2.615/1988, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Cumpre aqui transcrever os dispositivos de interesse do Regulamento em questão:

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE

1998 ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos; IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

16. Por fim, cumpre destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada](#)



[pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018\)](#)

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. [\(Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018\)](#)

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga [\(Anexo 2\)](#), com as declarações nele elencadas; [\(Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018\)](#)

II – estatuto social da entidade

atualizado; III – ata de constituição da

entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez

anos; VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII – comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. [\(Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018\)](#)

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM’ SS”, com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM’) como os segundos (SS”) na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes

documentos: I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de

reservista; III - cédula de

identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. [\(Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018\)](#)

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)



Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da

entidade; III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

17. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Autorização para Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária

18. A Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme o "*Checklist*" (doc. SEI nº 10472749) e, conforme relatado, opinou pelo deferimento do pedido de outorga em apreço, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM (SEI 10472772)**.

19. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado pelo **OFÍCIO Nº 24832/2021/MCOM (SEI 8577719)**, sem constar, portanto, *a priori*, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que o Secretário ratifique o ato de forma expressa.

20. Dito isso, passa-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 230/2019, concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 05/09/2019, sendo o pedido da interessada tempestivo. Observa-se que na manifestação técnica (**NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM**) consta aparente erro de digitação ao constar o ano do protocolo, o que merece ser revisto, senão vejamos:

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 04/11/2011.

21. Outrossim, verifica-se que, no requerimento da entidade, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da redação atual da Portaria nº 4.334/2015 (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

22. Impende destacar que, por meio do **Despacho - doc. SEI 8107397**, a área técnica atestou que "*Após análise da documentação encaminhada pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA, entidade interessada na execução do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de BOA VISTA/RR, em atenção ao Ofício acima citado, no Processo nº 01245.011584/2020-91 (evento SEI nº 6082924), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas atendem ao disposto no art. 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612 e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MC, publicada no DOU de 09/04/2018 pois, de acordo com o Relatório de Vizinhos (evento SEI nº 6944452), a outra emissora outorgada dista mais de 4, 00 km*".

23. Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(10468404)
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(10091739)
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 19-24 (4809669)
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-5 (9252369)
5. Comproverantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(10087305)
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 55-465 (4809669)
7. Comproverante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 466 (4809669)
8. Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(10091667) Despacho Técnico de Aprovação: (10270365)
9. Comproverante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10472682)
10. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10472682)
11. Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(10472682)
12. Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10472682)
13. Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10472682)
14. Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10472744) (10472747) e



24. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º e 8º, "e") e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 16), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 3825686 - fls. 5/15). A esse respeito, **esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.**

25. Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do *checklist roteiro RadCom (SEI 10472749)*, que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, **circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga**. O Despacho - doc. SEI 10472744 também assegura a inexistência dos vínculos:

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Boa Vista/RR, e do Tribunal de Justiça de Roraima, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**

Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI ([10472682](#)).

26. As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da área técnica, seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse(m) entidade(s) concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998.

27. A esse respeito, a área técnica afirmou a inexistência de outras entidades interessadas:

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

28. De igual modo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme **Despacho - doc. SEI 10276305**, por meio do qual a área técnica atesta que **"a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor"**.

29. Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, orientando a SERAD a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea "a", da Lei nº 4.117/1962 (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme art. 2º da Lei nº 9.612/98.

30. Com isso, determinou-se, naquela ocasião, que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada "idoneidade moral", antes prevista pela sobredita alínea "a" do art. 34 (hoje revogada). Solicitou-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

31. No tocante à segunda exigência, mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização FISCALIZA, por meio do **Despacho - doc. SEI 10376291**, constatou-se que **"até esta data, não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada"**.

32. Porém, no tocante à primeira exigência, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - **que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010 -**, ao passo que o **art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:**

33. A Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passou a vigorar com as seguintes alterações:

(...)“Art. 38.....

j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". (g.n.)

34. No presente caso, a habilitação já foi deflagrada com declaração assinada por todos os dirigentes, asseverando que eles têm bons antecedentes, não tendo sido condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g', 'h', 'i', 'j', 'k', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p' e 'q' da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa” (fls. 1/5 da Petição SEI 4809669).

35. Por fim, muito embora não conste informação nas manifestações técnicas, **solicita-se que a SERAD verifique se a localidade em questão se encontra em Faixa de Fronteira**, o que, em caso positivo, demandará a obtenção do assentimento prévio junto ao Conselho de Defesa Nacional. **Portanto, em caso de localidade em Faixa de Fronteira, o prosseguimento do presente processo dependerá da conclusão da manifestação do citado órgão da Presidência da República.**

Assim, **a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, bem como assegurar a existência do assentimento do Conselho de Defesa Nacional - CDN, em caso de localidade em Faixa de Fronteira, por ocasião da formalização da autorização.

III - CONCLUSÃO

37. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, **desde que atendidas as recomendações dos itens 19, 20, 24 25, 35 e 36.**

38. Recomenda-se que, nos casos de localidades em Faixa de Fronteira, a condição seja devidamente identificada nas manifestações do órgão técnico.

39. Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.

40. No que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à **NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM (SEI 10472772)**, recomenda-se a conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro das Comunicações.

41. Sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para adoção das providências cabíveis À

consideração superior.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

TÔNIA LAVOGADE COSTA

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250056452201985 e da chave de acesso 3d7b70da



Documento assinado eletronicamente por TONIA LAVOGADE COSTA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1058354871 e chave de acesso 3d7b70da no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TONIA LAVOGADE COSTA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-12-2022 23:34. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027- 6119/6915

DESPACHO n. 02701/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.056452/2019-85

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

Sr.^a Consultor Jurídico Substituto,

1. Aprovo o **PARECER n. 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, lançado pela Dr.^a Tônia Lavogade Costa, Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Boa Vista/RR.
3. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI- MCOM (SEI 10472772)**, na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
4. Viabilidade jurídica do pedido, **desde que atendidas as recomendações dos itens 19, 20, 24, 25, 35 e 36 do referido parecer**, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
5. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República.
6. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, **bem como assentimento do Conselho de Defesa Nacional - CDN, se constatada localidade em Faixa de Fronteira**, por ocasião da formalização da autorização;
7. Parecer opinou pela viabilidade e restituição do feito para prosseguimento, **com recomendações**.

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

assinatura eletrônica

ARTHUR PORTO CARVALHO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão e de Telecomunicações

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250056452201985 e da chave de acesso 3d7b70da



Documento assinado eletronicamente por ARTHUR PORTO CARVALHO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1064944896 e chave de acesso 3d7b70da no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ARTHUR PORTO CARVALHO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-12-2022 15:36. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027- 6119/6915

DESPACHO n. 02703/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.056452/2019-85

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

1. Aprovo, nos termos do **DESPACHO n. 02701/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, o **PARECER n. 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

DAVI PEREIRA ALVES
Procurador Federal
Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250056452201985 e da chave de acesso 3d7b70da



Documento assinado eletronicamente por DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1064951909 e chave de acesso 3d7b70da no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-12-2022 15:58. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 15815/2022/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.056452/2019-85.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Boa Vista/RR**, em atendimento ao Edital nº 230/2019, publicado no Diário Oficial da União em 05/09/2019.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 04/11/2019, processo público gerado, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA
QUADRO DIRETIVO
Diretora Geral: Liviany Mesquita de Campos
Diretora Administrativa: D'Angela Rodrigues Padilha
Diretora de Operações: Ildelaine de Sousa Oliveira
Diretora Cultural: Ana Cleide Cardoso da Silva
Diretora Financeiro: Gianismara Lima do Nascimento Soares
Diretoria de Relações Públicas: Vitória Vera Sales
1º Suplente: Ednalva Alves Pinheiro de Oliveira
2º Suplente: Reginaldo Araújo de Oliveira
3º Suplente: Maria do Amparo Santos Oliveira
LIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ddd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9> / pg. 1

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

Endereço: Rua Silvio Leite, nº 545 - Caimbe
Coordenadas geográficas: 02°49'23"S de latitude e 60°43'01"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua Silvio Leite, nº 545 - Caimbe

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 04/11/2011.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(10468404)
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(10091739)
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 19-24 (4809669)
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 1-5 (9252369)
5. Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(10087305)
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 55-465 (4809669)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ddd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Nóda Técnica 15815 (10/7/27/2)

SEI 01250.056452/2019-85 / pg. 2

ddd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 466 (4809669)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(10091667) Despacho Técnico de Aprovação: (10270365)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10472682)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10472682)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(10472682)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10472682)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10472682)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10472744) e (10472747)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho COESA_MCOM_ENG (10270365), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 09/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 10/09/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (10270355).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9> / pg. 3

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Boa Vista/RR, e do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (10472744).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 24/10/2022, às 16:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weronica de Jesus Leite, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal substituta**, em 24/10/2022, às 16:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Abud Filho, Coordenador-Geral de Outorgas substituto**, em 04/11/2022, às 17:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 09/11/2022, às 10:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10472772** e o código CRC **5C1462AE**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9> / pg. 4

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.056452/2019-85, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA, inscrita no CNPJ sob nº 17.605.876/0001-64, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Boa Vista/RR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 15815/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA
PORTARIA**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.056452/2019-85, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA, inscrita no CNPJ sob nº 17.605.876/0001-64, cuja sede se situa na Rua Silvio Leite, nº 545 - Caimbe, na localidade de Boa Vista, Estado de Roraima, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 290, cuja frequência



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9> / pg. 5

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

é de 105,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI nº 10472772



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ddd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

Nota Técnica 15815 (10472772)

SEI 01250.056452/2019-85 / pg. 6

ddd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 30 de outubro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CRUVIANA**, inscrita no CNPJ sob nº 17.605.876/0001-64, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Boa Vista/RR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 373 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 30/10/2023, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4689759** e o código CRC **7C184DD7** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SUPER nº 4689759



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 3989/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 373/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 373/2023 (4689745), do Ministério das Comunicações, referente à Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CRUVIANA, inscrita no CNPJ sob nº 17.605.876/0001-64, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Boa Vista/RR, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 30/10/2023, às 21:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4689796** e o código CRC **1B959745** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.056452/2019-85

SUPER nº 4689796

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 373/2023 MCOM (4689745), do Ministério das Comunicações.

Assunto: Serviço de Radiodifusão.

Trâmite do Processo:

Despacho/DIPUBL/CODOC (4689759), para os protocolos da SAJ/CC/PR, SAG/CC/PR e CC/PR.

Ofício nº 3989/GM/CC/PR, do Gabinete do Ministro da Casa Civil a esta Secretaria-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 31/10/2023, às 22:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4696296** e o código CRC **CD98A793** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SUPER nº 4696296



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

De: Sen. Mecias de Jesus <sen.meciasdejesus@senado.leg.br>

Enviada em: segunda-feira, 6 de novembro de 2023 10:20

Para: Agenda Casa Civil <agendacasacivil@presidencia.gov.br>

Assunto: Solicitação de outorga da Rádio Comunitária Cruviana

Prezados,

Atendendo ao pedido de uma Associação de meu Estado, peço encarecidamente, que seja feita a tramitação do Processo número 01250.056452/2019-85 que se encontra na Casa Civil. Tem por objetivo a obtenção de uma outorga de rádio comunitária pela Associação Comunitária de Radiodifusão Cruviana.

Atenciosamente,

Mecias de Jesus

Senador da República

Anexo 2, Ala Ruy Carneiro, Gabinete 2

E-mail: sen.meciasdejesus@senado.leg.br

Telefone: + 55 (61) 3303-5291 / 3303-5292



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4155/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Solicitação de outorga da Rádio Comunitária Cruviana.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se, sem intuito indicativo, o E-mail (4712868), de 06/11/2023, do Senador Mecias de Jesus, solicitando agilidade na tramitação do presente processo, que trata da Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CRUVIANA.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 09/11/2023, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4714690** e o código CRC **881B7837** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.056452/2019-85

SUPER nº 4714690

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

OFÍCIO CIRCULAR Nº 294/2023/SE/CC/PR

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República
À Chefe de Gabinete da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização para serviços de radiodifusão para a Associação Comunitária de Radiodifusão Cruviana.

Senhor(a) Chefe de Gabinete,

Encaminho, para conhecimento e adoção das providências que julgar cabíveis, a mensagem eletrônica (4712868) de 6 de novembro de 2023 do Senador Mecias de Jesus, que solicita que seja feita a tramitação do Processo nº 01250.056452/2019-85, referente a concessão de autorização para serviços de radiodifusão para a Associação Comunitária de Radiodifusão Cruviana.

Atenciosamente,

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 09/11/2023, às 20:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4720465** e o código CRC **1F7AEAF9** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.056452/2019-85

SUPER nº 4720465



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 987/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.056452/2019-85.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00373/2023 MCOM, de 25 de julho de 2023, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária no município de Boa Vista/RR.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00373/2023 MCOM (4688014), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.056452/2019-85, acompanhado da [Portaria nº 9.921, de 6 de julho de 2023](#), que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, no município de Boa Vista, estado de Roraima, sem direito à exclusividade, para a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CRUVIANA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.605.876/0001-64, de acordo com disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária^[1].
2. Conforme o disposto no inciso II do art. 9º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, compete ao Ministério das Comunicações expedir ato de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Menciona-se, ainda, que a permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares, conforme destacado na portaria de outorga.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Nota Técnica nº 15815/2022/SEI-MCOM, de 09/11/2022 (4689757), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCOM)^[2], ratificada pela Exposição de Motivos nº 00373/2023 MCOM (4688014), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga de autorização, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, e dos arts. 19 e 20 do Decreto nº 2.615, de 1998.
 - Parecer Jurídico nº 00954/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 19/12/2022 (4687996), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de outorga de autorização, desde que observado o atendimento de orientações quanto à documentação bem com à conformidade do processo apontadas no próprio parecer, em particular quanto à necessidade de obtenção de assentimento prévio se o município estiver em área de fronteira.
 - Parecer Jurídico nº 00417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 26/06/2023 (4688003), que destaca o posicionamento adotado pelo Conselho de Defesa Nacional (CDN) quanto à desnecessidade de assentimento prévio para instalação de serviço de radiodifusão de sons e de radiodifusão de sons e imagens em faixa de fronteira quando requerido por associações comunitárias amparadas pela Lei nº 9.612, de 1998, como é o caso ora em análise.
 - Despacho, de 04/07/2023 (4688006), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que registra que o processo atende as ressalvas apontadas no parecer jurídico.
4. Conforme apontado no parecer jurídico supracitado (4688003), por entendimento do próprio CDN, o MCOM encontra-se dispensado de obter assentimento prévio para que seja outorgada autorização para a execução de serviços de radiodifusão em faixa de fronteira no caso de entidades que pretendem prestar serviço de radiodifusão comunitária. Não obstante, é importante frisar que, no presente processo, o município de Boa Vista (RR) fica localizado fora da faixa de fronteira, sendo esta definida como sendo "a faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional", conforme a [Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979](#).
5. Isso posto, observa-se que os registros administrativos da entidade devem ser mantidos no [Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD](#)^[3], da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que disponibiliza acesso aos dados do canal (4688012).

Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

e [Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	17.605.876/0001-64
NOME EMPRESARIAL:	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO DIFUSAO CRUVIANA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	LIVIANY MESQUITA DE CAMPOS
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.
Emitido no dia 21/10/2024 às 15:30 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de outorga de autorização; (ii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária; e (iii) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[4].
8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).
[2] Sucetida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM), conform[Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).
[3] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).
[4] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 12/02/2025, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 12/02/2025, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 12/02/2025, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6178991** e o código CRC **3B3F16D2** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI nº 6178991

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.056452/2019-85

Nota SAJ - Radiodifusão nº 87 / 2025 / CGINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão Outorga de radio comunitária (RadCom). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo nº:	01250.056452/2019-85

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 01250.056452/2019-85, com **outorga** expedida por meio da **Portaria MCOM nº 9.921/2023** para exploração do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO CRUVIANA**, CNPJ nº 17.605.876/0001-64, na localidade de **Boa Vista/RR**.
- Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência [1] e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para autorizar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo de início da execução do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Presidente da República.
- É o relatório.

II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial o **ato** do Ministro das Comunicações que **outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, expedido nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612/1998.

Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, são competentes para o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

10. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.612/1998, para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir pedido ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço. Após a verificação da viabilidade técnica da prestação do serviço, a autoridade concedente deve publicar comunicado de habilitação, promovendo ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

11. No prazo fixado para a habilitação, as entidades deverão apresentar os documentos listados no § 2º do art. 9º da mencionada Lei, quais sejam: estatuto da entidade, devidamente registrado; ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; comprovação de maioria dos diretores; declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço; e manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

12. É oportuno mencionar que, caso apenas uma entidade se habilite para a prestação do serviço e seja atestada a regularidade da documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade, conforme preconiza o § 3º do art. 9º da Lei nº 9.612/1998. Do contrário, o poder concedente deverá promover o entendimento entre as entidades interessadas, buscando que estas se associem. Por fim, caso não haja possibilidade de associação, o Poder Concedente deverá agir nos termos do § 5º do mesmo dispositivo legal e decidir mediante sorteio.

13. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de autorização do serviço ao interessado. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise.

14. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de outorga.

15. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

16. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "*o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

17. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.

18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão [4]. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

19. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

III - CONCLUSÃO

20. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.056452/2019-85, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição de 1988.

GABRIELA FERREIRA GOMES

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes, Estagiário(a)**, em 28/01/2025, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 06/02/2025, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 06/02/2025, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 07/02/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6364661** e o código CRC **DEF725D0** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 9.921, de 6 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2023, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cruviana, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 171, de 12 de fevereiro de 2025, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 9.921, de 6 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2023, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cruviana, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

MARIA CLARA OLIVEIRA SANTOS
Secretária Adjunta de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Maria Clara Oliveira Santos, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 12/02/2025, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 12/02/2025, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6426581** e o código CRC **57CB63EB** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI nº 6426581

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

MENSAGEM Nº 171

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 9.921, de 6 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2023, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cruviana, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

Brasília, 12 de fevereiro de 2025.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

ASSINADO DIGITALMENTE
LUIZ INACIO LULA DA SILVA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6426907) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a)**, em 13/02/2025, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6427428** e o código CRC **3130224B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI nº 6427428



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 189/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 9.921, de 6 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2023, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cruviana, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 13/02/2025, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6427684** e o código CRC **EAB7DC59** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.056452/2019-85

SEI nº 6427684

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9>

dd2e2e77-b4a1-459a-bcf7-910ba73252d9